

ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

Celorico de Basto

dezembro 2021

Estratégia Local de Habitação de Celorico de Basto

dezembro, 2021

Ficha técnica

Título:

Estratégia Local de Habitação de Celorico de Basto

Versão do documento:

Versão final

Coordenação científica:

Universidade de Aveiro

João Lourenço Marques

Carlos Gonçalves

Paulo Batista

Equipa técnica:

Universidade de Aveiro

Carla Santos

Fillipe Feitosa

João Vicente

Monique Borges

Câmara Municipal de Celorico de Basto

Departamento de Planeamento e Serviços Socioculturais

José António Peixoto Lima

Paula Antunes

Unidade de Serviços Sociais e de Saúde

Helena Martinho Costa

Natália Alves

Pedro Moura

Hugo Peixoto Henriques

Apoio financeiro:

IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – 1º Direito



universidade
de aveiro

Grupo de Estudos em Território e Inovação
GETIN_UA



celorico
D E B A S T O

Índice

Resumo não técnico	8
PARTE I – INTRODUÇÃO	9
I.1 Fundamentação e quadro normativo	10
I.1.1 Antecedentes normativos	10
I.1.2 Nova Geração de Políticas de Habitação e Lei de Bases de Habitação	11
I.1.3 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação	12
I.2 Metodologia.....	14
I.3 Estrutura do documento.....	16
PARTE II – DIAGNÓSTICO TERRITORIAL E SOCIOECONÓMICO	17
II.1 Enquadramento territorial	19
II.1.1 Organização político-administrativa.....	19
II.1.2 Acessibilidades rodoviárias e transportes públicos	20
II.1.3 Acessibilidades e meios de transporte mais utilizados.....	20
II.1.4 Equipamentos Sociais	22
II.2 Povoamento e Demografia.....	26
II.2.1 Estrutura de povoamento	26
II.2.2 Evolução da população residente.....	28
II.3 Perfil socioeconómico das famílias	33
II.3.1 Evolução das famílias residentes	33
II.3.2 Situação face ao emprego e rendimento das famílias residentes.....	35
II.3.3 População beneficiária de apoios sociais (RSI e outros).....	39
II.4 Parque habitacional	44
II.4.1 Dinâmica do parque habitacional	44
II.4.2 Idade e estado de conservação	48
II.4.3 Forma e regimes de ocupação e de propriedade	51
II.4.4 Encargos com a habitação	54
II.5 Habitabilidade e salubridade	59
II.5.1 Precariedade.....	59
II.5.2 Insalubridade e insegurança	60
II.5.3 Sobrelotação.....	63
II.5.4 Inadequação	65
II.6 Síntese de indicadores de vulnerabilidade	67
PARTE III – DIAGNÓSTICO GLOBAL DE CONDIÇÕES HABITACIONAIS INDIGNAS	68
III.1 Caracterização global de necessidades	69
III.2 Condições habitacionais indignas (artigo 5º, DL N°37/2018 e DL N° 81/2020)	71
III.2.1 Precariedade.....	72
III.2.2 Insalubridade e insegurança	73
III.2.3 Inadequação	74

III.2.4	Sobrelotação.....	74
PARTE IV – ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO.....		75
IV.1	Visão global e objetivos.....	76
IV.2	Medidas estratégicas.....	77
IV.3	Soluções a programar no âmbito do Programa 1º Direito.....	83
IV.4	Prioridades, calendarização e orçamento previsto no âmbito do programa 1º Direito.....	86
IV.5	Enquadramento da estratégia local de habitação nos princípios do Programa 1º Direito.....	89
Anexo: Quadro geral de carências habitacional.....		96
Anexo: Informação complementar para as soluções habitacionais a promover pela Câmara Municipal ...		105
Referências.....		117

Lista de figuras

Figura 1.	Definição de situações de habitação indigna (Programa 1º Direito).....	13
Figura 2.	Localização do concelho de Celorico de Basto.....	19
Figura 3.	População residente por Tipologia de Áreas Urbanas em 2011.....	19
Figura 4.	Localização dos equipamentos sociais por dimensão social e por valência.....	22
Figura 5.	Área de atuação e de cobertura das respostas sociais, por dimensão social e por valência.....	23
Figura 6.	Distribuição da população residente, por aglomerados urbanos inferiores e superiores a 40 habitantes.....	27
Figura 7.	População residente no município de Celorico de Basto, nos períodos censitários desde 1960 (Nº).....	28
Figura 8.	Índice de envelhecimento por freguesia entre 1991 e 2011.....	28
Figura 9.	Estrutura etária da população residente em 2011 e 2019 (%).....	29
Figura 10.	Evolução da população residente por grupo etário (Nº e %) desde 1960.....	29
Figura 11.	Estrutura demográfica das freguesias (%) que registaram, entre 2001-2011, decréscimo ou aumento da população residente.....	30
Figura 12.	Evolução do número de famílias clássicas por freguesia entre 2001 e 2011.....	33
Figura 13.	Proporção de famílias unipessoais (total e com 65 e mais anos) face ao total de famílias clássicas (%) entre 2001 e 2011.....	34
Figura 14.	Taxa de variação anual de beneficiárias/os de subsídios de desemprego entre 2014 e 2019 (%).....	36
Figura 15.	Taxa de variação anual (%) no número de alojamentos e de edifícios familiares clássicos entre 2011 e 2019.....	44

Figura 16. Número de fogos e de edifícios novos licenciados e concluídos para habitação familiar entre 2011 e 2019	46
Figura 17. Edifícios concluídos (moradias e apartamentos) em construções novas para habitação familiar (Nº) entre 2011 e 2019.....	47
Figura 18. Taxa de variação (%) das formas de ocupação dos alojamentos clássicos entre 2001 e 2011.....	53
Figura 19. Edifícios com necessidade de reparação, por época de construção e freguesia, 2011	62
Figura 20. Edifícios muito degradados, por época de construção e freguesia, 2011	62

Lista de tabelas

Tabela 1. Objetivos e instrumentos da Nova Geração de Políticas de Habitação.....	11
Tabela 2. Programa de trabalhos para a elaboração da ELH-CB.....	14
Tabela 3. Distância (km) entre a sede de concelho e as sedes de freguesias	20
Tabela 4. Principal meio de transporte utilizado pela população residente que vive no alojamento a maior parte do ano (%) 2011.....	21
Tabela 5. Número de equipamentos por valência, capacidade de resposta, número de utentes e taxa de ocupação	24
Tabela 6. População residente, densidade demográfica (2011) e aglomerados urbanos (CAOP2018).....	26
Tabela 7. População residente (em 2011) em áreas residuais (%).....	27
Tabela 8. Evolução da população residente no período entre 2011-2001.....	30
Tabela 9. Freguesias com decréscimo populacional no período entre 2011-2001	31
Tabela 10. Freguesias com aumento populacional no período entre 2011-2001.....	31
Tabela 11. Evolução das famílias clássicas no município de Celorico de Basto, 1991-2011 e taxa de variação entre 1991-2011	33
Tabela 12. Dimensão média das famílias clássicas (2001-2011) e proporção de famílias unipessoais face ao total de famílias da freguesia (2011).....	34
Tabela 13. Famílias clássicas com pessoas desempregadas (nº e %) em 2011.....	35
Tabela 14. Desempregados inscritos nos Centros de Emprego face à população residente com 15 a 64 anos (%) em 2001, 2011 e 2019	35
Tabela 15. Beneficiários de prestações de desemprego da Segurança Social (SSD e SD) face ao total da população residente com 15 e mais anos (%) em 2011 e 2019	36
Tabela 16. Número de pessoas desempregadas por género e grupo etário.....	37
Tabela 17. Desempregados por nível de escolaridade, tempo de inscrição e situação face à procura de emprego em outubro de 2020 (%).....	37
Tabela 18 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3) em 2017 (Nº e %).....	38

Tabela 19. Indicadores de mercado de trabalho (ganho médio mensal) e de desigualdade de rendimento (Índice de poder de compra per capita – IPC) em 2017	38
Tabela 20. Beneficiários de Pensões da Segurança Social (total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice) em 2011 e 2019.....	39
Tabela 21. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) da Segurança Social (Total e por grupos etários) em 2011 e 2019	40
Tabela 22. Subsídio de bonificação por deficiência da Segurança Social em 2011 e 2019.....	40
Tabela 23. Beneficiários do subsídio de doença da Segurança Social em 2014 e 2019 (Nº) e variação entre 2014-2019 (%).....	41
Tabela 24. Beneficiários da prestação social para a inclusão da segurança social, Total (Nº), proporção face à população residente (%) e proporção de beneficiários por grupo etário face ao total de beneficiários (%), 2019.	41
Tabela 25. Valores médios anuais das prestações sociais da segurança social em 2019.....	41
Tabela 26. Alojamentos familiares clássicos e edifícios de habitação familiar clássica (Nº) e variação (%) em 2001-2019.....	44
Tabela 27. Perfil das freguesias de acordo com a taxa de variação de alojamentos entre 2001-2011	45
Tabela 28. Freguesias de acordo com a taxa de variação de edifícios (%) no período entre 2001-2011.....	45
Tabela 29. Rácio alojamento/edifício e alojamento/família, 2011	46
Tabela 30. Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar por freguesias (Nº e %), entre 2014 e 2019.....	47
Tabela 31. Fogos concluídos (N.º e %) em construções novas para habitação familiar por tipologia do fogo, entre 2011 e 2019.....	48
Tabela 32. Idade média dos edifícios (anos) e edifícios construídos segundo a época de construção (%) em 2011	49
Tabela 33. Freguesias com maior proporção de edifícios recentes e antigos em 2011	49
Tabela 34. Edifícios (Nº e %) com necessidades de reparação ou muito degradados e proporção de edifícios com grandes necessidades de reparação ou muito degradados (%) em 2011	50
Tabela 35. Tipologia de freguesias: edifícios com grandes necessidades de reparação ou muito degradados, 2011	50
Tabela 36. Alojamentos familiares clássicos (Nº) e forma de ocupação (%) em 2011	51
Tabela 37. Tipologia de freguesias de acordo com a proporção de residência secundária em 2011	52
Tabela 38. Tipologias de freguesias de acordo com a proporção de alojamento vagos em 2011	52
Tabela 39. Alojamentos (%) de residência habitual por regime de propriedade em 2011.....	53
Tabela 40. Valor mediano por m ² de alojamentos (€) no 2º trimestre e variação anual (%) entre 2016 e 2020	54
Tabela 41. Estimativa do custo mediano (€) das vendas de alojamentos por tipologia para o 2º Trimestre 2020 ...	54
Tabela 42. Encargos médios mensais (€) com aquisição ou arrendamento em 2011.....	54
Tabela 43. Encargos das famílias com habitação em 2011	55
Tabela 44. Alojamentos arrendados (Nº e %) por escalões de renda (€) em 2011.....	56

Tabela 45. Indicadores de acessibilidade habitacional	57
Tabela 46. Processos sinalizados e acompanhados pela CPCJ por escalão etário no município de Celorico de Basto em 2020 (1º trimestre) na problemática Violência Doméstica/Ofensa física	59
Tabela 47. Alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de instalações necessárias para garantir níveis mínimos de habitabilidade e salubridade (Nº e %) em 2011	60
Tabela 48. Edifícios por necessidade de reparação e dimensão da reparação (N.º e %) em 2011	63
Tabela 49. Índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual em 2011 ..	64
Tabela 50. Proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas (%) e de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas até ao alojamento (%) em 2011	65
Tabela 51. Edifícios construídos estruturalmente para 3 ou mais alojamentos familiares (N.º), segundo a acessibilidade para indivíduos com mobilidade condicionada (entrada do edifício) e existência de elevador, por freguesia, em 2011	65
Tabela 52. População residente com 15 e mais anos, com pelo menos uma dificuldade e com dificuldades motoras, em 2011	66
Tabela 53. Distribuição das famílias com carências habitacionais pelas freguesias e escalões etários das pessoas que as integram	69
Tabela 54. Rendimentos	71
Tabela 55. Quantidade de agregados familiares por tipo de carência habitacional	72
Tabela 56. Agregados familiares por tipo de carência habitacional distribuídos por freguesia	72
Tabela 57. Carências habitacionais - precariedade.....	73
Tabela 58. Combinação de carências habitacionais – insalubridade e insegurança.....	74
Tabela 59. Combinação de carências habitacionais – inadequação	74
Tabela 60. Combinação de carências habitacionais – sobrelocação.....	74
Tabela 61. Carências habitacionais por beneficiários	84
Tabela 62. Soluções a programar por beneficiário, intervenção e localização	84
Tabela 63. Soluções a programar por beneficiários, intervenção e carência	85
Tabela 64. Carência habitacional por tipologia do alojamento	85
Tabela 65. Soluções a programar por tipo de beneficiário, nível de prioridade e calendarização	88
Tabela 66. Soluções a programar por nível de prioridade, intervenção e condição de habitação indigna.....	88
Tabela 67. Orçamento estimado por tipo de beneficiário e situação de habitação indigna - Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro.....	89
Tabela 68. Orçamento estimado por tipo de beneficiário e situação de habitação indigna - Portaria n.º 281/2021, de 3 de dezembro	89

RESUMO NÃO TÉCNICO

A NGPH é uma oportunidade para os municípios resolverem carências graves através de um conjunto de instrumentos de planeamento e de financiamento. Neste âmbito destaca-se a Estratégia Local de Habitação associada aos recursos financeiros do Programa 1º Direito.

Celorico de Basto tem uma rede de equipamentos sociais que cobrem o seu território atendendo a vários tipos de necessidade apresentadas por mais de meio milhão de utentes. Todavia, a sua capacidade de resposta está próxima do limite.

Em 2011 cerca de 6% da população vivia em aglomerados de muito pequena dimensão (menos de 40 habitantes) e 3% em lugares contabilizados como população residual. Desde os Censos de 2011, o concelho perdeu 1058 residentes correspondendo a uma redução, face a 2019 (19040 habitantes), de 5%. A sua população está a ficar cada vez mais envelhecida pelo que os idosos representam 21% da população. Porque a composição das famílias está a mudar, entre 2001 e 2011, o número de agregados aumentou 10% (mais 629) sobretudo devido ao aumento das famílias unipessoais formadas por pessoas idosas. Este fenómeno também se traduz no facto de, por cada 1000 pessoas em idade ativa, existirem 312 pensionistas.

As fragilidades sociais mais graves manifestam-se nas pessoas que recebem RSI (555 em 2019) e nos valores baixos das prestações sociais (entre €202 e €375). A taxa de desemprego em 2019 situava-se nos 5,1%, sendo que dos 657 desempregados registados no centro de emprego em 31/12/2019, apenas 199 beneficiavam de prestações de desemprego. A crise pandémica fez com que o número de desempregados subisse 29% entre fevereiro e outubro de 2020. As prestações sociais destinadas a pessoas mais vulneráveis estão a aumentar o que sublinha a importância das respostas sociais que estão a ser implementadas e torna mais urgente a implementação de outras como é o caso das que decorrem da execução da ELH-CB.

Quando se analisam as despesas com habitação e se inclui na equação os níveis de rendimento, estima-se que cerca de 650 famílias terão dificuldade em pagar renda ou prestação. Em simultâneo, também subsistem casos de insalubridade e indignidade habitacional com 1 em cada 3 edifícios a necessitar de reparações e 10% a corresponderem a famílias que vivem em sobrelotação. Ou seja, as casas não têm divisões suficientes para que nelas se viva condignamente. Na maioria dos casos também não é facilitada a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida.

O diagnóstico de carências habitacionais permitiu identificar 511 famílias a residir em condições habitacionais indignas, cujas habitações se encontram, na grande maioria, destituídas das condições mínimas de salubridade. Cerca de 200 destas habitações não têm instalações sanitárias ou é reconhecida a ausência de infraestruturas ou serviços básicos. Os problemas de estanquidade e segurança estrutural são referidos na totalidade dos casos sinalizados. Importa referir que uma parcela significativa das famílias afetadas (46%) é caracterizada por pessoas com mais de 65 anos, a viver sozinhas ou em agregados familiares compostos apenas por elementos seniores. Há 121 famílias a residir em condição de precariedade, distinguindo-se situações de violência doméstica, risco de perda de residência ou não renovação de contrato de arrendamento, ou paradeiro em local precário. O programa 1º Direito permite a definição de soluções habitacionais adequadas às diferentes situações identificadas. Prevê-se que i) sejam apoiados 382 beneficiários diretos, na reabilitação da habitação da qual são titulares, ou na viabilização de soluções habitacionais de autopromoção; ii) o município promova 129 soluções habitacionais através da reabilitação de frações ou de prédios habitacionais ou da construção de prédio ou empreendimento. Tendo por base as soluções habitacionais previstas e os valores de referência definidos pelos diplomas legais relativos ao 1º Direito, o investimento global estimado é equivalente a 69 246 224,85 euros. Prevê-se ainda a mobilização de diferentes instrumentos de financiamento para dar resposta aos problemas habitacionais identificados no território, de forma integrada com os demais instrumentos de gestão territorial do município.

PARTE I – INTRODUÇÃO

I.1 FUNDAMENTAÇÃO E QUADRO NORMATIVO

I.1.1 Antecedentes normativos

A provisão de habitação adequada para estratos sociais mais desfavorecidos foi uma preocupação presente nas políticas públicas ao longo do século XX, em parte devido ao crescimento das necessidades habitacionais nas cidades mais industrializadas. Em Portugal, um amplo conjunto de iniciativas evidenciam as preocupações dos governos com a habitação digna e adequada.

Durante a 1ª República destaca-se o programa Casas Económicas destinado a prover habitação adequada aos operários, sobretudo dos pátios lisboetas e das ilhas portuenses. Este Programa teve a sua afirmação já no período do Estado Novo, durante o qual o Governo promoveu e apoiou a construção de habitações segundo o modelo de casa portuguesa (pequena, com horta, jardim e independente). Segue-se, ainda durante o Estado Novo, o Programa Casas Desmontáveis, destinadas às populações desfavorecidas geralmente vítimas de processos de demolição, pelo que este programa permitiu construir um conjunto de habitações temporárias sobretudo em Lisboa, mas também em Coimbra e no Porto. Assim, nestes dois períodos, a política de habitação além de se destinar a resolver as necessidades dos cidadãos, possuiu um forte caráter ideológico, servindo na 1ª República como forma de controlo social e durante o Estado Novo como veículo de promoção dos valores da família tradicional (IHRU, 2018a).

Com o 25 de abril de 1974, a política de habitação sofreu um forte impulso da parte do Estado. Por um lado, destaca-se a promoção indireta de habitação, associada às cooperativas habitacionais e por outro lado, a promoção direta assente na construção do parque habitacional público. No âmbito da promoção direta de habitação pública importa referir o Programa Especial de Realojamento (1993), destinado a apoiar financeiramente os municípios na construção ou na aquisição de habitação para o realojamento dos agregados familiares residentes em alojamentos precários na Área Metropolitana de Lisboa e Porto. Segue-se o PROHABITA (2004), orientado para a celebração de protocolos entre os municípios e o Instituto Nacional da Habitação (atual IHRU), sendo, portanto, um instrumento de regulação da concessão de financiamento para soluções de carência habitacional (Antunes, 2019).

A crise de 2008, afetou a provisão de habitação pública. Em 2015, perante as necessidades evidenciadas no Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional¹ (IHRU, 2018b) foi definida a Estratégia Nacional de Habitação (ENH) assente em três pilares: a reabilitação urbana através da conservação do edificado e da simplificação dos processos de reabilitação; o arrendamento urbano, mediante a dinamização do mercado e a qualificação dos alojamentos, através da inclusão social e proteção dos desfavorecidos, da melhoria das condições dos alojamentos e da capacidade das novas políticas de habitação responderem aos desafios demográficos. Por fim, a qualificação dos alojamentos através da erradicação dos núcleos de alojamento precário, da proteção de vítimas de violência doméstica, da promoção de soluções de alojamento para os sem-abrigo e do fomento da integração das minorias e melhoria das suas condições de habitabilidade (IHRU, 2015).

Neste seguimento, em 2018, foi adotada a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), a qual apresenta uma visão inovadora da política de habitação quer no foco, quer nas formas de atuação. Em 2019, com a aprovação da Lei de Bases de Habitação foram reforçadas as obrigações do Estado na garantia universal do direito à habitação. Assim sendo, o alinhamento entre estes três instrumentos veio demonstrar a apetência do Estado para novas formas de intervenção em política de habitação que não se restringem apenas à provisão direta de habitação.

¹ Foram sinalizados 187 municípios com carências habitacionais; identificadas 25762 famílias em situação de carência habitacional e 14748 edifícios sem condições mínimas de habitabilidade.

I.1.2 Nova Geração de Políticas de Habitação e Lei de Bases de Habitação

A NGPH, aprovada pela RCM nº50-A/2018 de 2 de maio, assume a missão de garantir o acesso a habitação adequada, orientando a ação para as pessoas, alargando os beneficiários elegíveis e as formas de apoio. Propõe novas formas de intervenção para resolver situações de carência habitacional, para privilegiar a reabilitação e para favorecer o arrendamento em detrimento da construção de novos edifícios. O cumprimento destes propósitos está associado a quatro objetivos e aos instrumentos que os substanciam (Tabela 1).

Nos dois primeiros objetivos evidencia-se a rutura da NGPH com a oferta pública para famílias economicamente carenciadas, propondo soluções que garantam o acesso universal para **situações de grave carência habitacional** e também para **falhas de mercado**. Abrem-se assim, oportunidades para os agregados familiares cujo rendimento não lhes permite usufruir de habitação pública e para os que não conseguem recorrer ao mercado porque os custos são elevados ou porque a oferta não responde às necessidades da família.

Tabela 1. Objetivos e instrumentos da Nova Geração de Políticas de Habitação

Objetivo 1: Resposta a famílias em situação de grave carência habitacional
Programa 1º Direito
Porta de Entrada
Objetivo 2: Garantir habitação às famílias que não conseguem aceder ao mercado
Programa do arrendamento acessível
Porta 65 Jovem
FNRE - Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado
Objetivo 3: Tornar a reabilitação a principal forma de intervenção no edificado e no desenvolvimento urbano
Reabilitar para arrendar
IFRRU 2020 – Instrumento financeiro para a reabilitação e revitalização urbanas
Casa eficiente 2020
Planos estratégicos de desenvolvimento urbano
Planos de ação reabilitação urbana
Planos estratégicos de desenvolvimento urbano e planos de ação integrados para as comunidades desfavorecidas
Programa de reabilitação urbana de bairros sociais na vertente da eficiência energética
Projeto reabilitar como regra
Objetivo 4: Promover a inclusão social e territorial e garantir a escolha de habitação
Chave na Mão
Da Habitação ao Habitat
Porta ao Lado
Programa de Mobilidade habitacional no Parque de Arrendamento Público

Fonte: Adaptado da Nova Geração de Políticas de Habitação, Portal da Habitação (2021)

Para as situações de grave carência habitacional, as formas de intervenção são a promoção de alojamento temporário, a reconstrução/reabilitação de habitação permanente e o realojamento. A última solução aplica-se quando surgem necessidades urgentes provocadas por catástrofes naturais, movimentos migratórios ou por situações de violência doméstica. Também se pretende intervir no parque habitacional de arrendamento público (nas rendas apoiadas ou condicionadas), para ultrapassar situações de precariedade dos alojamentos. Para reduzir as falhas de mercado atribuem-se subsídios ao arrendamento e apoia-se a habitação acessível (de promoção pública e privada).

Este novo paradigma foi consagrado posteriormente na **Lei de Bases de Habitação** (Lei nº83/2019, de 3 de setembro), reforçando a *dimensão social da política de habitação*, através da acessibilidade universal, da discriminação positiva dos grupos mais vulneráveis, e enfrentando a discriminação baseada no género, raça, orientação sexual, religião e língua. Potencia ainda a *participação dos cidadãos* através dos processos de consulta pública e mobilizando a ação de todos os interessados para implementar soluções de construção e reabilitação. Por fim, enfatiza-se a *tomada de decisão à escala municipal*, reforçando as competências dos municípios no que respeita à iniciativa de elaborar e de implementarem instrumentos de planeamento (Estratégia Local de Habitação, Carta Municipal de Habitação, Relatório Municipal de Habitação, Declaração de Carência Habitacional e constituição do Conselho Local de Habitação).

Por fim, a Lei de Bases da Habitação aponta para a diversificação das fontes de financiamento (Art.38º) e para a constituição de Bolsas de Habitação que incorporem o património imobiliário público, as receitas resultantes de empréstimos e financiamentos europeus e nacionais e das dotações orçamentais destinadas a financiar a política de habitação (Art.39º).

Importa ainda referir a iniciativa “Programa Bairros Saudáveis”, criada pela RCM nº52-A/2020. Trata-se de um programa que privilegia pequenas intervenções assentes em processos de participação para melhorar as condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis. Pretende-se capacitar as comunidades locais, viabilizando intervenções rápidas e eficazes resultantes de processos de participação onde se formulem soluções para construção e de requalificação dos espaços públicos e para a eliminação de barreiras e de fatores de discriminação.

I.1.31º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação

A NGPH e a Lei de Bases de Habitação apontam para a necessidade de implementar políticas municipais. Para o efeito, definem-se instrumentos para responder às situações de carência, garantindo habitação digna e adequada. Neste quadro releva-se o 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, no âmbito do qual se desenvolve esta Estratégia Local de Habitação para o Município de Celorico de Basto (ELH-CB). A ELH-CB, seguindo os pressupostos definidos pelo IHRU, é um instrumento vocacionado para programar intervenções concertadas entre instituições públicas e privadas. As soluções habitacionais propostas decorrem de um diagnóstico detalhado das carências.

O referencial que orienta a elaboração da ELH-CB, combina os conceitos de habitação adequada propostos por organizações internacionais com aqueles que informam o Programa 1º Direito. O conceito de habitação adequada é apresentado no documento “**Human Rights in Cities Handbook Series Volume I – The Human Rights based-approach to Housing and Slum Upgrading**” (UN-Habitat, 2017). Todavia, importa notar outros documentos relevantes nesta matéria, como sejam:

- **The Right to Adequate Housing**, instrumento orientador que defende o direito universal à habitação e define um conjunto de critérios para se considerar uma habitação digna e adequada. Esses critérios são:
 - 1) o *acesso à habitação* não põe em causa a satisfação das restantes necessidades básicas;
 - 2) a *segurança na posse* que proteje contra despejos forçados;
 - 3) a *disponibilidade de serviços, materiais e infraestruturas* como acesso a água potável, saneamento adequado, energia para cozinhar, iluminação, aquecimento e condições para armazenamento de alimentos e deposição de resíduos;
 - 4) as *condições de habitabilidade* como segurança física, proteção contra o calor, humidade, chuva, vento e riscos estruturais;
 - 5) a *disponibilidade de habitação* com espaço adequado à dimensão das famílias;
 - 6) a *acessibilidade* mediante as especificidades de grupos desfavorecidos e marginalizados;

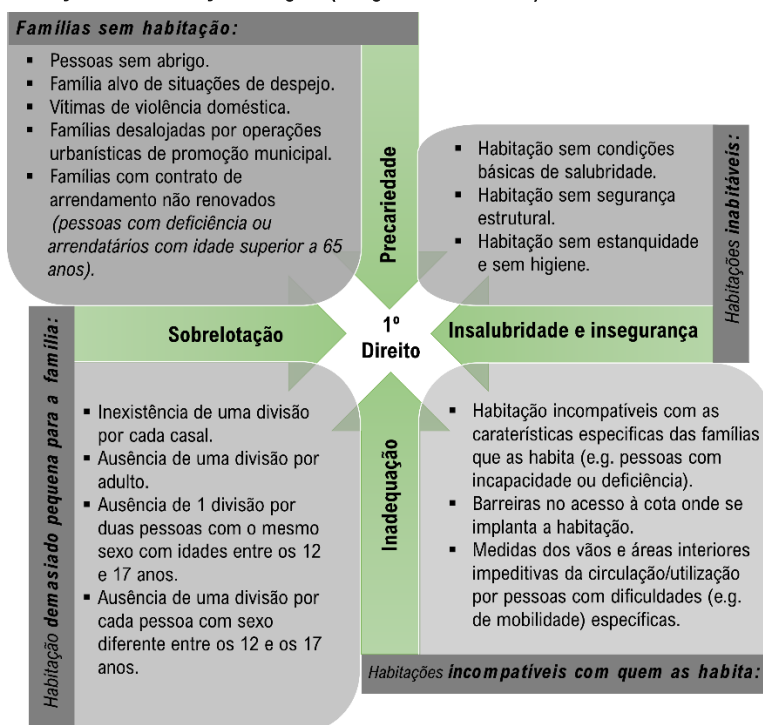
7) a *localização* próxima de oportunidades de emprego e serviços públicos;

8) a *adequação cultural* que respeite a identidade cultural dos ocupantes (UN Habitat, 2015).

- **A Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável, que consagra no 11º ODS o objetivo de tornar as cidades e as comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, manifestando assim preocupações com a acessibilidade à habitação e disponibilidade de serviços e materiais adequados (ONU, 2015).
- **A Nova Agenda Urbana – Declaração de Quito sobre as cidades e aglomerados urbanos sustentáveis para todos**. Estabelece uma visão partilhada sobre o futuro das cidades, oferecendo uma oportunidade de concretização do direito universal à habitação condigna, sem discriminação, com acesso a serviços essenciais (e.g. água potável e saneamento) e serviços públicos (transportes, saúde e educação) (United Nations, 2016).
- **Who Housing and Health Guidelines**, que associa a saúde e o bem-estar dos cidadãos à garantia de uma habitação adequada que, entre outras funções, seja capaz de proteger os indivíduos do frio, calor, chuva e humidade (WHO, 2018).

Perante a diversidade de orientações nesta matéria, o conceito de casa adequada tem sido estruturante nas políticas de habitação. Os instrumentos normativos referidos procuram responder a esta necessidade, aliando a garantia da habitação digna e adequada à resolução de carências habitacionais. A ELH-CB, assume os objetivos definidos no Programa 1º Direito (DL Nº 37/2018 alterado pelo DL Nº81/2020, Portaria Nº230/2018 alterada pela Portaria Nº 41/2021), procurando soluções para carências habitacionais resultantes de situações de **precariedade, insalubridade e insegurança, sobrelotação e inadequação** (Figura 1).

Figura 1. Definição de situações de habitação indigna (Programa 1º Direito)



Fonte: Adaptado do DL Nº 37/2018 e DL Nº81/2020

A necessidade de harmonizar a legislação e de adequar os instrumentos criados no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação, conduziu à aprovação do DL Nº81/2020, de 2 de outubro. As alterações introduzidas

clarificaram o conceito de sobrelotação (Art.5º) e ampliaram o espectro das entidades beneficiárias (Art.26º), estendendo-o às cooperativas de habitação, às entidades de resposta e de acolhimento de beneficiários de proteção internacional e às pessoas em situação de sem-abrigo. Também se alteraram aspetos relacionados com o financiamento, apresentação de candidaturas, contratualização, procedimentos concursais e situações de incumprimento. As alterações que mais relevam para os municípios são: o facto de poderem promover soluções habitacionais na qualidade de parceiros ou enquanto beneficiários diretos (Art.25º); a responsabilidade que devem assumir na prestação de apoio técnico à instrução das candidaturas (Art.59º); e a necessidade de comunicarem, num prazo de 90 dias, aos beneficiários diretos a aprovação das soluções habitacionais a que se candidataram junto do IHRU.

I.2 METODOLOGIA

A metodologia para a elaboração da ELH-CB tem por base o definido pela Portaria nº 230/2018 (artigo 2º, ponto 2). Os trabalhos desenvolvidos cumprem os propósitos de apresentar um diagnóstico das carências habitacionais e definir um plano de ação que responda a essas necessidades (Tabela 2).

Tabela 2. Programa de trabalhos para a elaboração da ELH-CB

FASE 1 – Diagnóstico global atualizado das carências habitacionais
Enquadramento territorial e caracterização das tendências recentes de evolução demográfica, socioeconómica e do parque habitacional
Identificação das situações concretas de carência habitacional e de habitabilidade indigna
FASE 2 – Estratégia e plano de ação
Definição das soluções habitacionais em resposta ao resultado do diagnóstico de carências
Programação e priorização das soluções habitacionais
Definição do modelo de acompanhamento e monitorização
Enquadramento da ELH-CB nos princípios do Programa 1º Direito

Fonte: Elaborado pelo grupo GETIN-UA, 2021

Fase 1. - Diagnóstico global atualizado das carências habitacionais

Esta componente é precedida pelo relatório de **Diagnóstico Territorial e Socioeconómico**, onde se analisa a ocupação do território, a estrutura e a tendência de evolução demográfica, as características sociais, económicas e do parque habitacional. Tem por base a recolha, tratamento e análise de dados provenientes de fontes oficiais (Instituto Nacional de Estatística, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), complementados por outros disponibilizados pela Câmara Municipal de Celorico de Basto. Neste caso considera-se a informação proveniente dos instrumentos de planeamento e gestão territorial, dos programas de desenvolvimento social e de outros processos relevantes para a identificação de carências e vulnerabilidades habitacionais.

O processo para o **levantamento e validação das situações de vulnerabilidade e de carência habitacional** seguiu as etapas que a seguir se descrevem.

Etapa 1. A equipa técnica da UA definiu os requisitos técnicos para a construção de um formulário que permitisse a recolha dos dados socioeconómicos relevantes. O questionário, disponibilizado online, foi estruturado de acordo com as dimensões relevantes definidas no âmbito do programa 1º Direito e organizou-se em três secções.

A primeira está vocacionada para fazer a **caraterização do agregado familiar** (dimensão, idade dos elementos e relações de parentesco) incidindo sobre elementos obrigatórios que devem ser incluídos na ELH, no quadro das respostas habitacionais que permitem indicar a solução mais adequada.

A segunda secção está orientada para a **caraterização da habitação** do agregado familiar identificado na secção 1. A informação recolhida nesta secção permitiu caracterizar com maior detalhe as dimensões físicas e estruturais da habitação, bem como o meio envolvente em que se insere (tipologia da habitação, regime de ocupação, tipo de construção, qualidade do espaço urbano circundante).

A última secção de questões destinou-se a associar os casos de carência habitacional às **situações de habitação indigna: precariedade; sobrelotação; insalubridade e insegurança; inadequação**. Nesta secção incluímos um aspeto transversal às 4 dimensões acima referidas, que respeitam à vulnerabilidade socioeconómica, de modo a obter, sempre que possível, informação sobre a situação financeira dos agregados familiares.

Etapa 2. A equipa técnica da Câmara Municipal, entre fevereiro e maio de 2021, sinalizou as situações de carência habitacional ou de habitabilidade indigna. A informação que disponibilizou tem por base o conhecimento detalhado das situações no âmbito do trabalho desenvolvido pelos Serviços de Ação Social e dos diversos programas de acompanhamento e apoio às famílias residentes no município (e.g. Oficina Móvel Municipal e Celorico a Mexer). Adicionalmente, no seguimento das lógicas de acompanhamento de proximidade que caracteriza a sua ação, esta equipa interagiu com várias famílias no sentido de clarificar e obter informação atualizada sobre o estado em que as habitações se encontram.

Etapa 3. Foram realizadas diversas sessões de trabalho entre as equipas da UA e da Câmara Municipal, que contribuíram para uma melhor compreensão dos casos sinalizados, para homogeneizar os critérios de preenchimento e para identificar a carência principal a considerar no âmbito da ELH-CB, uma vez que um número significativo de famílias combina várias situações de carência habitacional.

Fase 2 - Estratégia e Plano de Ação da ELH-CB.

Nesta fase define-se a **visão global e os objetivos** que determinam a atuação da Estratégia Local de Habitação. O **plano de ação** comporta **medidas estratégicas** associadas às situações de vulnerabilidade e de carência habitacional de acordo com o quadro regulamentar do Programa 1º Direito e outras linhas de atuação que preconizam uma intervenção integrada que contribui para desenvolvimento local, ambicionando fixar e atrair diferentes segmentos populacionais.

São detalhadas as linhas de ação em consonância com as alíneas b), c), d) e e) da Portaria nº 230/2018 dirigidas ao Programa 1º Direito, tendo em conta os critérios específicos para a tipificação de situações de famílias que vivem em habitações indignas, procurando assegurar elementos necessários à futura verificação da elegibilidade dos agregados familiares para efeitos de financiamento. Do ponto de vista das soluções habitacionais, são identificadas as que serão concretizadas pelos **beneficiários diretos** (e.g. autopromoção, reabilitação de habitação de que sejam titulares ou aquisição e reabilitação de habitação) e as que prefiguram **ações de iniciativa pública** que o município entende serem necessárias para concretizar a solução habitacional. Neste caso, as soluções serão implementadas por **entidades beneficiárias**. Apresenta-se a ordem de prioridade das soluções habitacionais a promover, assim como o orçamento estimado tendo em consideração as soluções propostas e os elementos que justificam o enquadramento da ELH-CB nos princípios do Programa 1º Direito.

I.3 ESTRUTURA DO DOCUMENTO

A ELH-CB está organizada em quatro partes, como a seguir se apresenta.

Parte I – A primeira parte versa sobre o quadro normativo da Nova Geração de Políticas de Habitação, destacando os princípios gerais dos instrumentos que permitem assegurar o acesso a uma habitação adequada. Apresenta-se com maior detalhe o referencial do programa 1º Direito, enquanto instrumento privilegiado para responder às situações de carência (precariedade, insalubridade e insegurança, inadequação e sobrelotação) garantindo habitação digna e adequada. Apresenta-se ainda a metodologia que esteve na base do desenvolvimento das diferentes fases da ELH-CB.

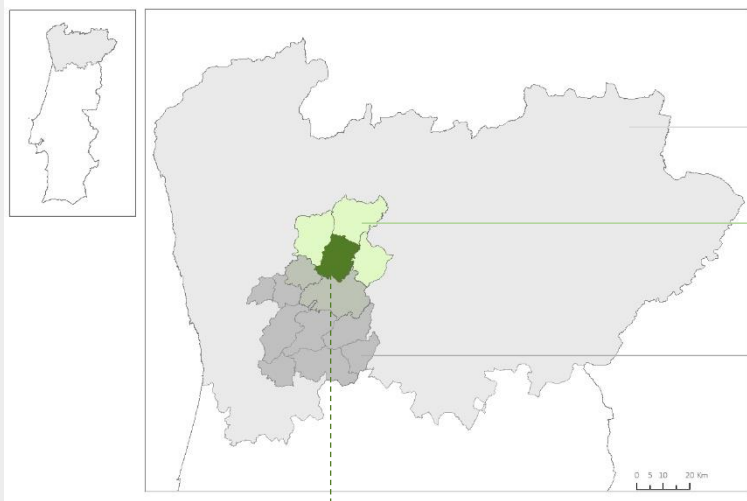
Parte II – O diagnóstico territorial e socioeconómico que é apresentado na segunda parte permite compreender as trajetórias de evolução e a realidade demográfica, social e habitacional do município. Com efeito, são incluídos indicadores sobre i) a estrutura de povoamento, úteis na identificação de potenciais situações de isolamento social e territorial; ii) o perfil socioeconómico das famílias, que permite antecipar situações de maior vulnerabilidade e carência económica, nomeadamente no acesso ao mercado da habitação; e iii) a caracterização do parque e mercado habitacional, que permite uma análise sobre os (des)equilíbrios entre a procura e a oferta. São ainda incluídos indicadores complementares de análise sobre as condições de habitabilidade e salubridade no município.

Parte III – A terceira parte decorre do levantamento das situações de vulnerabilidade e de carência habitacional, especificamente orientado para promover respostas e soluções habitacionais ao abrigo do programa 1º Direito. Com base na informação recolhida sobre os agregados familiares, apresenta-se uma caracterização global das necessidades, nomeadamente ao nível da composição etária das famílias, das principais fontes de rendimento, dos valores auferidos e das carências habitacionais sinalizadas. Este conteúdo é detalhado no plano de ação e é parte integrante da secção seguinte.

Parte IV – Esta parte é dedicada à apresentação da estratégia e plano de ação. Com efeito, é definida a visão global e os objetivos que norteiam a Estratégia Local de Habitação de Celorico de Basto. São estes objetivos que conferem consistência às medidas estratégicas a implementar no médio e longo prazo. É atribuída particular atenção às ações definidas no âmbito do programa 1º Direito, sendo apresentadas algumas tabelas-resumo que seguem a estrutura e os parâmetros estabelecidos pelo IHRU. As prioridades de atuação são definidas apenas para as soluções habitacionais a desenvolver para resolver as situações de grave carência habitacional, de acordo com as situações previstas no Decreto-Lei n.º 37/2018, na sua redação atual. O orçamento que se apresenta é determinado a partir dos valores de referência no financiamento e de comparticipação estabelecidos para os diferentes tipos de solução habitacional. Por fim, respondendo ao designado no artigo 2º, alínea e) da Portaria n.º 230/2018, alterado pela Portaria n.º 41/2021 demonstra-se o enquadramento da ELH-CB nos princípios do programa 1.º Direito (presentes no art.3º do DL n.º37/2018), aplicáveis em função das especificidades socioeconómicas e urbanísticas do território e sem prejuízo de se poder fundamentar a não aplicação de alguns desses princípios devido às referidas especificidades territoriais e socioeconómicas.

PARTE II – DIAGNÓSTICO TERRITORIAL E SOCIOECONÓMICO

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA



NUTS II
Região Norte

Concelhos limítrofes:
Amarante, Felgueiras, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e de Fafe

NUTS III
Comunidade intermunicipal do Tâmega e Sousa

Celorico de Basto

15 freguesias



Freguesias mais distantes da sede do Concelho

11 - 15 km

Agilde
UF de Canedo de Basto e Corgo
Borba da Montanha
Basto (São Clemente)
UF de Carvalho e Basto (Sta. Tecla)
Fervença
Moreira do Castelo
Ribas
Vale de Bouro

≥ 16 km

Rego

PRINCIPAIS MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS



50% da população residente utiliza o automóvel como principal meio de transporte



30% da população residente utiliza o autocarro ou transporte coletivo



32% movimentos pendulares entre freguesias do município



28% movimentos pendulares para fora do município

EQUIPAMENTOS SOCIAIS

4
valências

- infância e juventude
- pessoas idosas
- necessidades especiais
- família e comunidade

90-100%

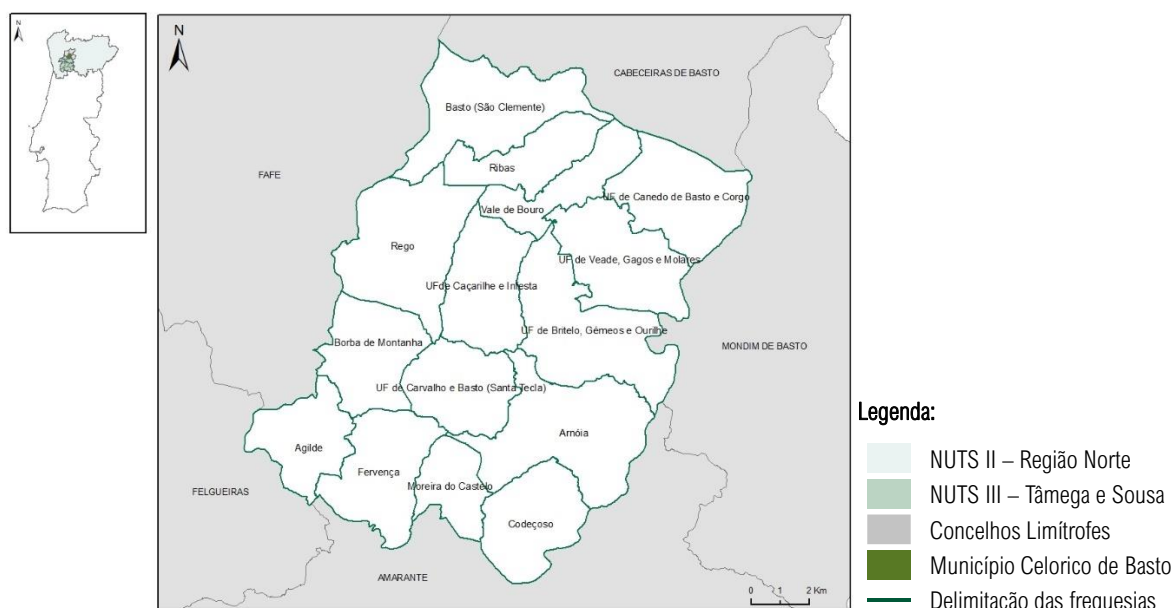
capacidade de resposta no limite (ou muito próximo)

II.1 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

II.1.1 Organização político-administrativa

O concelho de Celorico de Basto localiza-se no distrito de Braga, na Região Norte (NUT II) e na sub-Região Tâmega e Sousa (NUT III). Partilha as suas fronteiras administrativas com os municípios de Amarante, Felgueiras, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e de Fafe. Ocupa uma área de 181,1 km² e é, desde 2013, constituído por 15 freguesias: Agilde, Arnóia, Basto (S. Clemente), Borba de Montanha, Codeçoso, Fervença, Moreira do Castelo, Rego, Ribas, Vale do Bouro, UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, UF de Caçarilhe e Infesta, UF de Canedo de Basto e Corgo, UF de Carvalho e Basto (Sta. Tecla) e UF de Veade, Gagos e Molares.

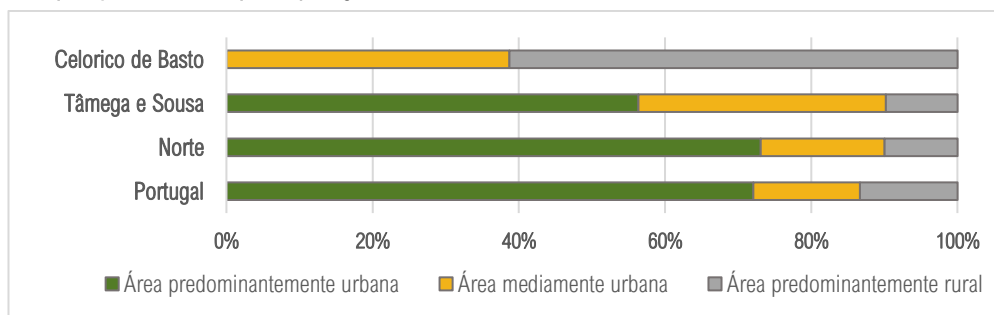
Figura 2. Localização do concelho de Celorico de Basto



Fonte: GETIN_UA

Celorico de Basto apresenta uma ocupação do solo com usos predominantemente rurais onde reside 61% da sua população. Os restantes habitantes ocupam áreas medianamente urbanas (Censos 2011). Esta realidade contrasta com o padrão nacional, com o da Região Norte, e também com a realidade da NUTS Tâmega e Sousa, onde a população se concentra em áreas predominantemente urbanas (Figura 3).

Figura 3. População residente por Tipologia de Áreas Urbanas em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

II.1.2 Acessibilidades rodoviárias e transportes públicos

As acessibilidades rodoviárias em Celorico de Basto favorecem as ligações dentro do concelho e também com os concelhos limítrofes.

A inserção na rede rodoviária nacional faz-se através da:

- EN206 - liga a Fafe à vila de Arco de Baúlhe;
- EN210 - liga a Amarante, Cabeceiras de Basto e Fermil à A4;
- EN304 - liga Fermil a Mondim de Basto;
- ER 101-4 - liga Celorico de Basto, Arnóia (Castelo), Fervença (Mota), Agilde, Lixa, Felgueiras e Fafe.

A rede de estradas municipais complementa a rede nacional, ligando a sede de concelho a outros aglomerados tais como Gandarela, Fermil e Mota e também aos concelhos limítrofes. Para o efeito destacam-se:

- a CM 1733, EM616-1 e EM 615 - liga Celorico-Rego, Ourilhe, Caçarilhe e Fafe;
- a EM618 e EM617 - liga Celorico de Basto, Fafe, Gémeos, Carvalho e Borba;
- a EM616 - liga Gandarela e Mota;
- a EM619 - liga Celorico, Castelo e Arnóia (onde intersesta a ER101-4);
- a EM518 - liga Moreira do Castelo e Amarante;
- a EN210 - atravessa o centro de Celorico de Basto.

Esta rede rodoviária articula-se com uma malha de vias complementares e de caminhos municipais que ligam as diferentes localidades por estradas desclassificadas, municipalizadas ou a municipalizar, tais como a EDM210 entre Amarante e Celorico e a ED304 entre Gandarela e Fermil.

O transporte coletivo de passageiros depende de linhas interurbanas, asseguradas pela Auto-Viação Landim, LDA; a Transdev e a Valpi Bus-Alberto Pinto & Filhos Transportes Rodoviários. Estas operadoras são contratadas pelo município para prestar o serviço de transporte escolar.

A rede de transportes públicos estrutura-se em 10 rotas principais distribuídas pelas 2 empresas. As da Transdev (7 percursos) estão concentradas a este do município. Para além disso, esta empresa assegura duas carreiras que atravessam o concelho de este para oeste fazendo a ligação com Guimarães e Penafiel. Mais a norte, as ligações de transportes públicos dependem da carreira com origem em Cabeceiras de Basto, que passa por Gandarela com destino a Guimarães. A sul, a carreira da Valpi Bus-Alberto Pinto & Filhos Transportes Rodoviários liga Moreira do Castelo a Amarante.

No concelho de Celorico de Basto existem cerca de 180 paragens de autocarro, contudo subsistem alguns problemas que diminuem a segurança de quem as usa. Desse conjunto de problemas destacam-se a ausência de sinalética adequada e a falta (em alguns casos) de abrigos.

II.1.3 Acessibilidades e meios de transporte mais utilizados

A maioria dos aglomerados de Celorico de Basto localiza-se entre 11-15 km, sendo a freguesia de Rego a única que dista a mais de 15km.

Tabela 3. Distância (km) entre a sede de concelho e as sedes de freguesias

Freguesias	Distância à sede do Concelho
Entre 0 e 5km	
UF de Caçarilhe e Infesta	4
Arnóia	4
Entre 6 e 10 km	
UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe	6
UF de Veade, Gagos e Molares	6

Freguesias	Distância à sede do Concelho
Codeçosos	10
Entre 11 e 15 km	
Agilde	15
UF de Canedo de Basto e Corgo	12
Borba de Montanha	12
Basto (São Clemente)	13
UF de Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	11
Fervença	14
Moreira do Castelo	11
Ribas	11
Vale de Bouro	11
≥ 16 km	
Rego	16

Fonte: GETIN_UA, com base no Open Street Maps

Em 2011, a população residente (empregada ou estudante) manifestava uma proporção significativa de movimentos pendulares entre as freguesias (32%) e, também, destas para outros concelhos (28%). Em Celorico de Basto mais de 50% da população residente utilizava o automóvel como principal meio de transporte, sendo este um padrão comum a todas as freguesias. Em parte, este valor pode ser justificado pela população que trabalhava ou estudava noutro concelho (34% do total de população residente que utilizava o automóvel residia ou trabalhava noutro concelho). A população que utilizava transporte coletivo representava 30% do total, manifestando duas dinâmicas: por um lado, as freguesias mais distantes da sede do concelho apresentam valores mais elevados associados aos movimentos pendulares (e.g. Borba de Montanha e Moreira do Castelo) feitos por transporte individual; por outro lado, Basto (S. Clemente), Vale de Bouro e Agilde, apresentavam valores mais significativos (entre 25 e 30%) na utilização de transportes coletivos.

Tabela 4. Principal meio de transporte utilizado pela população residente que vive no alojamento a maior parte do ano (%) 2011

	a pé	automóvel	autocarro	transporte coletivo da empresa ou escola	outro
Celorico de Basto	12	56	16	14	2
Agilde	4	55	25	12	4
Arnóia	11	60	17	8	4
Borba de Montanha	9	46	11	32	2
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	23	58	9	8	2
UF Caçarilhe e Infesta	4	49	21	24	2
UF Canedo de Basto e Corgo	7	62	21	6	4
UF Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	-	51	23	19	7
Codeçosos	4	61	19	13	3
Fervença	14	51	10	22	3
Moreira do Castelo	7	48	3	40	2
Rego	6	53	17	21	3
Ribas	9	50	23	18	-
Basto (S. Clemente)	5	46	31	17	1
UF Veade, Gagos e Molares	15	61	15	8	-
Vale de Bouro	5	46	31	17	1

Fonte: INE, Censos 2011, com tratamento do GETIN_UA

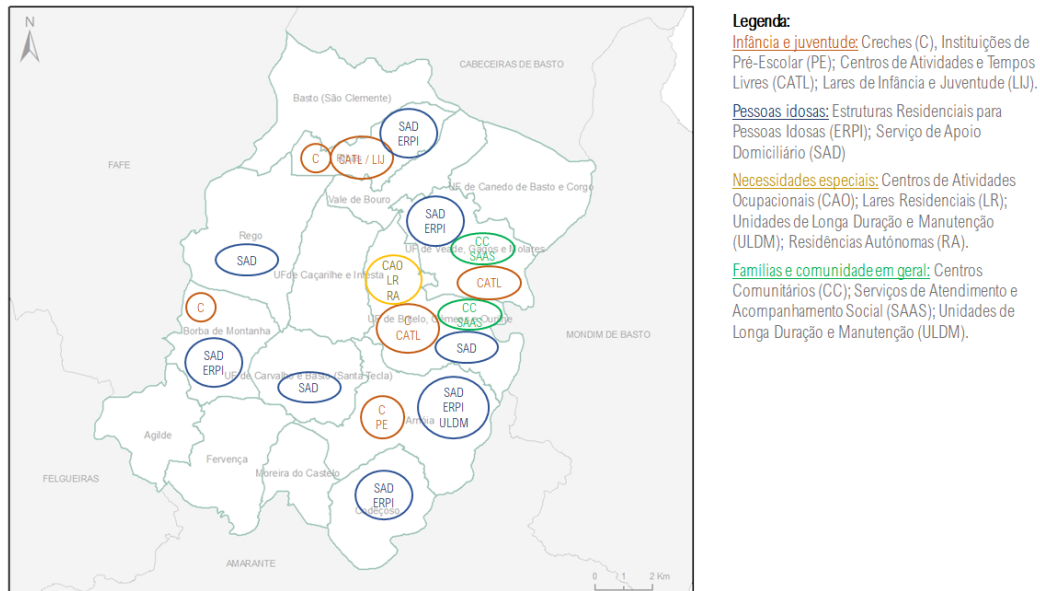
II.1.4 Equipamentos Sociais

A configuração da rede de equipamentos sociais é importante no contexto da ELH-CB porque é da sua maior ou menor eficiência que resulta a capacidade de atenuar os efeitos de exclusão social provocada pelo isolamento. Por conseguinte, de seguida, apresenta-se uma breve descrição dos equipamentos sociais, realçando as suas valências, o tipo de resposta e o nível de cobertura.

Com a informação coligida no REOT de Celorico de Basto e com a que se pode retirar da Carta Social de Portugal, é possível caracterizar a capacidade de resposta da rede de equipamentos sociais que abrange quatro valências: infância e juventude; pessoas idosas; deficiência; e família e comunidade (Figuras 4 e 5).

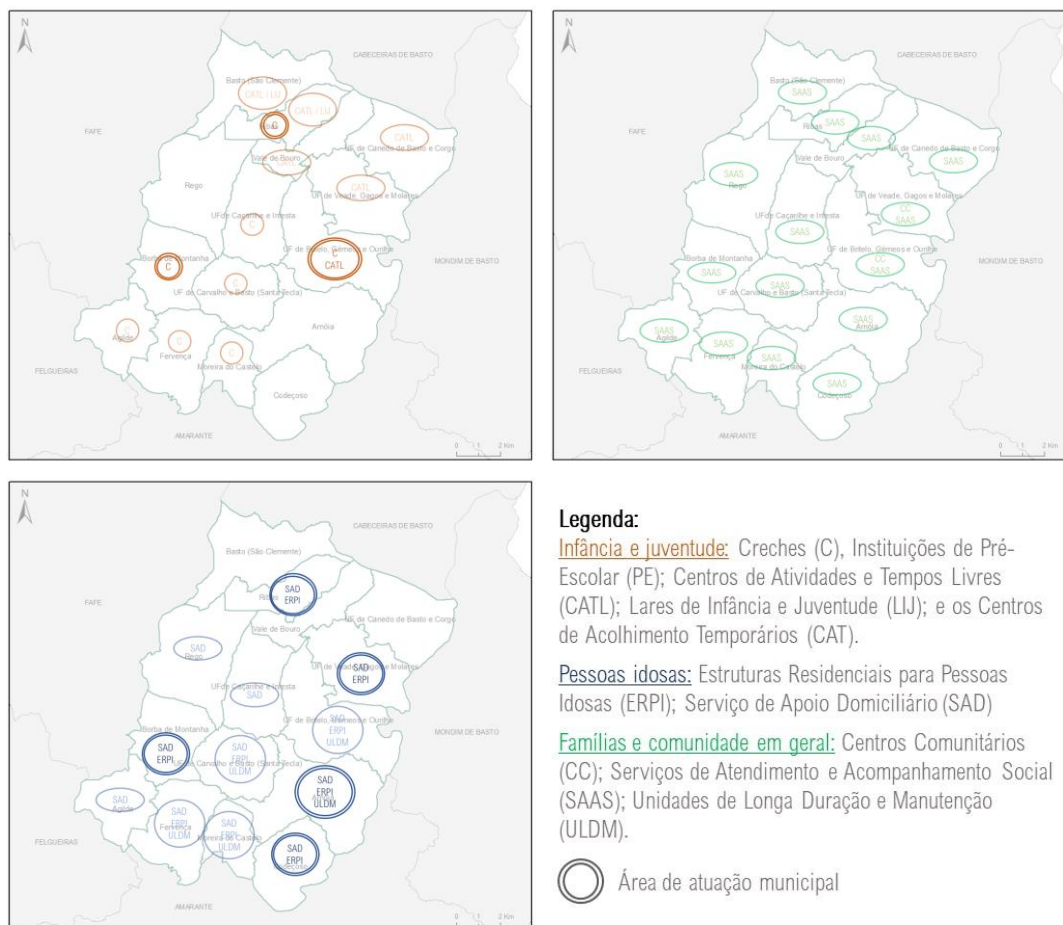
- Infância e juventude – equipamentos para as valências de creche (C), pré-escolar (PE) e centro de atividades de tempos livres (CATL).
- Idosos – equipamentos para as valências de serviço de apoio domiciliário (SAD), destinados a apoiar (e.g. refeições, higiene pessoal e limpeza realizadas por equipas especializadas) a permanência na habitação; e Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI).
- Intervenção social e apoio à comunidade – a resposta concentra-se na Associação de Solidariedade Social de Basto que permite responder a necessidades específicas da população (e.g. pessoas com deficiência ou necessidades especiais). Desenvolve as valências de Centro de Atividade Ocupacional (CAO), Lar Residencial (LR), Residência Autónoma (RA), Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); e Unidades de Longa Duração e Manutenção (ULDM).
- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Protocolo RSI) do Centro Social de Gagos.
- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Protocolo Ação Social) da Câmara Municipal de Celorico de Basto.

Figura 4. Localização dos equipamentos sociais por dimensão social e por valência



Fonte: GETIN-UA, com base na Carta Social e no REOT

Figura 5. Área de atuação e de cobertura das respostas sociais, por dimensão social e por valência²



Fonte: GETIN_UA, com base na Carta Social e no REOT

Quanto à capacidade de resposta e à taxa de ocupação, verifica-se que, à exceção dos Centro de Atividades e Tempos Livres, a generalidade dos restantes equipamentos sociais (e das respetivas valências) estão próximos da sua capacidade máxima de resposta, com taxas de ocupação entre os 90 e os 100% (Tabela 5.). Fazendo uma análise por equipamento e por valência, destaca-se, por exemplo, o Centro de Atividades e Tempos Livros (CATL) da Casa da Família Juvenil do Centro Social Paroquial do Divino Salvador, que apresenta uma taxa de ocupação de 45%, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) da Santa Casa da Misericórdia de São Bento da Arnóia com uma taxa de ocupação de 57%; e o CATL do ATL do Centro Social e Paroquial de Molares com uma taxa de ocupação de 79%. Existem ainda outras respostas, como seja a Unidade de Longa Duração e Manutenção e a valência de Centro Comunitário que estão afetadas apenas a um equipamento social.

A oferta de equipamentos de apoio social direcionada às necessidades desta população aumentou como resposta ao envelhecimento (REOT, 2019). Note-se que a população com mais de 65 anos representa um quinto dos residentes. Atualmente, os serviços prestados por este tipo de equipamentos respondem às necessidades de 554 utentes.

² O equipamento dedicado à valência das necessidades especiais, localizado na UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, tem uma cobertura territorial municipal.

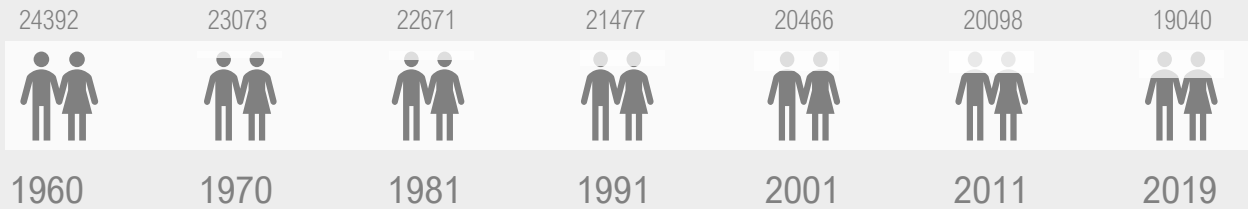
Tabela 5. Número de equipamentos por valência, capacidade de resposta, número de utentes e taxa de ocupação

Dimensão social	Valência	Nº de equipamentos	Capacidade de resposta	Nº de utentes	Taxa de ocupação (%)
Infância e Juventude	Creche	4	136	130	96
	Pré-escolar	1	25	24	96
	Centro de Atividades e Tempos Livres	3	153	106	69
Pessoas Idosas	Serviço de Apoio Domiciliário	9	340	318	94
	Estruturas residenciais para pessoas idosas	5	227	216	95
	Unidades de Longa Duração e Manutenção	1	20	20	100
Necessidades especiais	Centros de Atividade Ocupacional	1	30	30	100
	Lar residencial	1	12	12	100
	Residência Autónoma	1	5	4	80
Família e Comunidade	Centro comunitário	1	240	240	100
	Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social	3	*	*	*

* Dados sujeitos a confirmação por parte do município

Fonte: Carta Social de Portugal 2020 e REOT 2019

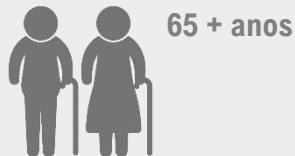
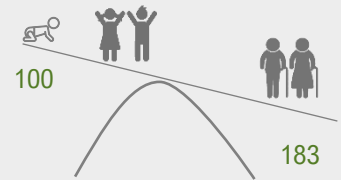
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL



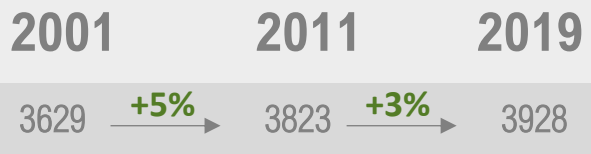
19 040
habitantes



ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO



21 % da população total



Variação da população por grupo etário 2011-2019



CARACTERÍSTICAS DAS FREGUESIAS

Freguesias com decréscimo populacional acentuado e estrutura demográfica mais envelhecida

Agilde
Canedo de Basto e Corgo
Basto (S. Clemente)
Arnóia
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)
Codeçoso
Ribas

Freguesias com crescimento populacional e com uma estrutura demográfica menos envelhecida

Vale de Bouro
Borba da Montanha
Britelo, Gémeos e Ourilhe
Caçarilhe e Infesta
Fervença
Moreira do Castelo
Rego
Veade, Gagos e Molares

ESTRUTURA DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL

30 % habitantes

Britelo, Gémeos e Ourilhe
Veade, Gagos e Molares

6 % dos habitantes residia em aglomerados urbanos com população inferior ou igual a 40 habitantes e a população com idade igual ou superior a 65 anos tinha um peso de **24 %** na composição dos núcleos familiares

- características de zona montanhosa
- traços rurais
- padrão de maior dispersão

II.2 POVOAMENTO E DEMOGRAFIA

II.2.1 Estrutura de povoamento

A análise da estrutura do povoamento é feita com base na distribuição da população e na observação das densidades (por freguesia) demográfica e habitacional.

Tabela 6. População residente, densidade demográfica (2011) e aglomerados urbanos (CAOP2018)

	Nº de lugares (aglomerados urbanos)	População 2011	Proporção da população (%)	Proporção da população acumulada (%)	Densidade demográfica	Densidade habitacional
Celorico de Basto	774	20098	100		111	59
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	153	3670	18,3	18,3	214	109
UF Veade, Gagos e Molares	86	1963	9,8	28,1	151	78
Arnóia	73	1702	8,5	36,6	91	54
Basto (S. Clemente)	46	1524	7,6	44,2	99	54
Fervença	46	1445	7,2	51,4	120	64
UF Canedo de Basto e Corgo	43	1321	6,6	58	100	54
Borba de Montanha	50	1294	6,4	64,4	119	52
Rego	47	1241	6,2	70,6	72	43
Agilde	38	1227	6,1	76,7	136	68
Ribas	39	1068	5,3	82	129	58
UF Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	48	1001	5	87	100	59
Vale de Bouro	28	813	4	91	103	56
UF Caçarilhe e Infesta	22	758	3,8	94,8	67	40
Moreira do Castelo	26	627	3,1	97,9	102	44
Codeçoso	29	444	2,2	100	41	24

Fonte: INE, Censos 2011

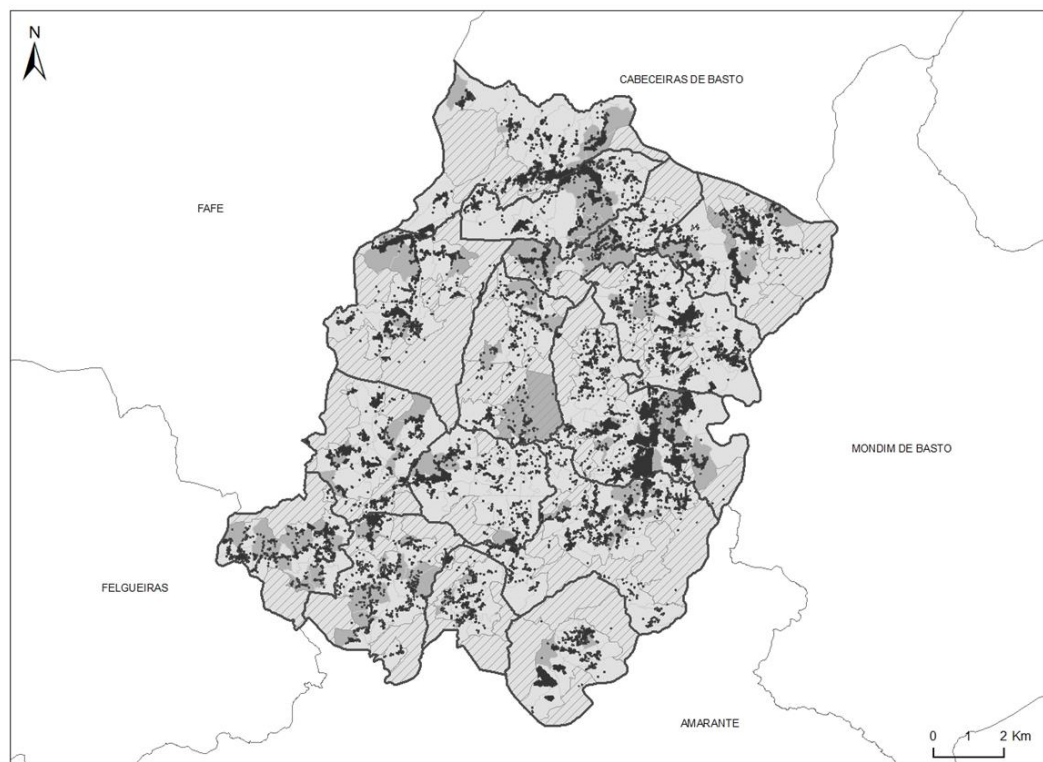
Na UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe concentra-se 18,3% da população (3.670 habitantes) e na UF de Veade, Gagos e Molares 9,8%. Mais de metade da população concentra-se nas cinco freguesias mais habitadas. No seu conjunto a UF Caçarilhe e Infesta e as freguesias de Moreira do Castelo e Codeçoso fixam cerca de 13% da população. Note-se ainda que:

- Codeçoso, Rego e a UF de Caçarilhe e Infesta apresentam valores de densidade demográfica significativamente baixos (entre 41 e 72 habitantes/Km²);
- O rácio de alojamento por família situa-se em 1,6. A UF de Carvalho e Basto (Sta. Tecla) e as de freguesias de Arnóia e Rego, apresentam densidade demográfica abaixo do valor médio do concelho e apresentam um rácio superior (1,8) de alojamentos por família;
- A UF de Caçarilhe e Infesta e a freguesia de Vale de Bouro, com menor proporção de população residente (na ordem dos 4%), apresentam densidades habitacionais e rácio de alojamento por família (1,6) acima da média do concelho.

Em 2011, cerca de 6% da população residia em aglomerados com população inferior ou igual a 40 habitantes. Nestes aglomerados, a população com idade igual ou superior a 65 anos assumia um peso de 24%. A UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe é a única com população acima de 2000 habitantes (corresponde a 11% da população residente).

As freguesias com maior densidade habitacional não são necessariamente aquelas que concentram mais população (Tabela 6.), realçando o padrão de dispersão do povoamento (Figura 6³). Nos lugares com população inferior a 40 habitantes, o rácio de alojamentos por família varia entre 1,1 (Leira Maior) e 3,6 (Fraga).

Figura 6. Distribuição da população residente, por aglomerados urbanos inferiores e superiores a 40 habitantes



Legenda:

- Área edificada
- Lugares com mais de 40 habitantes
- Lugares com menos de 40 habitantes
- Áreas residuais

Fonte: GETIN_UA (dados CAOP 2018 e Open Street Map)

A população que reside fora dos limites dos aglomerados urbanos (classificadas pelo INE como áreas residuais), na sua totalidade, corresponde a 3% da população total residente (Tabela 7.).

Tabela 7. População residente (em 2011) em áreas residuais (%)

	População residente em áreas residuais (nº)	População residente em áreas residuais face à população da freguesia	População residente em áreas residuais face à população do município
Celorico de Basto	693	-	3,4
Arnóia	47	2,8	0,2
Basto (S. Clemente)	54	3,5	0,3
Borba de Montanha	48	3,7	0,2
Codeçoso	5	1,1	0,0
Fervença	9	0,6	0,0
Moreira do Castelo	21	3,3	0,1

³ A carta das áreas edificadas apresentada pela Direção Geral do Território é suportada na Base de Dados de Edifícios Residenciais Clássicos 2011-2019 do INE.

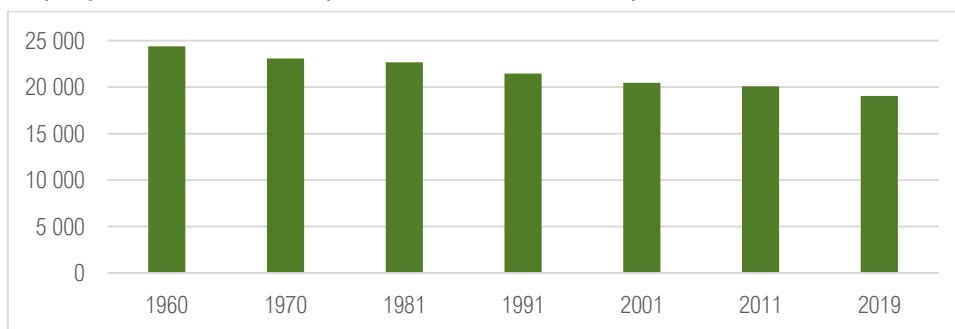
Rego	48	3,9	0,2
Vale de Bouro	12	1,5	0,1
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	48	1,3	0,2
UF Caçarilhe e Infesta	169	22,3	0,8
UF Canedo de Basto e Corgo	154	11,7	0,8
UF Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	8	0,8	0,0
UF Veade, Gagos e Molares	70	3,6	0,3

Fonte: INE, Censos 2011

II.2.2 Evolução da população residente

O município de Celorico de Basto tem vindo a registar um decréscimo populacional desde a década de 60 (Figura 7). Entre 2001 e 2011 essa redução demográfica foi de 2% e os dados estimados do INE para a população residente em 2019 apontam para a continuidade desta tendência de declínio populacional, que no período de 8 anos (2011-2019) terá correspondido a -5% (ou seja, a menos 1 058 habitantes).

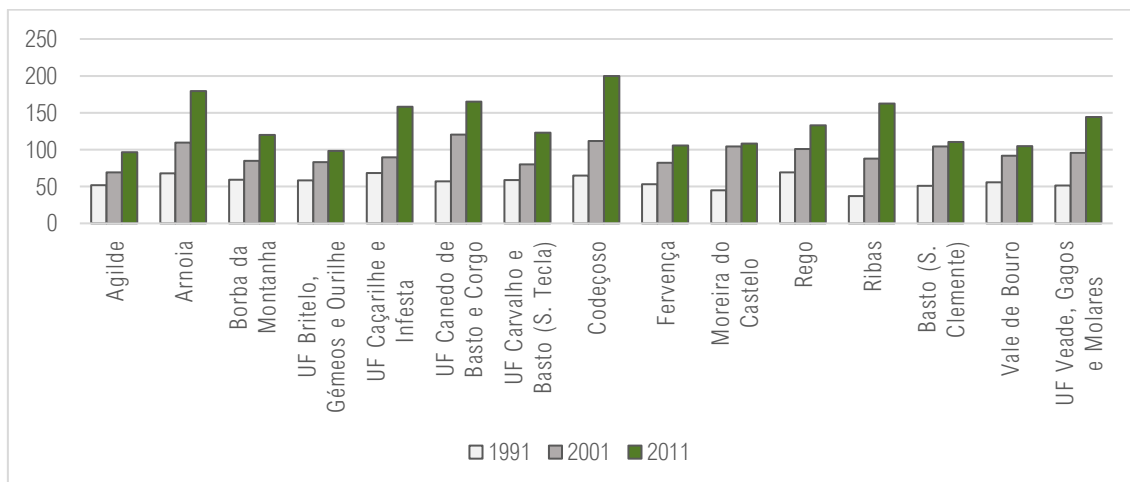
Figura 7. População residente no município de Celorico de Basto, nos períodos censitários desde 1960 (Nº)



Fonte: INE, Censos 1960-2011 e Estimativas da população 2019

Atualmente Celorico de Basto tem cerca de 19 mil habitantes e apresenta uma estrutura etária envelhecida. Integrado numa região com heterogeneidade ao nível da estrutura etária, mas considerada relativamente jovem no contexto regional e nacional, o concelho, quando comparado com as unidades geográficas de referência apresenta indicadores de envelhecimento mais acentuados (e.g. o índice de envelhecimento é o terceiro mais alto da NUTS Tâmega e Sousa). Esta realidade tem-se acentuado desde 1991 (Figura 8). Em 2019 o município registava o número de 183 idosos por cada 100 crianças ou jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos ao passo que em 2011 o rácio perfazia um valor de 125.

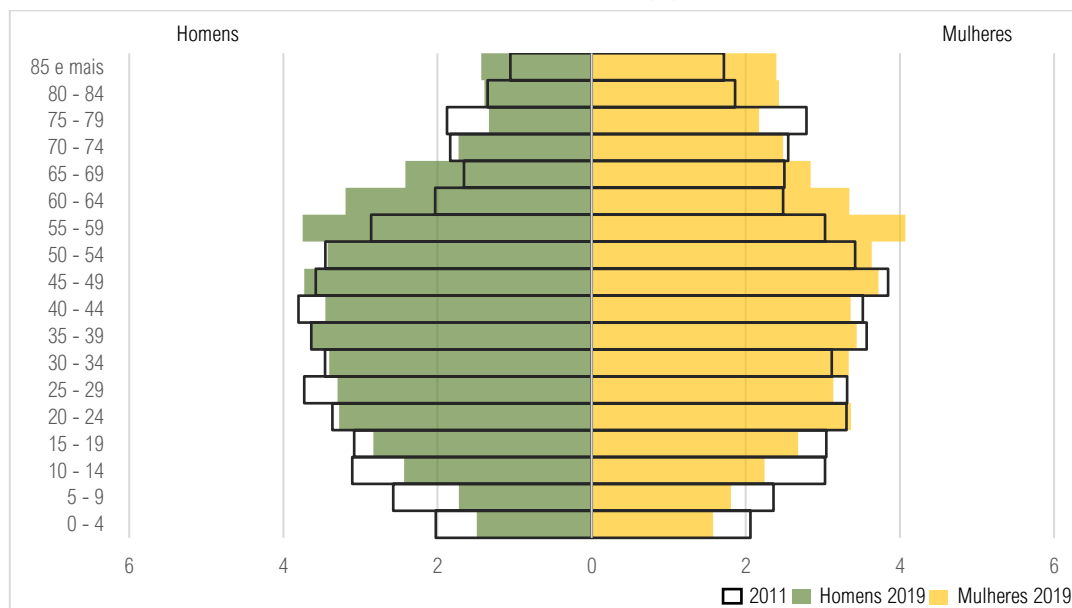
Figura 8. Índice de envelhecimento por freguesia entre 1991 e 2011



Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

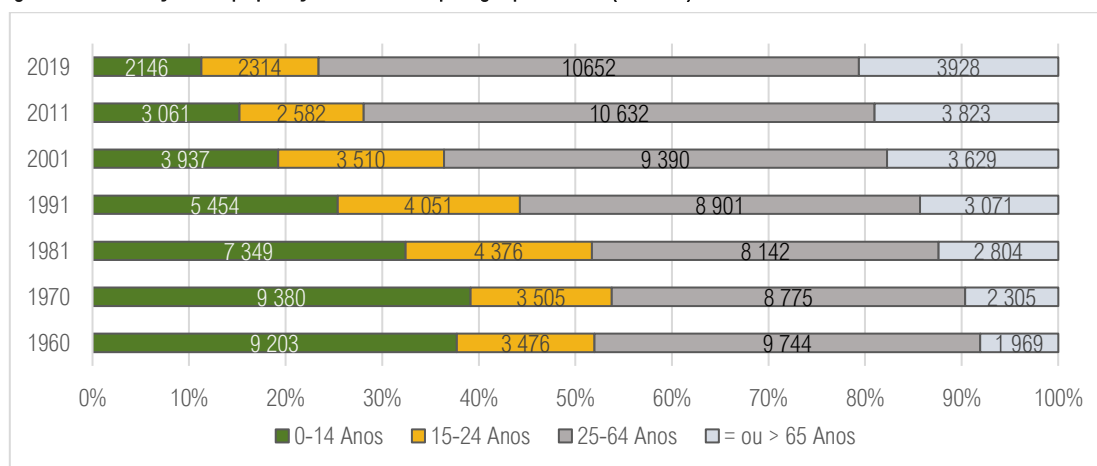
Este padrão de envelhecimento é refletido na estrutura demográfica, com o estreitamento da base e o alargamento do topo da pirâmide etária (Figura 9). A população com mais de 65 anos representava 21% da população residente e a população entre os 50 e os 64 anos 15%, de acordo com a estimativa do INE para a população residente em 2019. Os dois grupos etários mais jovens são os que têm vindo a registar perdas mais significativas (Figura 10). Entre 2011 e 2019 os valores mais expressivos foram registados nos grupos etários dos 0-14 anos (-30%) e 15-24 anos (-10%). Esta tendência de decréscimo mantém-se desde a década de 80 (com valores médios na ordem dos 25%). Com um comportamento inverso destaca-se o grupo etário dos 65 e mais anos. Embora com flutuações na dinâmica de crescimento e em desaceleração desde 2001 (registava, face a 1991 um aumento de 18%), este grupo etário continua a registar valores de crescimento positivos (2%).

Figura 9. Estrutura etária da população residente em 2011 e 2019 (%)



Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas da população

Figura 10. Evolução da população residente por grupo etário (Nº e %) desde 1960



Fonte: INE, Censos 1960-2011 e Estimativas da população 2019

A evolução do índice de envelhecimento, apresentada anteriormente, permite perceber como se tem relacionado a evolução da população idosa e da população jovem. Por outro lado, ao nível inframunicipal, a Tabela 8. apresenta a distribuição da população residente por freguesia nos últimos três períodos censitários. É a análise combinada destes dados que permite identificar freguesias que partilham características comuns na dinâmica de crescimento e na estrutura demográfica. Neste caso, podem distinguir-se dois grupos de freguesias: aquelas que registam um

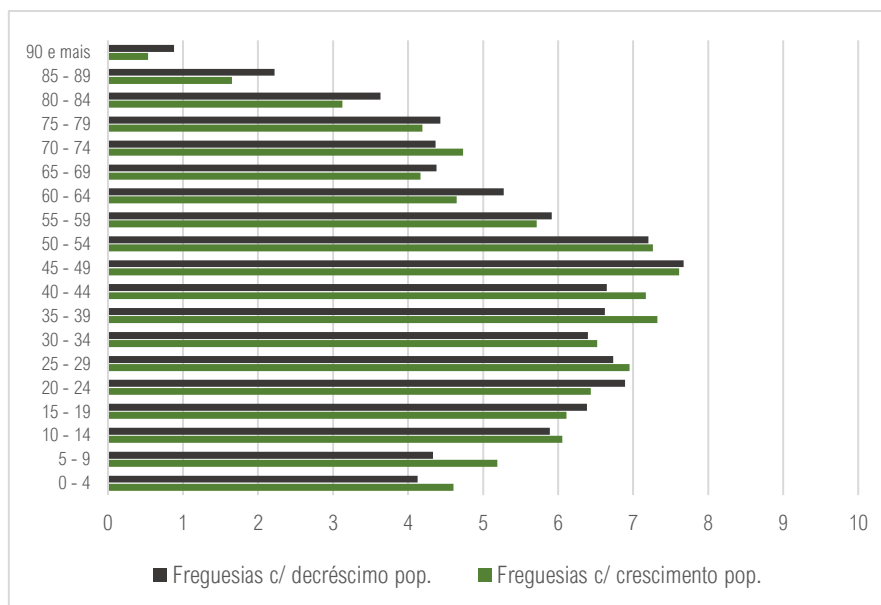
decréscimo populacional acentuado e uma estrutura demográfica mais envelhecida e aquelas onde se verificou crescimento populacional e onde se apresentam estruturas demográficas com mais jovens (Figura 11).

Tabela 8. Evolução da população residente no período entre 2011-2001

	População total			Variação (%)	
	1991	2001	2011	91-01	01-11
Celorico de Basto	21477	20466	20098	-4,70	-1,80
Agilde	1237	1294	1227	4,60	-5,20
Arnóia	1901	1919	1702	0,90	-11,30
Borba de Montanha	1235	1255	1294	1,60	3,10
Britelo, Gémeos e Ourilhe	3543	3561	3670	0,50	3,10
Caçarilhe e Infesta	917	771	758	-15,90	1,70
Canedo de Basto e Corgo	1456	1352	1321	-7,10	-2,30
Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	1201	1117	1001	-7,00	-10,40
Codeçoso	586	503	444	-14,20	-11,70
Fervença	1419	1410	1445	-0,60	2,50
Moreira do Castelo	662	615	627	-7,10	2,00
Rego	1124	1184	1241	5,30	4,80
Ribas	1299	1229	1068	-5,40	-13,10
Basto (S. Clemente)	1890	1587	1524	-16,00	-4,00
Veade, Gagos e Molares	2100	1857	1963	-11,60	5,70
Vale de Bouro	907	812	813	-10,50	0,10

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Figura 11. Estrutura demográfica das freguesias (%) que registaram, entre 2001-2011, decréscimo ou aumento da população residente



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Freguesias mais envelhecidas e que perdem população

Apesar da estrutura demográfica envelhecida comum a todas as freguesias do concelho, o grupo de freguesias enquadrado nesta categoria (Agilde, Canedo de Basto e Corgo, Basto (S. Clemente), Arnóia, Carvalho e Basto (Sta. Tecla), Codeçoso, Ribas) registavam simultaneamente os valores mais expressivos de decréscimo populacional e de variação de residentes com 65 ou mais anos entre 2001 e 2011. É ainda de referir que as freguesias com maior

perda de população total (acima dos 10%) no último período censitário eram também as que assinalavam as maiores perdas no grupo etário dos 0-14 anos (cerca de 7%).

Tabela 9. Freguesias com decréscimo populacional no período entre 2011-2001

Decréscimo (%)	Freguesias
< 5	Agilde
	Canedo de Basto e Corgo
	Basto (S. Clemente)
> 10	Arnóia
	Carvalho e Basto (Sta. Tecla)
	Codeçoso
	Ribas

Fonte: INE, Censos 2011

Freguesias menos envelhecidas e que aumentam a população

Nas freguesias onde se registaram ganhos populacionais existem diferentes dinâmicas de evolução por grupo etário. As taxas de variação (entre 1 e 4%) estão associadas a aumentos da população entre os 40 e os 64 anos (com valores entre 6 e 13%). Estas freguesias são as que apresentam uma estrutura demográfica mais jovem e onde o aumento da população com mais de 65 anos não foi expressivo (abaixo de 1%). Já em Vale de Bouro e na freguesia de Rego, a par do crescimento, assinalaram-se variações entre 1 e 3% dos idosos com mais de 65 anos e a redução da população mais jovem é a mais baixa do concelho (valores abaixo de 5%).

Tabela 10. Freguesias com aumento populacional no período entre 2011-2001

Crescimento (%)	Freguesias
< 1	Vale de Bouro
[1; 4]	Borba de Montanha
	Britelo, Gémeos e Ourilhe
	Caçarilhe e Infesta
	Fervença
	Moreira do Castelo
= ou > 4	Rego
	Veade, Gagos e Molares

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES



+ 10 %

famílias residentes face a 2001



16,5 %

das famílias residentes são famílias unipessoais



65 + anos

60 % das famílias unipessoais são constituídas por pessoas com mais de 65 anos de idade

Dados: INE, 2011

SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO E RENDIMENTO



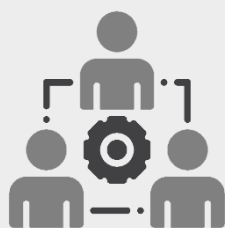
17 % das famílias residentes têm pessoas desempregadas e apenas **5%** está inscrita no IEFP



38,5 % dos indivíduos com 15 e mais anos são beneficiários ativos da Segurança Social



apenas **1 %** da população ativa é beneficiária de subsídio social de desemprego e de subsídio de desemprego



população empregada representa **52 %** (6890 indivíduos) da população em idade ativa

535€

rendimento bruto médio

20 % dos agregados fiscais apresentam um valor médio mensal máximo de **357 €**

42 % dos agregados fiscais apresentam um valor médio mensal máximo de **714 €**

Dados: INE, 2019

APOIOS SOCIAIS



5269 pensionistas

por cada 1000 habitantes em idade ativa existiam 312 pensionistas

RSI

Rendimento Social de Inserção

555 beneficiários

por cada 1000 habitantes em idade ativa existiam 32 beneficiários

202€

375 €

valores médios mensais das prestações sociais da segurança social

II.3 PERFIL SOCIOECONÓMICO DAS FAMÍLIAS

II.3.1 Evolução das famílias residentes

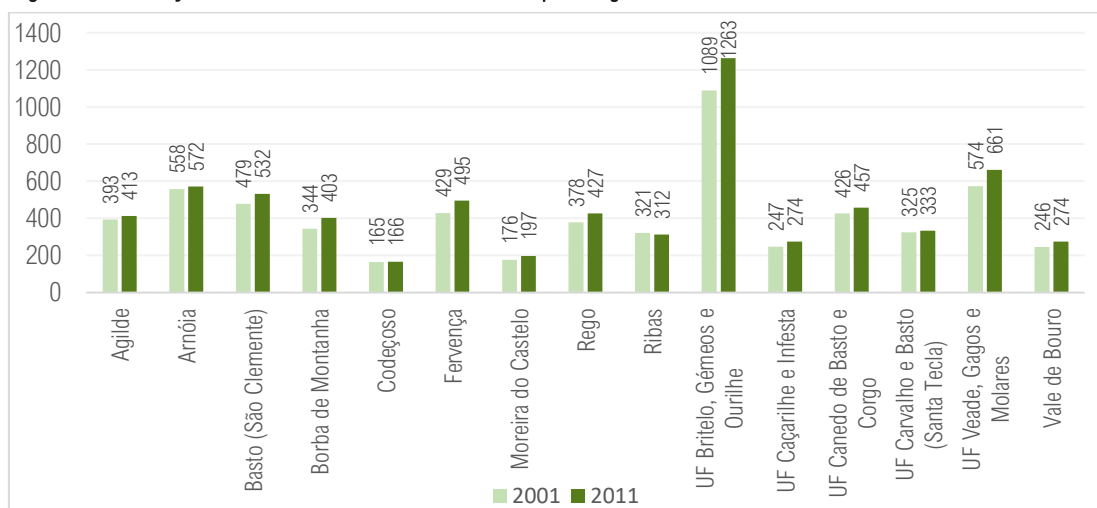
Apesar da perda de população ao longo das últimas duas décadas em Celorico de Basto, verifica-se um aumento do número de famílias, equivalente a uma variação de 10,23% (629 famílias) no período 2001-2011. Esta variação aproxima-se da média geral ocorrida no país (10,8%), sendo superior à registada na Região Norte e na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (Tabela 11.). Este aumento foi transversal a todas as freguesias, com exceção da freguesia de Ribas que registou uma diminuição de nove famílias neste período (Figura 12).

Tabela 11. Evolução das famílias clássicas no município de Celorico de Basto, 1991-2011 e taxa de variação entre 1991-2011

	Famílias clássicas				
	1991	2001	2011	Varição 1991-2011	Varição 2001-2011
Portugal	3147407	3650757	4043726	16,0	10,8
Norte	1008923	1210631	1330892	20,0	9,9
Tâmega e Sousa	108613	131980	143935	21,5	9,1
Celorico de Basto	5756	6150	6779	6,8	10,2

Fonte: INE, Censos (1991, 2001, 2011)

Figura 12. Evolução do número de famílias clássicas por freguesia entre 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos (2001 e 2011)

No contexto de declínio demográfico, importa compreender em que medida se verificou este aumento do número de famílias. Nesse sentido, apresenta-se a evolução da dimensão das famílias, dando também atenção ao peso das unipessoais. A este respeito, de acordo com os dados Censitários de 1981, a dimensão média das famílias residentes em Celorico de Basto era de 4 pessoas, um valor superior ao verificado a nível nacional (3,3). Atualmente, as famílias tendem a ser menos numerosas.

Dados dos Censos de 2001 e 2011, demonstram a redução do número de pessoas por família, passando de uma média de 3,3 pessoas em 2001, para 2,9 pessoas em 2011. Em 2011, Moreira do Castelo era a freguesia com maior número médio de pessoas por família (3,2) e a freguesia de Codeçoso e a UF de Caçarilhe e Infesta destacavam-se com a menor dimensão média das famílias (2,7). Quanto à evolução da proporção de famílias unipessoais, o município de Celorico de Basto viu este indicador aumentar entre 2001 e 2011, representando em 2011 um peso 16,5% face ao total de famílias. Este comportamento foi transversal à maioria das freguesias e, de uma forma geral, são as freguesias com menor proporção de população residente ou com menor densidade populacional que

apresentam uma maior proporção de famílias unipessoais. São exemplos desta situação as freguesias de Codeçoso e de Rego e as UF de Caçarilhe e Infesta e de Carvalho e Basto (Santa Tecla).

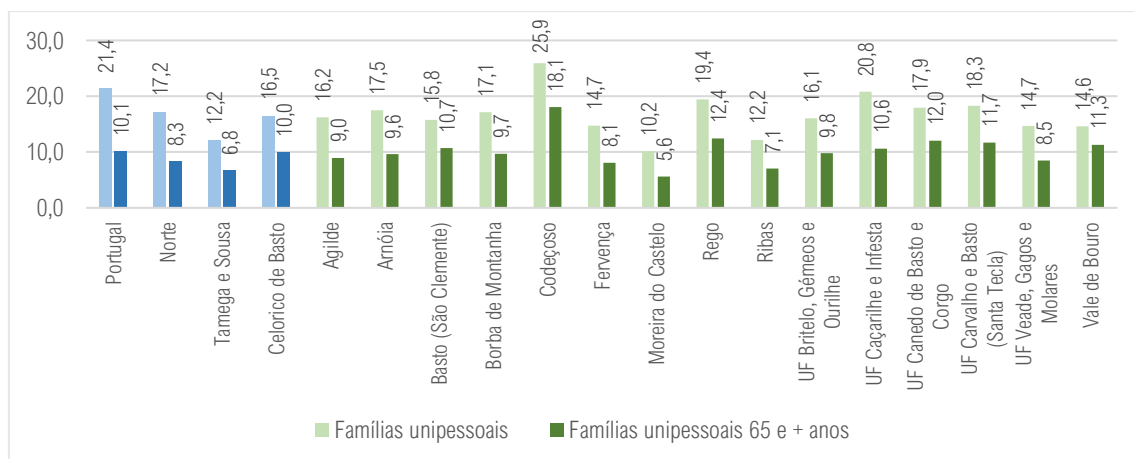
Tabela 12. Dimensão média das famílias clássicas (2001-2011) e proporção de famílias unipessoais face ao total de famílias da freguesia (2011)

Unidades geográficas	Dimensão média das famílias		Proporção de famílias unipessoais
	2001	2011	2011
Portugal	2,8	2,6	21,4
Norte	3	2,8	17,2
Tâmega e Sousa	3,3	2,9	12,2
Celorico de Basto	3,3	2,9	16,5
Agilde	3,3	3,0	16,2
Arnóia	3,4	2,9	17,5
Basto (São Clemente)	3,3	2,9	15,8
Borba de Montanha	3,6	3,1	17,1
Codeçoso	3,0	2,7	25,9
Fervença	3,3	2,9	14,7
Moreira do Castelo	3,5	3,2	10,2
Rego	3,1	2,9	19,4
Ribas	3,8	3,1	12,2
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	3,3	2,9	16,1
UF Caçarilhe e Infesta	3,1	2,7	20,8
UF Canedo de Basto e Corgo	3,2	2,8	17,9
UF Carvalho e Basto (Santa Tecla)	3,4	3,0	18,3
UF Veade, Gagos e Molares	3,2	2,9	14,7
Vale de Bouro	3,3	3,0	14,6

Fonte: PORDATA (2015) e INE- Censos (2001 e 2011)

Como referido anteriormente, o concelho de Celorico de Basto, além do decréscimo populacional, é caracterizado pelo envelhecimento da população e pela tendência de aumento da taxa de dependência. Atualmente, muitas das pessoas com mais de 65 anos de idade vivem sozinhas e dependem da rede de apoio social (formal e informal). Em Celorico de Basto estas representam 10% do total das famílias e concentram cerca de 20% do total de pessoas com mais de 65 anos. A análise deste indicador, conjugado com os aspetos anteriormente referidos, permite identificar situações de alguma vulnerabilidade das populações residentes nestes territórios para que se possam antecipar respostas para resolver problemas de agregados familiares que se encontrem em isolamento. Voltam a ter destaque as freguesias de Codeçoso e Rego, bem como a UF de Caçarilhe e Infesta (Figura 13).

Figura 13. Proporção de famílias unipessoais (total e com 65 e mais anos) face ao total de famílias clássicas (%) entre 2001 e 2011



Fonte: INE- Censos (2001 e 2011)

II.3.2 Situação face ao emprego e rendimento das famílias residentes

Os dados dos Censos de 2011 (Tabela 13.), demonstram que 17% (1138) das famílias clássicas residentes no concelho tinham pessoas em situação de desemprego, correspondendo a 1337 indivíduos desempregados. Esta realidade distribuíam-se por todas as freguesias do concelho, assumindo, contudo, maiores proporções em Vale de Bouro (30% das famílias) e, também, em Agilde, Codeçoso e na UF de Caçarilhe e Infesta (20%). A UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, apresentava o valor percentual mais baixo (13%) de famílias com elementos desempregados comparativamente às restantes freguesias, ao concelho, NUT III Tâmega e Sousa, Região Norte e Portugal.

Tabela 13. Famílias clássicas com pessoas desempregadas (nº e %) em 2011

	População empregada	População desempregada 15-64 anos	Total de famílias clássicas	Famílias clássicas com desempregados	
	Total	Total		Nº	%
Portugal	4361187	662180	4043726	578280	14
Norte	1501883	254182	1330892	220394	17
Tâmega e Sousa	172935	28238	143935	24692	17
Celorico de Basto	6890	1337	6779	1138	17
Agilde	404	97	413	82	20
Arnóia	612	124	572	106	19
Basto (São Clemente)	550	99	532	83	16
Borba de Montanha	422	74	403	65	16
Codeçoso	135	37	166	33	20
Fervença	522	104	495	93	19
Moreira do Castelo	218	42	197	31	16
Rego	462	86	427	72	17
Ribas	333	63	312	55	18
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	1383	180	1263	164	13
UF Caçarilhe e Infesta	230	76	274	55	20
UF Canedo de Basto e Corgo	404	75	457	66	14
UF Carvalho e Basto (Santa Tecla)	275	59	333	51	15
UF Veade, Gagos e Molares	700	116	661	100	15
Vale de Bouro	240	105	274	82	30

Fonte: INE (2011) – Censos, com tratamento do GETIN-UA

Informação mais recente, relativa ao peso dos desempregados inscritos nos centros do IEFP face ao total de população residente com idade entre 15 e 64 anos (Tabela 14.), permite concluir que Celorico de Basto, apesar de ter registado ao longo do período em análise valores sempre superiores face à realidade regional e nacional, acompanhou as tendências de aumento no período entre 2001 e 2011 e de decréscimo entre 2011 e 2019.

No entanto, em 2019, registava uma proporção de desempregados inscritos no IEFP (5,1% da sua população residente entre os 15-64 anos) próxima da NUTS III, mas superior ao nível nacional.

Tabela 14. Desempregados inscritos nos Centros de Emprego face à população residente com 15 a 64 anos (%) em 2001, 2011 e 2019

	% de desempregados inscritos nos Centros do IEFP		
	2001	2011	2019
Portugal	4,7	7,9	4,7
Norte	4,9	9,4	5,4
Tâmega e Sousa	4,2	9,5	5,4
Celorico de Basto	6,3	10,6	5,1

Fonte: PORDATA, 2020; IEFP/MTSSS-MTED, INE - Estimativas Anuais da População Residente

Em complemento à análise anterior, Celorico de Basto esteve em consonância com a trajetória regional e nacional de decréscimo verificada no período 2011-2019 no indicador “Beneficiários de prestações de desemprego da Segurança Social” (Tabela 15.). No entanto, em 2019, o valor percentual dos beneficiários dos dois tipos de prestações (*Subsídio de Desemprego e Subsídio Social de Desemprego*) face à população ativa (16894 indivíduos), ficava abaixo dos valores nacional e regionais (0,2% beneficiários de subsídio social de desemprego e 0,9% de beneficiários de subsídio de desemprego).

O diferencial entre a proporção de população ativa desempregada inscrita nos centros do IEFP (apresentada na tabela anterior) e os valores percentuais e absolutos de beneficiários de prestações sociais de desemprego, permite constatar que parte dos desempregados existentes no concelho não recebiam, em 2019, nenhuma destas prestações sociais. Dos 657 desempregados registados no centro de emprego em 31/12/2019, apenas 199 beneficiavam de prestações de desemprego (sendo 159 beneficiários de subsídio de desemprego e 40 de subsídio social de desemprego). Este facto pode efetivamente indiciar situações de maior vulnerabilidade económica e social nestas famílias.

Tabela 15. Beneficiários de prestações de desemprego da Segurança Social (SSD e SD) face ao total da população residente com 15 e mais anos (%) em 2011 e 2019

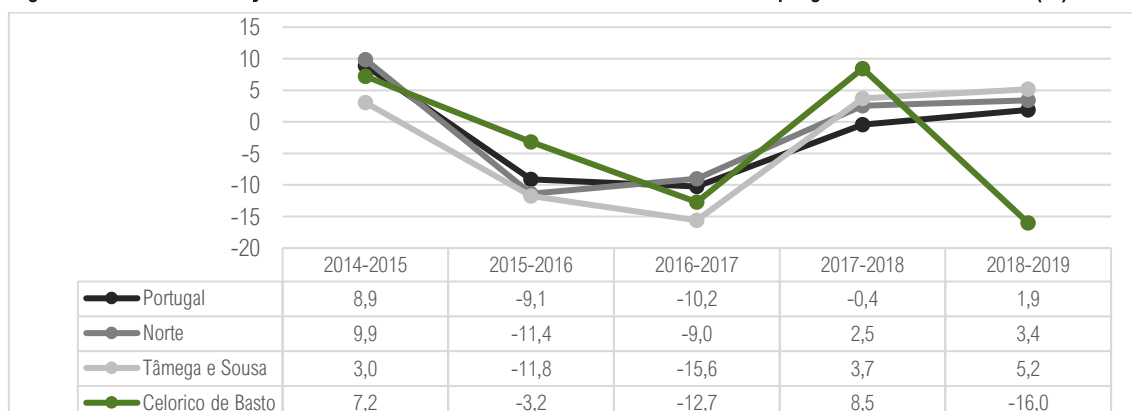
	Beneficiários de subsídio social de desemprego		Beneficiários de subsídio de desemprego	
	2011	2019	2011	2019
Portugal	0,6	0,3	2,9	1,6
Norte	0,8	0,3	3,3	1,7
Tâmega e Sousa	0,8	0,4	3,2	1,7
Celorico de Basto	0,4	0,2	2,0	0,9

Fonte: PORDATA (2020); INE, II/MTSSS

Por fim, ainda no que diz respeito ao desemprego, a seguinte figura demonstra a evolução dos novos beneficiários de subsídios de desemprego da segurança social desde 2014, onde é possível verificar que o número diminuiu significativamente em 2019. Esta discrepância, pode ser justificada pela redução no número de inscritos no centro de emprego no mesmo período.

Em termos comparativos, em Celorico de Basto, destaca-se o período de 2017-2018 com um aumento de 8.5% no número de beneficiários, variação que é superior à registada na região Norte e no computo dos concelhos da Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa e contrária à variação registada a nível nacional (-0,4%).

Figura 14. Taxa de variação anual de beneficiários/os de subsídios de desemprego entre 2014 e 2019 (%)



Fonte: INE (2020), com tratamento GETIN-UA

Analisando os valores do desemprego registados nos meses de fevereiro e outubro de 2020 evidencia-se o aumento significativo desta realidade provocada pela crise pandémica, visível tanto a nível local como regional e nacional. Em outubro de 2020, Celorico de Basto registou mais 191 (29,3%) pessoas desempregadas face a fevereiro de 2020. Entre fevereiro e outubro de 2019 o número de desempregados tinha reduzido 2,17 pontos percentuais.

Tabela 16. Número de pessoas desempregadas por género e grupo etário

	Total em Out.2020	Variação (%) entre fev. e out. 2020	Género (%)		Grupo etário (%)			
			H	M	Inferior 25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 anos ou +
Portugal	377196	28,7	43,5	56,5	12,1	21,1	41,6	25,2
Norte	153022	23,1	42,0	58,0	11,7	18,6	40,4	29,3
Tâmega e Sousa	19334	24,2	34,1	65,9	14,2	17,1	38,4	30,3
Celorico de Basto	843	29,3	35,8	64,2	13,9	14,5	36,7	35,0

Fonte: IEFP (2020), Estatísticas mensais por Concelho

Proporcionalmente, entre fevereiro e outubro de 2020, o concelho foi mais afetado por situações de desemprego do que a região e o país, contudo é preciso notar que, em todos os casos, as variações são sempre muito elevadas (Tabela 16.).

A incidência do desemprego é maior nas mulheres (64%), nos indivíduos com mais de 35 anos (72%) e nos menos escolarizados. Era na população com o 1º CEB que se situava a maior percentagem de desempregados (26,6%) sendo mais significativo do que a realidade da região e do país. No seu conjunto, a população desempregada com o ensino básico representa 64% do total e a que detém formação superior corresponde a 10%. Na sua maioria (87%) estes desempregados estavam em situação de procura de novo emprego.

Tabela 17. Desempregados por nível de escolaridade, tempo de inscrição e situação face à procura de emprego em outubro de 2020 (%)

	Nível de escolaridade (%)						Tempo de inscrição		Situação face à procura de emprego	
	Inferior ao 1ºCEB	1ºCEB	2ºCEB	3ºCEB	Ensino secundário	Ensino Superior	Inferior a 1 ano	1 e mais anos	1º Emprego	Novo emprego
Portugal	6,8	13,6	13,2	19,8	31,9	14,7	63,8	36,2	8,6	91,4
Norte	4,9	17,9	15,3	19,5	28,3	14,1	57,4	42,6	9,0	91,0
Tâmega e Sousa	5,1	24,1	15,5	20,3	25,0	10,0	54,6	45,4	12,2	87,8
Celorico de Basto	5,0	26,6	17,1	20,5	20,6	10,2	49,7	50,3	12,7	87,3

Fonte: IEFP (2020), Estatísticas mensais por Concelho

De seguida, apresentam-se alguns indicadores referentes ao rendimento disponível das famílias. E, neste sentido, faz-se um enquadramento geral sobre a população empregada. Esta representava 52% (6890 indivíduos) da população em idade ativa, com maior representação nos grupos etários dos 35 aos 54 anos (3459 indivíduos) e dos 25 aos 34 anos (1946 indivíduos).

O decréscimo da população empregada no setor primário tem-se traduzido em aumentos nos restantes setores de atividade. Conforme demonstram os dados dos Censos de 2011, o setor terciário absorvia 53% da população empregada e o setor secundário concentrava 41%. A grande maioria da população ativa empregada no concelho de Celorico de Basto trabalhava por conta de outrem (em 2011 este valor correspondia a 82%), distribuindo-se, em 2017, conforme se apresenta na Tabela 18.

Em 2011 as atividades económicas mais representativas eram a construção (25%), as indústrias transformadoras (15%), o comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis (13%), a administração pública e defesa (8%), a educação (7%) e atividades de saúde humana e apoio social (6%). Importa destacar o aumento do peso relativo das atividades de apoio social, comparativamente com os dados do anterior momento censitário. Esta tendência justifica-se com a representatividade crescente da população idosa.

Tabela 18 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos segundo o setor de atividade (CAE-Rev.3) em 2017 (Nº e %)

	Total população empregada por conta de outrem (Nº)	Setor primário CAE: A		Setor secundário CAE: B-F		Setor terciário CAE: G-U	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	2214698	44141	2	686138	31	1484419	67
Norte	783616	8025	1	341918	44	433673	55
Tâmega e Sousa	83161	672	1	53082	64	29407	35
Celorico de Basto	2049	43	2	1113	54	893	44

Fonte: INE (2020), Anuário Estatístico da Região Norte 2018

Quanto ao rendimento das famílias analisam-se o ganho médio mensal, o rendimento bruto declarado por agregado fiscal e o Índice de Poder de Compra (IPC) *per capita*. Estes indicadores, que estão disponíveis com desagregação concelhia, ajudam na identificação de situações de desigualdade na distribuição de rendimento ou de privação económica.

Em termos comparativos, o município de Celorico de Basto apresentava uma posição desfavorável no que diz respeito ao ganho médio mensal e ao IPC *per capita* (Tabela 19.). Em 2017, o IPC era cerca de metade do registado a nível nacional (56,11%) e o ganho médio mensal concelhio, face ao valor auferido no País e na Região Norte, em 2018, manifestava uma diferença significativa (-402,90€ e -292,60€ respetivamente). O ganho médio mensal em Celorico de Basto situava-se, em 2018, nos 764€ (equivalente a 1,74 IAS), que ao considerar a dimensão média das famílias anteriormente apresentada, equivale a 263€ *per capita*. Estes valores são mais expressivos quando se analisam os escalões de rendimento bruto declarados pelos agregados fiscais⁴, onde mais de metade tem um rendimento bruto médio na ordem dos 500€ (1,1 IAS), cerca de 20% declarou rendimentos abaixo dos 5000€ (um valor médio mensal máximo de 357€, equivalente a 0,8 IAS) e 42% declarou valores entre 5 000 e 10 000€ (um valor médio mensal máximo de 714€, equivalente a 1,62 IAS).

É importante conciliar estes dados com a estrutura de consumo das famílias. Em Portugal as despesas com habitação, água, eletricidade e outros combustíveis representam 30% do orçamento familiar. No município de Celorico de Basto os encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento de habitação, conforme apresentado com maior detalhe na secção dedicada ao parque habitacional, rondam os 250 € (dados de 2011). Por conseguinte, as famílias com menores rendimentos prefiguram situações de vulnerabilidade social que podem corresponder a quadros de privação económica.

O IPC referido anteriormente, vem, neste contexto, compensar a análise sobre o consumo e sobre o rendimento das famílias, apresentando um valor que pode indiciar restrições na capacidade de suportar custos com bens e serviços essenciais onde se inclui a habitação digna e adequada.

Tabela 19. Indicadores de mercado de trabalho (ganho médio mensal) e de desigualdade de rendimento (Índice de poder de compra per capita – IPC) em 2017

	Ganho médio mensal (€)*	Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€)**			Índice de Poder de Compra per Capita (%)***
	2018	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário	2017
Portugal	1166,9	852,04	1067,48	1168,27	100
Norte	1056,6	819	960,41	1062,71	92,2

⁴ Indicador do INE, referente aos Agregados fiscais (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Escalões de rendimento bruto declarado; Anual - INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira. O último ano disponível é 2018.

Tâmega e Sousa	858,4	703,41	781,75	895,18	73,0
Celorico de Basto	764,0	646,81	708,84	765,66	56,1

Fonte: (¹) INE (2020) - MTSSS/GEP, Quadros de pessoal; (²) INE (2020) - Anuário Estatístico da Região Norte – 2018; (³) Estudo sobre Poder de Compra Concelhio 2017

II.3.3 População beneficiária de apoios sociais (RSI e outros)

A população idosa constitui um dos grupos mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social, verificando-se casos de pessoas idosas que vivem em condições precárias e com rendimentos muito reduzidos. Os dados apresentados na Tabela 20. demonstram que o número de beneficiários de pensões da Segurança Social no concelho de Celorico de Basto, diminuiu entre 2011 e 2019 (redução de 9,5%), acompanhando a tendência regional e nacional, tendo, contudo, esta redução sido mais acentuada.

Em 2019 existiam no concelho 5 269 pensionistas, a maioria dos quais a auferir pensões de velhice (65%) e de sobrevivência (25,8%). Observando o comportamento do indicador “Pensionistas da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%)”, em 2019, percebe-se que em Celorico de Basto existiam 312 pensionistas por cada 1000 ativos, sendo este valor inferior ao do país (337) e ao da região Norte (329). Contudo, é superior ao da Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa (282).

Tabela 20. Beneficiários de Pensões da Segurança Social (total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice)⁵ em 2011 e 2019

	Beneficiários de pensões da Segurança Social			Beneficiários por tipo de pensão, 2019					
	2011	2019	Variação 2011-2019	Velhice		Invalidez		Sobrevivência	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	2979787	2994757	0,5	2068179	69,1	188069	6,3	738509	24,7
Norte	989853	1027792	3,8	709344	69,0	69632	6,8	248816	24,2
Tâmega e Sousa	98057	101988	4,0	66332	65,0	8649	8,5	27007	26,5
Celorico de Basto	5825	5269	-9,5	3426	65,0	485	9,2	1358	25,8

Fonte: INE, 2020 e ISS/MTSSS, 2020

Outra fração da população residente que apresenta maior vulnerabilidade socioeconómica corresponde às famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI). De acordo com dados do INE⁶ (atualizados a 29 de setembro de 2020), Celorico de Basto, em 2019, tinha 32 beneficiários por cada 1000 habitantes em idade ativa. Em 2011 essa proporção era de 79 beneficiários/1000 habitantes em idade ativa. Este é, em termos comparativos, um valor superior ao da média nacional (30), mas inferior ao verificado na região Norte e na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, que apresentavam, respetivamente, 33 e 36 beneficiários de RSI por cada 1000 habitantes em idade ativa.

⁵ ISS/MTSSS, 2020: Pensão de Velhice - montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem atinge uma determinada idade e tempo de descontos. Os idosos que não descontaram anos suficientes ou que não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social podem aceder à pensão social de velhice.; Pensão de Invalidez - montante atribuído mensalmente pela segurança social a quem tem incapacidade permanente para trabalhar, mas não tem idade para se reformar.; Pensão de Sobrevivência - montante atribuído mensalmente pela segurança social a familiares do beneficiário falecido.

⁶ Ver indicador do INE: “Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1000 habitantes em idade ativa (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual”.

Tabela 21. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)⁷ da Segurança Social (Total e por grupos etários) em 2011 e 2019

	Beneficiários do RSI			Beneficiários do RSI em 2019							
	2011	2019	Variação 2011-2019 (%)	Menos de 25 anos		Entre 25-39 anos		Entre 40-54 anos		Mais de 55 anos	
	Nº	Nº		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	448290	267403	-40,4	109862	41,1	42918	16,0	60704	22,7	53919	20,2
Norte	190797	103329	-45,8	38378	37,1	15581	15,1	25432	24,6	23938	23,2
Tâmega e Sousa	26287	13202	-49,8	4814	36,5	1720	13,0	3373	25,5	3295	25,0
Celorico de Basto	1340	555	-58,6	152	27,4	38	6,8	150	27,0	215	38,7

Fonte: INE, 2020

Em 2019, em Celorico de Basto existiam 555 beneficiários do RSI. Este valor corresponde a uma redução de 59% face ao total de 2011 (Tabela 21.). Estes 555 beneficiários representavam 8,5% dos beneficiários ativos da Segurança Social em 2019, um valor superior ao verificado no país e na região. Importa referir que em 2019, 27% dos beneficiários de RSI encontrava-se no grupo etário abaixo dos 25 anos e que a maioria (66%) tinha idade igual ou superior a 40 anos. Estes factos podem revelar dificuldades de inserção no mercado de trabalho por parte da população ativa. De facto, como se viu anteriormente, é nos grupos etários acima dos 35 anos que se verifica maior prevalência de desemprego.

No âmbito das prestações de apoio a pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, podem ainda identificar-se as famílias com crianças e jovens com idade inferior a 24 anos e portadores de deficiência, às quais foi atribuído um subsídio de bonificação (acrescido ao subsídio familiar). Em 2019 receberam esta prestação 302 agregados familiares. O número de pessoas/famílias beneficiárias deste tipo de prestação social aumentou substancialmente desde 2011 (47,3%), seguindo o comportamento nacional e regional (Tabela 22.).

Apesar do valor do concelho ser próximo do verificado ao nível nacional (40,1%) e regional (47,9%), é muito superior ao da NUTS III em que se insere (28,7%).

Tabela 22. Subsídio de bonificação por deficiência⁸ da Segurança Social em 2011 e 2019

	Subsídio de bonificação por deficiência da Segurança Social		
	2011 (Nº)	2019 (Nº)	Variação 2011-2019 (%)
Portugal	81189	113710	40,1
Norte	38205	56496	47,9
Tâmega e Sousa	7223	9295	28,7
Celorico de Basto	205	302	47,3

Fonte: PORDATA, II/MTSSS (2020)

A par do subsídio de bonificação por deficiência da segurança social, a Segurança Social concede ainda aos trabalhadores, subsídios de doença. Trata-se, também neste caso de grupo potencialmente vulnerável, sobretudo nos estratos sociais de menores rendimentos. Observando a Tabela 23., verifica-se que, entre 2014 e 2019, o número de beneficiários desta prestação cresceu no país na região e no concelho. Contudo, no último caso, esse crescimento foi mais significativo (55,6%, mais 398 indivíduos).

⁷ O Rendimento Social de Inserção (RSI) é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido (ISS/MTSSS, 2019).

⁸ Bonificação por Deficiência – corresponde à bonificação acrescida ao subsídio familiar a crianças e jovens com idade inferior a 24 anos, em função de os mesmos possuírem deficiência. (INE).

Tabela 23. Beneficiários do subsídio de doença da Segurança Social em 2014 e 2019 (Nº) e variação entre 2014-2019 (%)

	Beneficiários de subsídios de Doença da Segurança Social		
	2014 (Nº)	2019 (Nº)	Variação 2014-2019 (%)
Portugal	493653	736828	49,3
Norte	194821	293288	50,5
Tâmega e Sousa	22958	34281	49,3
Celorico de Basto	716	1114	55,6

Fonte: INE (2020)

A prestação social para a inclusão é outro apoio importante para os cidadãos mais vulneráveis, sendo esta destinada, de acordo com a Segurança Social, a cidadãos nacionais, estrangeiros, refugiados e apátridas que tenham uma deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60%. Em Celorico de Basto, em 2019, beneficiavam desta prestação 234 indivíduos, representando 1,23% da população residente (Tabela 24.). Se procedermos a uma análise por grupo etário, verificamos que 133 indivíduos beneficiários desta prestação (56,84% do total de beneficiários) tinham mais de 40 anos. No que diz respeito à proporção de beneficiários por grupo etário face ao total de beneficiários da prestação para a inclusão, percebe-se que é no grupo etário dos 55 e mais anos que se regista a maior proporção (28,1%).

Tabela 24. Beneficiários da prestação social para a inclusão da segurança social, Total (Nº), proporção face à população residente (%) e proporção de beneficiários por grupo etário face ao total de beneficiários (%), 2019

	Total		Beneficiários por grupo etário face ao Nº de beneficiários total (%)					
	Nº	% pop. Residente	Menos de 25 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
Portugal	106567	1,04	6,30	6,59	17,60	28,34	17,11	24,07
Norte	39823	1,11	6,03	6,19	17,30	28,56	17,92	24,00
Tâmega e Sousa	4408	1,06	6,17	7,60	17,94	27,31	16,67	24,30
Celorico de Basto	234	1,23	2,99	7,26	14,96	27,78	18,80	28,21

Fonte: INE (2020), com tratamento GETIN-UA

É importante sublinhar que os indicadores de proteção social traduzem valores médios anuais. Deste modo, o concelho de Celorico de Basto, à semelhança do contexto nacional, apresenta valores baixos que podem ser indicativos de situações de maior vulnerabilidade socioeconómica.

Tabela 25. Valores médios anuais das prestações sociais da segurança social em 2019

	Valor médio anual (€)							
	Pensões da Segurança Social				Prestação de desemprego	Rendimento Social de Inserção	Subsídio de Doença	Prestação Social para a Inclusão
	Total	Velhice	Invalidez	Sobrevivência				
Portugal	5684	6522	5577	3363	2984	1185	940	3235
Norte	5289	6052	5145	3151	3022	1219	836	3252
Tâmega e Sousa	4617	5332	4899	2771	2907	1129	972	3303
Celorico de Basto	3944	4467	4503	2426	2986	1234	684	3504

Fonte: INE (2020), com tratamento GETIN-UA

No relatório da Carta Social (2010) refere-se que a Câmara Municipal de Celorico de Basto, perante a multiplicidade de problemáticas de vulnerabilidade socioeconómica detetadas (aumento significativo do envelhecimento

demográfico no concelho, o isolamento da população, situações de pobreza⁹, exclusão social e desertificação) decidiu adotar medidas específicas, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos com idade igual ou superior a 65 anos, dos agregados familiares carenciados e das pessoas portadoras de deficiência. Mais concretamente, em 2008, lançou a medida de ação social “Câmara Amiga” (PNAI 2008-2010), que inclui quatro valências: Oficina Móvel Municipal, Unidade Móvel de Saúde, Banco Local de Voluntariado e Celorico a Mexer.

- *Oficina Móvel Municipal (OMM)* - visa prestar apoio domiciliário em pequenas reparações domésticas como: reparação e substituição de torneiras, loiças sanitárias, tomadas de eletricidade, pinturas e remates em paredes e tetos, substituição de fechaduras, vidros partidos, lâmpadas, limpeza de coberturas, chaminés e de caleiros, entre outros.
- *Unidade Móvel de Saúde* - tem como missão contribuir para a melhoria do estado de saúde da população, disponibilizando cuidados personalizados de proximidade (avaliação e controlo mensal da tensão arterial, colesterol, glicemia capilar, entre outros tratamentos).
- *Banco Local de Voluntariado* – procura colmatar as carências (habitação, alimentação, vestuário, entre outras) das famílias.
- *Celorico a Mexer* – combate o isolamento social, através da promoção de atividades lúdico recreativas e de atividades físicas, contribuindo assim para a promoção de um envelhecimento ativo.

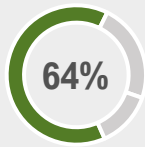
Atualmente, no quadro amplo dos objetivos de coesão, equidade e de justiça social, tal como refere o REOT do município, está prevista a melhoria dos serviços de proximidade ajustando-se às necessidades da população. A implementação do Programa “Câmara Amiga” mantém-se, procurando, através das ações que preconiza, reduzir o isolamento dos mais idosos e prestar apoio domiciliário às famílias mais carenciadas. Estas intervenções enquadram-se no âmbito de atuação do Gabinete de Apoio Social do município que é responsável por: i) fazer o diagnóstico das situações de risco, encaminhando-as para as instituições responsáveis; ii) realizar visitas domiciliárias sempre que são detetadas carências; iii) prestar serviços de informação e instrução dos processos de acesso a apoios sociais (e.g. Complemento Solidário para Idosos e Rendimento Social de Inserção, entre outros).

⁹ Por exemplo, um dos apoios sociais prestados às famílias carenciadas de Celorico de Basto correspondia à atribuição de cabazes de alimentos através do Banco Local de Voluntariado, que abrangia no ano 2019, 648 famílias num total de 1836 pessoas. As freguesias com maior número de famílias carenciadas beneficiárias de ajuda alimentar eram a UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, Arnóia e Fervença. De salientar, que a maioria destas famílias se encontravam sinalizadas pela Segurança Social e pelas instituições de solidariedade social do concelho.

DINÂMICA DO PARQUE HABITACIONAL

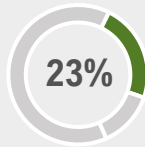


Dados: INE, 2011



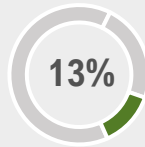
Residência habitual

+ 0,5 %
(2001-2011)



Residência secundária

+ 1,7 %
(2001-2011)



Alojamentos vagos

- 2,2 %
(2001-2011)



2%
Venda ou arrendamento



11%
Demolir ou sem condições

Dados: INE, 2011

IDADE E ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- 1/3 dos edifícios foram construídos após 1990
- Uma parte significativa que corresponde a 45% dos edifícios existentes foi construída entre 1961-1990
- 23% de edifícios anteriores a 1960 deixa a antever algumas necessidades de intervenção nestes edifícios mais antigos

Edifícios mais recentes:
2001-2011
(proporção de edifícios > 18%)

Moreira do Castelo
Ribas
Rego
UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe
UF de Veade, Gagos e Molares

Edifícios mais antigos:
construídos até 1960
(proporção de edifícios > 25%)

Codeçoso
Basto (S. Clemente)
Arnóia
Fervença

ENCARGOS COM A HABITAÇÃO



250€

valor do encargo médio mensal com aquisição / arrendamento

54%

dos encargos com a compra de habitação entre os 200€ e os 400€

62%

valor de renda mensal baixo, correspondente até um máximo de 150€

II.4 Parque habitacional

II.4.1 Dinâmica do parque habitacional

À data dos últimos censos (2011), existiam no município 10617 alojamentos o que, face a 2001, representa uma taxa de crescimento de 9,8%. Entre 2011-2019, de acordo com as estimativas do INE, o ritmo de crescimento sofreu um abrandamento, registando-se neste período uma variação de 3,8%. Esta dinâmica acompanhou as tendências supramunicipais, sendo, contudo, mais expressiva no município (Tabela 26.). O mesmo se verificou na evolução do número de edifícios de habitação familiar.

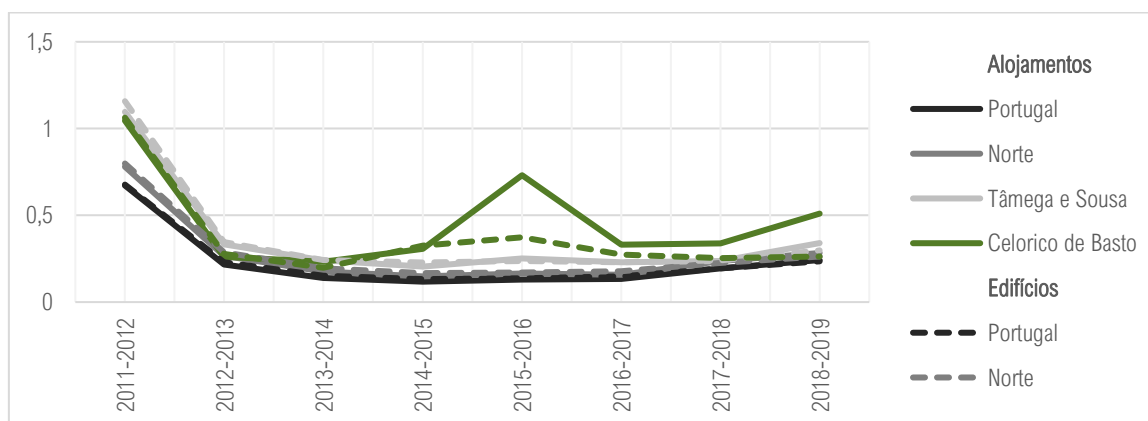
Tabela 26. Alojamentos familiares clássicos e edifícios de habitação familiar clássica (Nº) e variação (%) em 2001-2019¹⁰

	Alojamentos (Nº)			Variação (%)		Edifícios (Nº)			Variação (%)	
	2001	2011	2019	2001-2011	2011-2019	2001	2011	2019	2001-2011	2011-2019
Portugal	5019425	5859540	5968354	16,7	1,9	3160043	3544389	3612472	12,2	1,9
Norte	1605157	1846589	1887848	15,0	2,2	1100329	1209911	1237799	10,0	2,3
Tâmega e Sousa	169423	195127	200921	15,2	3,0	137438	157202	161940	14,4	3,0
Celorico de Basto	9668	10617	11022	9,8	3,8	9104	9972	10278	9,5	3,1

Fonte: INE (2001, 2011) – Censos 2001 e 2011; INE (2020), Estatísticas das Obras concluídas

Analisando a variação dos alojamentos familiares clássicos desde 2011, registaram-se no concelho, desde 2014 variações anuais sempre superiores às supramunicipais, adensando-se a tendência crescente entre 2018-2019 (0,5%). O número de edifícios apresentava uma dinâmica semelhante, acompanhando o crescimento mais acentuado verificado no período entre 2013 e 2016. No entanto, a partir de 2017, as taxas de variação do concelho não coincidem com a realidade nacional e regional (Figura 15).

Figura 15. Taxa de variação anual (%) no número de alojamentos e de edifícios familiares clássicos entre 2011 e 2019



Fonte: INE (2011), Censos 2011; INE (2020), Estatísticas das obras concluídas

Para as freguesias não existem dados mais recentes do que os publicados pelos Censos de 2011. Neste período, a freguesia menos populosa era Codeçosos com 261 alojamentos, por oposição às freguesias de Arnóia, UF de Veade, Gagos e Molares e UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe que, conjuntamente, concentravam 37% do total de alojamentos (INE, 2011). A análise da variação dos alojamentos familiares clássicos por freguesia permite diferenciá-las de acordo

¹⁰ Os dados apresentados para 2001 e 2011 são provenientes dos Censos, enquanto para 2019 apresentam-se dados provenientes das Estatísticas das Obras Concluídas.

com a intensidade dessa variação (Tabela 27.). Assim, a UF de Carvalho de Basto (Sta. Tecla), foi a única que registou uma variação negativa (-5%). No que diz respeito às freguesias com variação positiva, existem dinâmicas muito diferenciadas. Por exemplo, a UF de Caçarilhe e Infesta registaram as taxas de variação menos expressivas (aproximadamente 0,2%), por oposição à freguesia de Fervença que viu os alojamentos aumentar em 17%. A UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe (freguesia mais povoada) e as freguesias de Arnóia e Rego apresentaram, também, um crescimento assinalável, de 16 e 15% respetivamente. Estes valores apontam para uma possível pressão urbanística em torno dos principais centros urbanos do município, como é o caso da Vila de Celorico de Basto (UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe) e o centro urbano da Mota na freguesia de Fervença.

Tabela 27. Perfil das freguesias de acordo com a taxa de variação de alojamentos entre 2001-2011

Varição nos alojamentos (%)	Freguesias	Varição (%)
Negativa	UF de Carvalho de Basto (Santa Tecla)	-5
0 a 5	Basto (São Clemente)	1
	Codeçoso	2
	Moreira do Castelo	3
	UF de Caçarilhe e Infesta	0,4
	Vale de Bouro	4
6 a 14	Borba de Montanha	12
	Ribas	7
	UF de Canedo de Basto e Corgo	10
	UF de Veade, Gagos e Molares	12
	Agilde	13
≥ 15	Arnóia	15
	Fervença	18
	Rego	15
	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe	16

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

À semelhança dos alojamentos, em 2011, era em Codeçoso que se registava o menor número de edifícios (256), destacando-se novamente a freguesia de Arnóia e a UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, com maior número de edifícios (985 e 1608 respetivamente), que conjuntamente representam 26% do total (Tabela 28.). No que diz respeito à variação dos edifícios por freguesia entre 2001-2011, Basto (São Clemente) e a UF de Carvalho e Basto Santa Tecla apresentam variações negativas de -2% e -7% respetivamente. Por oposição, nas freguesias onde a população mais aumentou, durante o último período intercensitário, o crescimento do número de edifícios acompanhou essa dinâmica, aumentando 21% em Agilde, 17% em Rego e 12% na UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe. A UF de Caçarilhe e Infesta teve uma variação menor (3%).

Tabela 28. Freguesias de acordo com a taxa de variação de edifícios (%) no período entre 2001-2011

Varição nos edifícios (%)	Freguesias	Varição (%)
Negativa	Basto (São Clemente)	-2
	UF de Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	-7
1 a 5	Moreira do Castelo	4
	UF de Caçarilhe e Infesta	3
	Codeçoso	5
6 a 14	UF de Canedo de Basto e Corgo	14
	Borba de Montanha	12
	Fervença	9
	Ribas	8
	UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe	12
	UF de Veade, Gagos e Molares	14
	Vale de Bouro	6
≥ 15	Agilde	21
	Arnóia	15
	Rego	17

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

O rácio de alojamento/edifício demonstra que em Celorico de Basto predominam as habitações unifamiliares, uma vez que no conjunto das freguesias o valor situa-se muito próximo de 1 (Tabela 29.). Como referido anteriormente, a conjugação de declínio demográfico lento ocorre em simultâneo com variações positivas no número de alojamentos. De facto, o rácio alojamento/família, em 2011 era 1,6. Existem freguesias que se destacam como é o caso de Arnóia e a UF de Carvalho e Basto (Santa Tecla), cujo rácio se aproxima de 2.

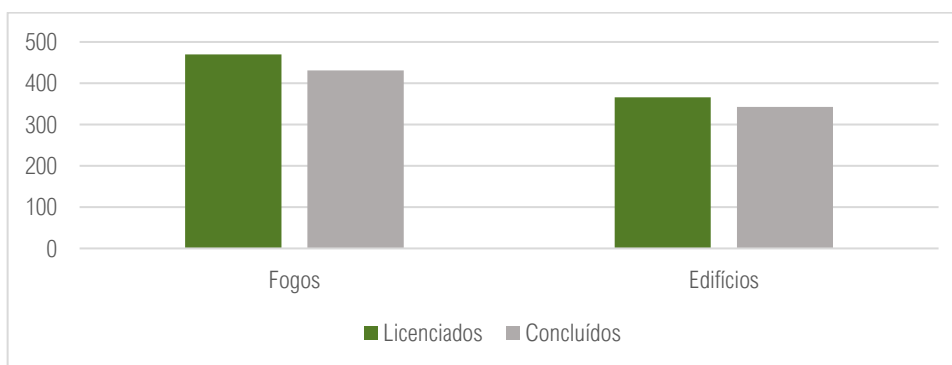
Tabela 29. Rácio alojamento/edifício e alojamento/família, 2011

	Alojamentos familiares	Rácio Alojamento/edifício	Rácio Alojamento/família
Celorico de Basto	10 633	1,1	1,6
Agilde	611	1,0	1,5
Arnóia	1 010	1,0	1,8
Basto (São Clemente)	837	1,1	1,6
Borba de Montanha	568	1,0	1,4
Codeçoso	261	1,0	1,6
Fervença	765	1,1	1,5
Moreira do Castelo	269	1,0	1,4
Rego	737	1,0	1,7
Ribas	480	1,0	1,5
UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe	1 871	1,2	1,5
UF de Caçarilhe e Infesta	451	1,0	1,6
UF de Canedo de Basto e Corgo	718	1,0	1,6
UF de Carvalho e Basto (Santa Tecla)	586	1,0	1,8
UF de Veade, Gagos e Molares	1 010	1,1	1,5
Vale de Bouro	445	1,0	1,6

Fonte: INE, Censos 2011

Entre 2011-2019, construíram-se 343 edifícios e 431 fogos novos para habitação familiar¹¹ (Figura 16).

Figura 16. Número de fogos e de edifícios novos licenciados e concluídos para habitação familiar entre 2011 e 2019



Fonte: INE (2020), Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

Desde 2011 a dinâmica de licenciamento de fogos para a construção de novas habitações familiares assumiu maior expressão em freguesias mais urbanas e mais povoadas, como são os casos da UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, onde se concentra a maior proporção de fogos licenciados. Por outro lado, as freguesias mais envelhecidas e com perdas populacionais, como Codeçoso e Moreira do Castelo, apresentaram valores residuais.

¹¹ Edifícios concluídos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de obra e Destino da obra; Anual - INE, Estatísticas das obras concluídas.

Tabela 30. Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar por freguesias (Nº e %), entre 2014 e 2019

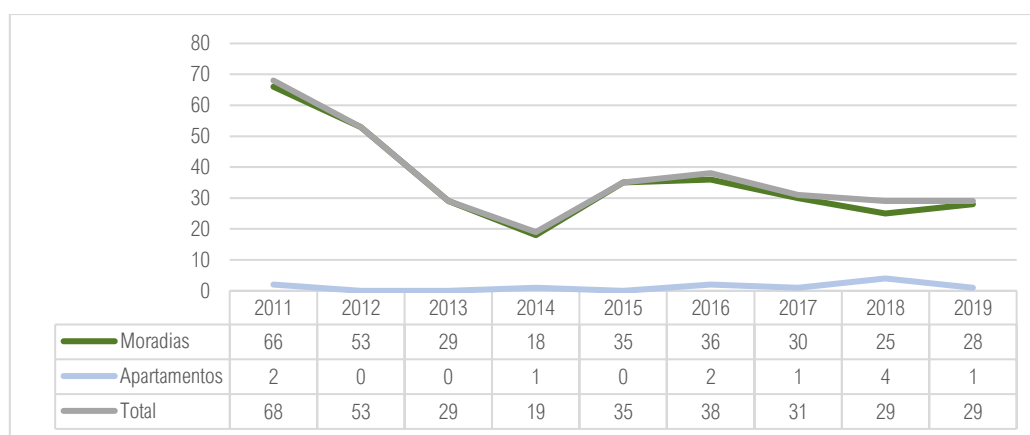
	Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar								
	2011	2012	2013*	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Celorico de Basto	48	44	44	42	56	45	45	82	64
Agilde	2	1	-	2	3	0	1	2	1
Arnóia	3	0	-	2	6	3	3	3	3
Basto (São Clemente)	3	2	-	2	4	1	2	4	7
Borba de Montanha	1	0	-	2	1	4	4	0	0
Codeçoso	2	2	-	1	0	1	1	0	1
Fervença	2	3	-	0	0	0	1	1	3
Moreira do Castelo	4	5	-	0	1	1	2	0	1
Rego	1	5	-	3	7	0	3	0	3
Ribas	3	3	-	4	3	5	1	2	3
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	6	8	-	10	23	19	17	53	26
UF Caçarilhe e Infesta	1	1	-	3	1	0	0	1	4
UF Canedo de Basto e Corgo	12	5	-	6	4	4	4	6	7
UF Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2	2	-	4	1	1	1	1	2
UF Veade, Gagos e Molares	4	6	-	3	1	4	3	4	2
Vale de Bouro	2	1	-	0	1	2	2	5	1

* Não é possível apresentar dados desagregados por freguesia para o ano de 2013.

Fonte: INE (2020), Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

O predomínio da habitação unifamiliar referido anteriormente é reforçado pelas novas construções de edifícios para habitação familiar, onde os apartamentos ocupam um lugar residual (Figura 17). Quanto aos fogos concluídos, houve no ano 2019 uma inflexão nas tipologias dos fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, em relação aos anos anteriores onde predominaram as tipologias T3, T4 e superiores. De facto, em 2019 a maioria dos fogos correspondeu a tipologias T0 ou T1 e T3, o que revela um ajustamento à dimensão das famílias (Tabela 32).

Figura 17. Edifícios concluídos (moradias e apartamentos) em construções novas para habitação familiar (Nº) entre 2011 e 2019



Fonte: INE (2020), Estatísticas das obras concluídas

Tabela 31. Fogos concluídos (N.º e %) em construções novas para habitação familiar por tipologia do fogo, entre 2011 e 2019

Anos	Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por tipologia do fogo								
	Total	T0 ou T1		T2		T3		T4 ou mais	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2019	60	23	38	6	10	22	37	9	15
2018	40	0	0	4	10	25	63	11	28
2017	39	2	5	8	21	24	62	5	13
2016	79	8	10	16	20	46	58	9	11
2015	35	1	3	6	17	20	57	8	23
2014	24	1	4	2	8	14	58	7	29
2013	29	0	0	2	7	16	55	11	38
2012	52	1	2	4	8	26	50	21	40
2011	73	1	1	5	7	44	60	23	32
TOTAL	431	37	9	53	12	237	55	104	24

Fonte: INE (2020), Estatísticas das obras concluídas

Para colmatar problemas do parque habitacional degradado foram delimitadas em Celorico de Basto seis Áreas de Reabilitação Urbana (ARU):

- ARU 1 – Parque Lúdico de Boques (na UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe);
- ARU 2 – ARU do Plano de Pormenor do Centro Tradicional (na UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe e na franja da freguesia de Arnóia);
- ARU 3 – Vila da Gandarela (nas freguesias de Basto S. Clemente e Ribas);
- ARU 4 – Vila de Fermil (na UF de Veade, Gagos e Molaes);
- ARU 5 – Centro Urbano da Mota (nas freguesias de Fervença, Borba de Montanha e UF Carvalho e Basto Sta. Tecla);
- ARU 6 – Aldeia do Castelo – Antiga Vila de Basto (na UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe).

A percentagem de edifícios que necessitam de intervenção varia entre os 32% em Boques e na Mota, 38% na Gandarela, 42% em Fermil, 44% no centro tradicional de Celorico de Basto e 74% no Castelo.

Em 2017 o município aprovou o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Aldeia do Castelo – Antiga Vila de Basto. Dos vários aspetos referidos no diagnóstico, sublinham-se particularmente i) as condições de habitabilidade deficitárias de 24% dos alojamentos sem água canalizada e de 6% sem sistemas de saneamento do tipo retrete; e ii) a estrutura edificada que necessitava de reparação, onde 24% dos edifícios precisavam de reparações consideráveis, 7% de reparações profundas e 8 edifícios encontravam-se muito degradados (CM Celorico de Basto, 2017).

II.4.2 Idade e estado de conservação

A idade média dos edifícios de Celorico de Basto é de 36 anos, sendo semelhante ao que se passa no país. Ao nível das freguesias, destacam-se Ribas e Moreira do Castelo com valores médios de 26 e 23 anos respetivamente e Codeçoso, Basto (S. Clemente) e Borba de Montanha com 40 e 39 anos respetivamente (Tabela 32).

Um em cada 3 edifícios foi construído depois de 1990. Uma parte significativa (45%) dos edifícios foram construídos entre 1961 e 1990. Quase 1/4 (23%) dos edifícios foram construídos antes de 1960.

Tabela 32. Idade média dos edifícios (anos) e edifícios construídos segundo a época de construção (%) em 2011

	Idade média dos edifícios (Anos)	Total Edifícios Construídos (Nº)	Ano de construção (%)				
			Até 1919	1920-1960	1961-1990	1991-2000	2001-2011
Portugal	38	3 544 389	6	20	44	16	14
Norte	37	1 209 911	6	17	46	17	15
Tâmega e Sousa	35	159 979	6	15	42	19	18
Celorico de Basto	36	9 972	6	17	45	15	18
Agilde	38	595	8	17	41	16	18
Arnóia	38	985	7	20	39	16	18
Basto (São Clemente)	39	755	5	23	43	19	10
Borba de Montanha	39	553	8	14	48	12	18
Codeçoso	40	256	7	24	39	14	16
Fervença	38	671	6	19	42	15	18
Moreira do Castelo	23	267	1	3	49	20	26
Rego	36	719	3	21	44	13	19
Ribas	26	461	0	11	40	25	24
UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe	35	1 608	7	14	44	17	19
UF de Caçarilhe e Infesta	33	442	5	6	62	11	16
UF de Canedo de Basto e Corgo	38	711	8	16	47	15	14
UF de Carvalho e Basto (Santa Tecla)	38	569	3	22	52	11	12
UF de Veade, Gagos e Molares	38	940	7	18	43	13	20
Vale de Bouro	33	440	4	13	51	15	17

Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação - Censos 2011, com tratamento GETIN (2020)

No que diz respeito aos edifícios construídos entre 1961 e 1990, a UF de Caçarilhe e Infesta, a UF de Carvalho e Basto (Sta. Tecla) e a freguesia de Vale de Bouro apresentam uma proporção superior à média do concelho, com valores acima dos 50%. Na UF de Canedo de Basto e Corgo, na freguesia de Moreira do Castelo e na freguesia de Borba de Montanha os valores são 45% e 50%, respetivamente. Distribuindo o edificado existente, em 2011, por épocas de construção, resultam grupos distintos de freguesias (Tabela 33):

- um primeiro grupo de freguesias com o edificado mais recente (construído entre 2001-2011), composto pela UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe (19%) e por mais duas (Moreira do Castelo e Ribas) com 26% e 24% dos edifícios construídos neste período.
- o segundo grupo de freguesias comporta edifícios mais antigos, destacando-se neste caso, Arnóia, Basto (S. Clemente) e Fervença, mas sobretudo Codeçoso onde 31% dos edifícios foram construídos antes de 1960.

Tabela 33. Freguesias com maior proporção de edifícios recentes e antigos em 2011

Proporção do edificado por período de construção (%)	Freguesias
Edifícios mais recentes: 2001-2011 (proporção de edifícios > 18%)	Moreira do Castelo Ribas Rego UF Britelo, Gémeos e Ourilhe UF de Veade, Gagos e Molares
Edifícios mais antigos: construídos até 1960 (proporção de edifícios > 25%)	Codeçoso Basto (S. Clemente) Arnóia Fervença

Fonte: INE, Censos 2011 com tratamento GETIN (2020)

Observando a informação sobre o estado de conservação dos edifícios, é possível verificar que 33% (3 301 edifícios) necessitavam de reparações e 4% (414 edifícios) encontravam-se muito degradados (Tabela 34). O nível de degradação dos edifícios era mais elevado no concelho do que na região e no país. Na escala das freguesias, destaca-se Ribas, Agilde e Fervença porque apresentam maior proporção de edifícios (metade ou mais de metade) com necessidades de reparação.

Tabela 34. Edifícios (Nº e %) com necessidades de reparação ou muito degradados e proporção de edifícios com grandes necessidades de reparação ou muito degradados (%) em 2011

	Proporção de edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados (%)	Edifícios com necessidades de reparação		Edifícios muito degradados	
		Nº	%	Nº	%
Portugal	4,4	965 782	27	59 155	2
Norte	4,6	353 416	29	19 758	2
Tâmega e Sousa	6,1	46 092	29	3 974	3
Celorico de Basto	9,1	3 301	33	414	4
Agilde	17,0	243	41	61	10
Arnóia	16,6	353	36	94	10
Basto (São Clemente)	0,9	87	12	3	0
Borba de Montanha	6,7	180	33	17	3
Codeçoso	8,2	65	25	6	2
Fervença	20,4	266	40	81	12
Moreira do Castelo	1,5	43	16	0	0
Rego	5,8	274	38	9	1
Ribas	9,1	230	50	8	2
UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe	8,0	517	32	46	3
UF de Caçarilhe e Infesta	0,9	112	25	3	1
UF de Canedo de Basto e Corgo	11,0	272	38	44	6
UF de Carvalho e Basto (Santa Tecla)	8,6	238	42	5	1
UF de Veade, Gagos e Molares	8,4	252	27	37	4
Vale de Bouro	3,2	169	38	0	0

Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação – Censos 2011

Do total de edifícios existentes em 2011, 9% apresentavam necessidade de grandes reparações (Tabela 34), destacando-se com valores superiores a 15%, Arnóia, Agilde e Fervença. Em contraponto, Basto (S. Clemente), Moreira do Castelo, UF Caçarilhe e Infesta e Vale de Bouro, tinham os seus edifícios em melhor estado de conservação (Tabela 35).

Tabela 35. Tipologia de freguesias: edifícios com grandes necessidades de reparação ou muito degradados, 2011

Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (%)	Freguesias
< 5	Basto (São Clemente)
	UF de Caçarilhe e Infesta
	Moreira do Castelo
	Vale de Bouro
> 15	Agilde
	Arnóia
	Fervença

Fonte: INE, Censos 2011

II.4.3 Forma e regimes de ocupação e de propriedade

Em 2011, dos 10617 alojamentos familiares clássicos existentes em Celorico de Basto, 64% eram de residência habitual (6775), 23% eram de residência secundária (2424) e 13,4% (1418) estavam vagos (Tabela 36). Da comparação com o país e com a região conclui-se que a representatividade dos alojamentos ocupados como residência habitual é inferior no concelho.

Tabela 36. Alojamentos familiares clássicos (Nº) e forma de ocupação (%) em 2011

	Total Alojamentos Familiares Clássicos (Nº)	AF Clássicos Ocupados (%)		AF Clássicos Vagos (%)			
		Ocupados Residência habitual	Ocupados residência secundária	Vagos Para venda	Vagos para arrendamento	Vagos Para demolição	Vagos - Outros
Portugal	5859540	68	19	3	2	0,5	7
Norte	1846589	71	18	3	2	0,4	6
Tâmega e Sousa	195127	73	15	2	2	0,5	7
Celorico de Basto	10617	64	23	1	1	0,4	11
Agilde	610	68	13	2	0	0,3	17
Arnóia	1010	57	11	2	0	0,3	30
Basto (São Clemente)	837	64	34	1	0	0,4	2
Borba de Montanha	567	71	15	0	0	0,2	14
Codeçoso	261	64	18	2	0	0,8	15
Fervença	765	65	16	1	1	1	16
Moreira do Castelo	269	73	24	1	0	0,4	2
Rego	737	58	33	0	1	0,1	8
Ribas	480	65	17	2	1	0	15
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	1871	67	21	2	2	1,1	7
UF Caçarilhe e Infesta	451	61	26	2	2	0,2	9
UF Canedo de Basto e Corgo	718	64	31	0	0	0	5
UF Carvalho e Basto (Santa Tecla)	586	57	33	1	1	0,2	8
UF Veade, Gagos e Molaes	1010	65	27	1	1	0,3	5
Vale de Bouro	445	62	24	1	0	0,2	13

Fonte: INE, Censos 2011 com tratamento GETIN (2020)

A importância dos alojamentos vagos e daqueles que estavam sinalizados para demolição é residual (0,4%). Também é residual (2%) a proporção de alojamentos vagos destinados a venda (125) e a arrendamento (92). Não existiam alojamentos para venda em 3 freguesias e não era possível arrendar casa em 8.

As freguesias de Borba de Montanha e Moreira do Castelo, são as que, em 2011, apresentavam maior proporção de alojamentos ocupados por residência habitual (na ordem dos 70%). De igual forma, a Tabela 37 e a Tabela 38 apresentam um conjunto de freguesias agrupadas consoante a maior ou menor proporção de alojamentos ocupados como residência secundária/sazonal e de alojamentos vagos.

Tendo em conta os valores de 2011, as freguesias com densidade demográfica inferior à média do concelho (Basto-São Clemente, UF de Canedo de Basto e Corgo), apresentam proporções de residência secundária mais significativos e simultaneamente, menor proporção de alojamentos vagos. Embora a maior proporção de alojamentos vagos incidisse em algumas das freguesias mais povoadas (Agilde, Arnóia, Fervença), este fenómeno também afetava as mais despovoadas. Codeçoso era disto exemplo uma vez que, 17,8% do total dos alojamentos estavam vagos.

Tabela 37. Tipologia de freguesias de acordo com a proporção de residência secundária em 2011

AF residência secundária (%)	Freguesias
≤ 15	Agilde
	Arnóia
	Borba de Montanha
≥ 25	Basto (S. Clemente)
	Rego
	UF de Caçarilhe e Infesta
	UF de Canedo de Basto e Corgo
	UF de Carvalho e Basto (Sta. Tecla)
	UF de Veade, Gagos e Molares

Fonte: INE, Censos 2011

Tabela 38. Tipologias de freguesias de acordo com a proporção de alojamento vagos em 2011

AF Vagos (%)	Freguesias
≤ 5	Basto (São Clemente)
	Moreira do Castelo
	UF de Canedo de Basto e Corgo
≥ 15	Arnóia
	Agilde
	Codeçoso
	Fervença
	Ribas

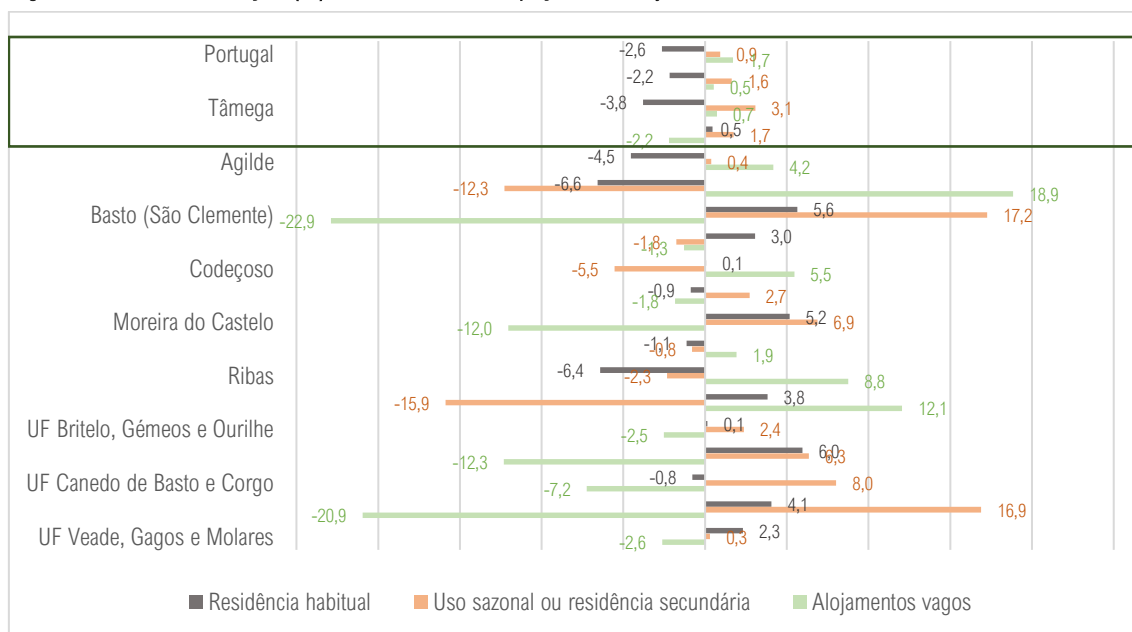
Fonte: INE, Censos 2011

Em Celorico de Basto houve um aumento de alojamentos de residência habitual (13%) e secundária (1,7%) ao mesmo tempo que os alojamentos vagos diminuíram (-6%). Tal não sucedeu na região nem no país onde os valores relativos à residência habitual diminuíram enquanto se incrementou a ocupação secundária e os alojamentos vagos.

A UF de Canedo de Basto e Corgo, e a UF de Carvalho e Basto (S^{ta}. Tecla), posicionam-se no grupo de freguesias que aumentaram o peso da habitação secundária e os novos alojamentos, diminuindo a população residente. Fervença, Moreira do Castelo, e a UF de Caçarilhe e Infesta apresentam dinâmicas distintas com ganhos populacionais e de construção nova e com perdas de representatividade da segunda residência.

A proporção dos alojamentos vagos diminuiu entre 10 e 20 pontos percentuais. O aumento de alojamentos vagos em Agilde, Arnóia, Codeçoso, Ribas e Vale de Bouro associa-se à idade e ao estado de conservação dos edifícios.

Figura 18. Taxa de variação (%) das formas de ocupação dos alojamentos clássicos entre 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011 com tratamento GETIN 2020

Em Celorico de Basto em 2011, na maior parte dos casos (80,3%) os alojamentos são propriedade das famílias que neles residem. Esta realidade é mais significativa no concelho do que na região e no país. Registam-se proporções residuais nos alojamentos arrendados/subarrendados (9,5%). Ainda assim, eram as freguesias mais urbanas e povoadas que detinham mais alojamentos arrendados, como é o caso da UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe (210), da UF de Veade, Gagos e Molares (73) e da freguesia de Arnóia (23) (Tabela 39).

Tabela 39. Alojamentos (%) de residência habitual por regime de propriedade em 2011

	Total Alojamentos clássicos residência habitual (Nº)	Regime de propriedade (%)			
		Proprietário ou coproprietário	Propriedade coletiva cooperativa de habitação	Arrendatário ou subarrendatário	Outra situação
Portugal	3991112	72,5	0,8	19,9	6,8
Norte	1319665	71,3	0,9	20,4	7,4
Tâmega e Sousa	142897	71,7	0,8	17	10,5
Celorico de Basto	6775	80,3	0,4	9,5	9,8
Agilde	412	82,5	1,2	7,5	8,7
Arnóia	572	78,3	0,5	9,6	11,5
Basto (São Clemente)	532	87	0,2	7,1	5,6
Borba de Montanha	402	84,3	0,2	5	10,4
Codeçoso	166	78,9	0,6	4,8	15,7
Fervença	495	76,8	1	8,5	13,7
Moreira do Castelo	196	82,1	0	5,6	12,2
Rego	427	85,2	0,2	4	10,5
Ribas	312	77,6	0,6	10,3	11,5
UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe	1262	73,9	0,5	16,6	9
UF de Caçarilhe e Infesta	274	78,5	0,4	10,6	10,6
UF de Canedo de Basto e Corgo	457	86,7	0,2	7,4	5,7
UF de Carvalho e Basto (Santa Tecla)	333	88,6	0	3	8,4
UF de Veade, Gagos e Molares	661	78,5	0,3	11	10,1
Vale de Bouro	274	77,4	0,4	11,3	10,9

Fonte: INE, Censos (2011), com tratamento GETIN (2020)

II.4.4 Encargos com a habitação

Os registos dos preços de mercado da habitação para o 2º trimestre de 2020 praticados no concelho de Celorico de Basto, indicavam um valor mediano dos alojamentos de 672€/m². Este valor representa um aumento de cerca de 60% face ao 2º trimestre de 2019. No entanto, os preços do concelho são significativamente inferiores aos do país (1137€/m²) e também aos da região Norte (708 €/m²) e Tâmega e Sousa (708 €/m²) (Tabela 40).

Tabela 40. Valor mediano por m² de alojamentos (€) no 2º trimestre e variação anual (%) entre 2016 e 2020

	Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares (€) no 2º trimestre para diferentes anos					Variação 2016-2020 (%)
	2016	2017	2018	2019	2020	
Portugal	842	896	969	1031	1137	35
Norte	702	743	813	892	989	41
Tâmega e Sousa	549	579	611	630	708	29
Celorico de Basto	420	558	458	424	672	60

Fonte: INE (2020) - Estatísticas de preços da habitação ao nível local, outubro.

Com base nos valores do preço mediano das vendas por m² (€) verificados no 2º trimestre de 2020 e considerando os limites máximos da área bruta por tipologia definidos na Portaria nº 65/2019, estimaram-se os custos medianos de venda dos alojamentos para o concelho, para a região e para o país (Tabela 41).

Tabela 41. Estimativa do custo mediano (€) das vendas de alojamentos por tipologia¹² para o 2º Trimestre 2020

	Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares (€)	Estimativa do custo mediano de venda de alojamento familiar por tipologia (€)					
		T0	T1	T2	T3	T4	T5
Portugal	1137	67083	83001	108015	133029	145536	170550
Norte	989	58351	72197	93955	115713	126592	148350
Tâmega e Sousa	708	41772	51684	67260	82836	90624	106200
Celorico de Basto	672	39648	49056	63840	78624	86016	100800

Fonte: INE (2020) - Estatísticas de preços da habitação ao nível local, com tratamento GETIN-UA

Os encargos médios mensais com habitação (aquisição ou arrendamento) no concelho de Celorico de Basto, em 2011, rondavam os 250€ sendo este valor inferior à média regional e nacional (Tabela 42). A análise por freguesias, demonstra que existiam duas freguesias (Ribas e a UF de Caçarilhe e Infesta) onde o valor médio dos encargos com a aquisição/arrendamento era inferior à média do concelho.

Tabela 42. Encargos médios mensais (€) com aquisição ou arrendamento em 2011

	Valor do encargo médio mensal com aquisição/arrendamento de habitação (€)
Portugal	333,07
Norte	301,8
Tâmega e Sousa	273,43
Celorico de Basto	250,4
Agilde	238,71
Arnóia	296,29
Basto (São Clemente)	244,55
Borba de Montanha	213,19

¹² De acordo com Portaria nº 65/2019 de 19 de fevereiro: T0 - 59 m²; T1 - 73 m²; T2 - 92 m²; T3 - 117 m²; T4 - 128 m² e T5 - 150 m².

Codeçoso	297,89
Fervença	235,98
Moreira do Castelo	276,92
Rego	258,27
Ribas	191,53
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	258,41
UF Caçarilhe e Infesta	126,04
UF Canedo de Basto e Corgo	230,4
UF Carvalho e Basto (Santa Tecla)	274,34
UF Veade, Gagos e Molares	255,31
Vale de Bouro	236,17

Fonte: INE (2011), Censos - Recenseamento da população e habitação

Complementando a análise anterior com informação relativa aos encargos das famílias com a habitação (Tabela 43) conclui-se que, em 2011, a maioria (79%) dos proprietários em Celorico de Basto não tinha este tipo de despesa. Esta realidade era mais expressiva nas freguesias com menor densidade populacional como por exemplo: Rego (93%), Borba de Montanha (92%), UF de Caçarilhe e Infesta (94%) e UF de Carvalho e Basto Santa Tecla (91%). A freguesia sede de concelho (UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe) apresentava menor proporção de alojamentos sem encargos para o proprietário (68%). Pelo contrário, as freguesias onde a habitação tem encargos associados mais elevados são as que têm população mais jovem e maior densidade: UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe (32%), Arnóia (29%) e UF de Veade, Gagos e Molares (28%).

Também importa ressaltar que mais de metade (54%) das famílias que, em Celorico de Basto, têm encargos com a compra de habitação pagam entre 200 e 400 euros, seguindo, neste caso, de perto o valor médio dos concelhos integrados na comunidade intermunicipal do Tâmega e Sousa (53%).

Tabela 43. Encargos das famílias com habitação em 2011

	Total Alojamentos Clássicos Residência Habitual, Propriedade ocupantes	Alojamentos sem encargos		Alojamentos com encargos	
		Nº	%	Nº	%
Portugal	2923271	1669929	57	1253342	43
Norte	952287	557996	59	394291	41
Tâmega e Sousa	104959	65775	63	39184	37
Celorico de Basto	5467	4328	79	1139	21
Agilde	345	281	81	64	19
Arnóia	451	320	71	131	29
Basto (São Clemente)	464	352	76	112	24
Borba de Montanha	340	313	92	27	8
Codeçoso	132	102	77	30	23
Fervença	385	317	82	68	18
Moreira do Castelo	161	120	75	41	25
Rego	365	340	93	25	7
Ribas	244	196	80	48	20
UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe	938	637	68	301	32
UF de Caçarilhe e Infesta	216	204	94	12	6
UF de Canedo de Basto e Corgo	397	338	85	59	15
UF de Carvalho e Basto (Santa Tecla)	295	267	91	28	9
UF de Veade, Gagos e Molares	521	376	72	145	28
Vale de Bouro	213	165	77	48	23

Fonte: INE, Censos (2011), com tratamento GETIN (2020)

As situações de arrendamento representam apenas 6% do total de alojamentos do concelho. E, considerando essa parcela, 62% corresponde a um valor de renda mensal inferior a 150€, ocorrendo maioritariamente na UF de

Carvalho e Basto, na UF de Caçarilhe e Infesta, na UF de Canedo de Basto e Corgo e em Vale do Bouro (Tabela 44). Valores de rendas entre 150 e 300€ eram mais comuns em Britelo, Gémeos e Ourilhe (29%) e nas freguesias de Rego (29%) e de Arnóia (25%). Entre 2017 e 2019 realizaram-se 127 contratos de arrendamento no concelho (INE, 2020), representando um acréscimo de 20% no número de alojamentos arrendados.

Tabela 44. Alojamentos arrendados (Nº e %) por escalões de renda (€) em 2011

	Total alojamentos clássicos residência habitual arrendados (Nº)	Escalões de encargo dos alojamentos arrendados					
		Até 49€	50-149€	150-199€	200-299€	300-399€	400€ e +
		%	%	%	%	%	%
Portugal	794465	20	21	8	17	19	16
Norte	269178	21	23	10	21	17	7
Tâmega e Sousa	24343	16	30	20	24	8	2
Celorico de Basto	641	18	44	20	16	3	0
Agilde	31	10	58	19	10	3	0
Arnóia	55	15	47	11	24	2	2
Basto (São Clemente)	38	8	58	29	5	0	0
Borba de Montanha	20	25	40	20	10	5	0
Codeçoso	8	38	25	38	0	0	0
Fervença	42	12	45	29	14	0	0
Moreira do Castelo	11	0	73	18	0	9	0
Rego	17	6	41	29	18	6	0
Ribas	32	25	44	19	13	0	0
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	210	16	31	23	25	4	0
UF Caçarilhe e Infesta	29	38	55	0	7	0	0
UF Canedo de Basto e Corgo	34	12	71	9	6	3	0
UF Carvalho e Basto (Santa Tecla)	10	30	70	0	0	0	0
UF Veade, Gagos e Molaes	73	32	34	21	11	3	0
Vale de Bouro	31	16	55	19	10	0	0

Fonte: INE, Censos (2011), com tratamento GETIN (2020)

Embora não seja possível calcular a taxa de esforço das famílias com as despesas com a habitação, a combinação entre o **custo mediano anual com uma habitação** (relacionado com a área, idade e estado de conservação do alojamento) e o **rendimento mediano das famílias** (baseado em características da população empregada e no rendimento bruto declarado por agregado fiscal) permite estimar a *taxa de esforço potencial* (Marques et al., 2020). Deste modo, antecipa-se a identificação de territórios mais suscetíveis a situações de vulnerabilidade e inacessibilidade habitacional, nomeadamente através da avaliação do:

- índice de sobrecarga eventual de custos habitacionais – proporção de famílias residentes em territórios onde o rácio entre o valor (mediano) estimado do custo de habitação e o valor (mediano) do rendimento das famílias é superior a 0,4; e,
- Índice de risco de acessibilidade habitacional - proporção de famílias residentes em territórios com valor mediano do rendimento menor que a mediana do município e custo da habitação maior que o custo mediano da habitação no município.

A Tabela 45 fornece-nos a distribuição do número de famílias que apresentam valores críticos associados aos índices acima descritos. É possível assim identificar que as características sociais, económicas e territoriais dos locais onde residem cerca de 10% das famílias de Celorico de Basto tendem a provocar dificuldades de suportar os custos com habitação.

Destaca-se a freguesia de Vale de Bouro, onde o número de famílias, em ambos os indicadores, atinge perto de metade das famílias residentes. Esta freguesia apresentava em 2011 uma taxa de desemprego bastante elevada

(Tabela 13.). A freguesia de Ribas apresenta valores elevados no **índice de risco de acessibilidade habitacional**; um valor que pode estar associado à prevalência de um parque habitacional mais jovem e em bom estado de conservação, aspetos que impactam os custos habitacionais face aos rendimentos de parte significativa das famílias (38%). No mesmo indicador destaca-se também a freguesia de Rego, que apresenta valores mais altos no parque habitacional em bom estado e regista uma das mais altas proporções de alojamentos de residência secundária. Mais uma vez, estes aspetos parecem contribuir para que pelo menos 13% das famílias residentes possam ter de enfrentar custos habitacionais superiores à mediana do município, sobretudo se também se associar um contexto de rendimentos abaixo da mediana municipal.

Por fim, na freguesia onde se situa a sede do concelho (UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe), é o indicador de sobrecarga eventual de custos com habitação que mais sobressai. É nesta freguesia onde se regista a maior proporção de alojamentos novos; a menor proporção de alojamentos vagos no município (7%); e onde o arrendamento tem maior expressão (16%). Estas características tendem a estar associadas a um mercado habitacional onde se praticam valores mais elevados, pressionando os custos habitacionais face ao rendimento mediano das famílias. Neste caso aproximadamente 14% de famílias residem em locais onde o rácio dos custos habitacionais mediano e o rendimento mediano das famílias aí residentes situa-se acima do limiar de referência deste índice (0,4).

Tabela 45. Indicadores de acessibilidade habitacional

	Total de famílias (2011)	Sobrecarga eventual de custos com habitação (nº famílias)	Risco de inacessibilidade habitacional (nº famílias)
Celorico de Basto	6779	715 (11% das famílias)	656 (10% das famílias)
Agilde	413	23	7
Arnóia	572	58	30
Basto (São Clemente)	532	46	41
Borba de Montanha	403	53	31
Codeçoso	166	7	6
Fervença	495	13	31
Moreira do Castelo	197	26	25
Rego	427	31	55
Ribas	312	64	118
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	1263	182	83
UF Caçarilhe e Infesta	274	7	22
UF Canedo de Basto e Corgo	457	28	28
UF Carvalho e Basto (Santa Tecla)	333	26	43
UF Veade, Gagos e Molaes	661	30	8
Vale de Bouro	274	121	128

Fonte: GETIN (2020) e INE (2011, 2015, 2016)

PRECARIDADE



Existem **120** processos ativos na CPCJ

CPCJ (2020), Relatório (1º trimestre)

Estão sinalizados casos de **violência doméstica**

Carta Social para o concelho de Celorico de Basto (2010)

INSALUBRIDADE E INSEGURANÇA



120 alojamentos sem água canalizada



360 alojamentos sem instalações de banho ou duche



218 que não dispunham de qualquer tipo de sistema de aquecimento



33% dos edifícios com necessidades de reparação e **4%** destes em estado muito degradado

- 43 % dos edifícios no concelho necessitavam de reparações na sua cobertura
- 39 % careciam de intervenções na sua parte estrutural
- 42 % necessitavam de melhorias nas paredes e caixilharia

Dados: INE, 2011

SOBRELOTAÇÃO



10% dos alojamentos ocupados como residência habitual (652 alojamentos)

Dados: INE, 2011

INADEQUAÇÃO



64% dos edifícios sem acessibilidade a cadeira de rodas

Dados: INE, 2011

II.5 HABITABILIDADE E SALUBRIDADE

Um dos objetivos da Nova Geração de Políticas de Habitação, que se materializa no Programa 1º Direito e que constitui parte integrante de uma Estratégia Local de Habitação, é a identificação de situações de famílias em grave carência habitacional e que vivem em condições indignas de habitação, tendo por base as várias situações definidas no artigo 5º do DL nº 37/2018 e as respetivas alterações enquadradas pelo DL Nº 81/2020.

Nesta secção apresenta-se um quadro geral das condições de habitabilidade e de salubridade, a partir dos dados estatísticos do INE e da PORDATA e, também, da informação proveniente de documentos de génese municipal, tais como, a Carta Social de Celorico de Basto (2010), a Carta Educativa do Concelho de Celorico de Basto (2015) e o REOT - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (2019).

O levantamento e análise de situações de carência habitacional existentes no concelho é apresentado com maior detalhe na Parte III.

II.5.1 Precariedade

À data de elaboração da Carta Social (2010) não era referenciada a existência no município de Celorico de Basto de situações de pessoas sem abrigo, mas era indicada a existência de casos de vítimas de violência doméstica (embora estes não fossem quantificados).

Existem no município de Celorico de Basto instituições ou estruturas vocacionadas a apoiar situações de maior risco e vulnerabilidade associados à problemática da violência doméstica (crianças, jovens, adultos e idosos). Refere-se, particularmente o Gabinete GIRASSOL e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Especificamente para as situações que envolviam crianças e jovens, o diagnóstico social da Carta Social (2010) identificava, para o ano de 2009, 120 processos ativos na CPCJ. Nesse ano (2009), a CPCJ sinalizou um total de 54 crianças /jovens em risco em Celorico de Basto. Segundo o relatório da CPCJ de 2020 (1º trimestre), existiam 53 processos ativos. Destes processos, 16 deles estavam a ser acompanhados e correspondiam a pessoas menores (dos 0 aos 17 anos) envolvidas em situações de violência doméstica e ofensa física.

No primeiro trimestre de 2020, foram sinalizadas pela CPCJ 10 crianças, estando a maioria situada no escalão etário até aos 2 anos e entre os 11 e 14 anos. De igual forma, no mesmo período, foram acompanhadas 16 crianças, a sua maioria com mais de 11 anos. Estes dados são reveladores da fragilidade das famílias que possuem crianças sinalizadas e/ou acompanhadas pela CPCJ, devendo ser consideradas no âmbito das respostas e soluções previstas no âmbito do Programa 1º Direito (Tabela 46).

Tabela 46. Processos sinalizados e acompanhados pela CPCJ por escalão etário no município de Celorico de Basto em 2020 (1º trimestre) na problemática Violência Doméstica/Ofensa física

Escalão etário	Processos sinalizados (nº crianças)	Processos acompanhados (nº crianças)
0 a 2 anos	3	2
3 a 5 anos	2	0
9 a 10 anos	1	1
11 a 14 anos	3	4
15 a 17 anos	1	7 + 2 ofensa física
Total	10	14 + 2 ofensa física

Fonte: CPCJ (2020), Relatório (1º trimestre)

Dado o relatório da Carta Social para o concelho de Celorico de Basto ser datado de 2010 e não tendo acesso a dados mais recente a este respeito, a sua pertinência no âmbito da ELH em curso exige a atualização desta informação.

II.5.2 Insalubridade e insegurança

No que diz respeito às condições mínimas de salubridade dos alojamentos em Celorico de Basto é mencionado no relatório da Carta Social (2010) a existência de “... um número elevado de casas sem instalação de banho/duche e sem água canalizada, isto porque existem muitas casas velhas onde vive uma população idosa com fracos recursos económicos, portanto, com poucas capacidades para melhorarem as suas condições de habitabilidade”.

De facto, os Censos 2011 (Tabela 47) confirmam esta afirmação ao sinalizar 360 alojamentos familiares de residência habitual que não possuíam pelo menos uma das infraestruturas básicas necessárias ao garante das condições adequadas de habitabilidade e salubridade (água canalizada, instalação de banho ou duche, sistema de aquecimento). Estes alojamentos correspondiam a 5% do total de alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual, onde à data (2011) residiam 360 famílias clássicas e 764 habitantes (INE, 2011). Esta realidade posicionava Celorico de Basto numa situação desfavorável comparativamente às demais unidades geográficas.

Tabela 47. Alojamentos familiares de residência habitual segundo a existência de instalações necessárias para garantir níveis mínimos de habitabilidade e salubridade (Nº e %) em 2011

	Alojamentos Familiares de Residência Habitual	Alojamentos sem água canalizada (no alojamento ou edifício)		Alojamentos sem instalação de banho ou duche		Alojamentos sem ar condicionado		Alojamentos sem aquecimento	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	3997724	22294	0,6	79269	2,0	3590453	89,8	560046	14,0
Norte	1320860	8890	0,7	33487	2,5	1229209	93,1	154204	11,7
Tâmega e Sousa	144472	2130	1,5	6052	4,2	131687	91,2	18053	12,5
Celorico de Basto	6775	120	1,8	360	5,3	6573	97,0	218	3,2
Agilde	412	8	1,9	30	7,3	398	96,6	19	4,6
Arnóia	572	8	1,4	27	4,7	550	96,2	19	3,3
Basto (São Clemente)	532	5	0,9	18	3,4	523	98,3	6	1,1
Borba de Montanha	402	14	3,5	26	6,5	396	98,5	7	1,7
Codeçoso	166	3	1,8	14	8,4	161	97,0	14	8,4
Fervença	495	13	2,6	35	7,1	485	98,0	30	6,1
Moreira do Castelo	196	1	0,5	8	4,1	191	97,4	2	1,0
Rego	427	0	0,0	13	3,0	415	97,2	8	1,9
Ribas	312	10	3,2	29	9,3	302	96,8	2	0,6
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	1262	10	0,8	47	3,7	1209	95,8	71	5,6
UF Caçarilhe e Infesta	274	14	5,1	24	8,8	271	98,9	2	0,7
UF Canedo de Basto e Corgo	457	13	2,8	29	6,3	441	96,5	9	2,0
UF Carvalho e Basto (Santa Tecla)	333	9	2,7	18	5,4	321	96,4	10	3,0
UF Veade, Gagos e Molares	661	5	0,8	29	4,4	641	97,0	16	2,4
Vale de Bouro	274	7	2,6	13	4,7	269	98,2	3	1,1

Fonte: INE (2011), com tratamento GETIN (2020)

Uma análise mais detalhada sobre a distribuição das várias tipologias de carências de instalações básicas pelas freguesias de Celorico de Basto, permite verificar que em 2011:

- No que respeita aos alojamentos sem água canalizada, foram identificados 120 casos, apenas não existindo nenhum na freguesia do Rego. As situações reportadas assumiam maiores proporções em 6 freguesias: Borba de Montanha e UF de Caçarilhe e Infesta (cada uma com 14 alojamentos sinalizados); Fervença e UF de Canedo de Basto e Corgo (cada uma com 13 alojamentos sinalizados); Ribas e UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe (cada uma com 10 alojamentos).
- A carência relativa à ausência de instalações de banho ou duche é a que apresenta maior expressão no município, atingindo um total de 360 alojamentos, dispersos por todas as freguesias, embora com maior concentração de casos na UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe (13%); em Fervença (10%); em Agilde, Ribas

e na UF de Canedo de Basto e Corgo (cada uma destas freguesias com 8% do total de alojamentos municipais sinalizados).

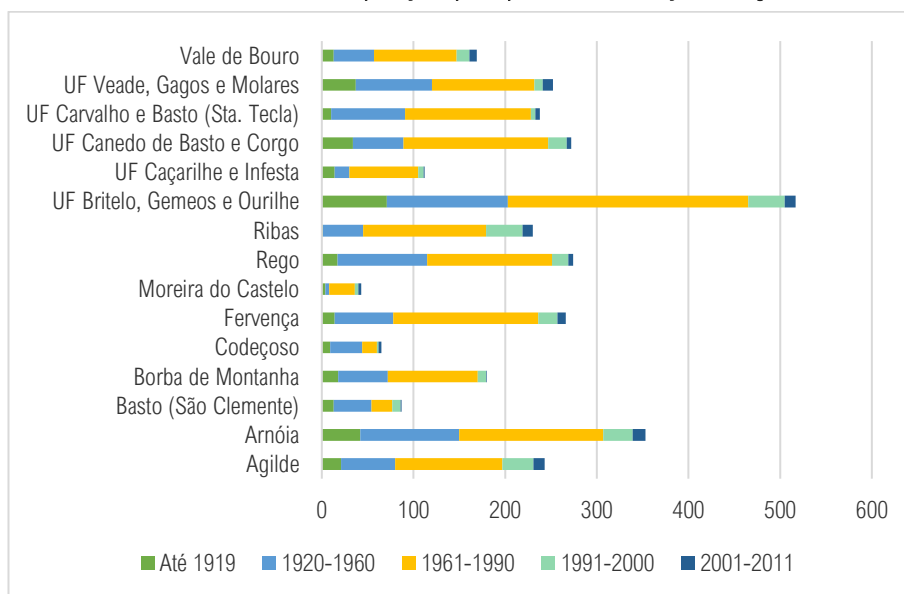
- Existiam no município 218 alojamentos que não dispunham de qualquer tipo de sistema de aquecimento que se concentravam, maioritariamente, na U. F. Britelo, Gémeos e Ourilhe (71 alojamentos), Fervença (30 alojamentos) e em Agilde e Arnóia (19 alojamentos em cada um destas freguesias).
- No que diz respeito à qualidade térmica da habitação relacionada com a existência de ar condicionado, verificava-se no município de Celorico de Basto uma taxa baixa de desempenho em todas as suas freguesias (97% dos alojamentos familiares municipais de residência habitual não dispunham deste tipo de instalação).

Para além das insuficiências a nível das infraestruturas básicas, o artigo 5º do Programa 1º Direito inclui nas condições indignas de habitação, alínea b) Insalubridade e insegurança, as situações de falta de segurança estrutural e estanquidade, que se relacionam diretamente com as necessidades de reparação do edificado (em particular para uso residencial). Os dados dos Censos 2011, permitem constar que o concelho apresentava à data uma posição desfavorável face a Portugal, à Região Norte e ao Tâmega e Sousa, ao apresentar 9% dos seus edifícios com necessidades de grandes reparações ou muito degradados.

Sistematizando alguns dos dados já apresentados no ponto II.4.2, com relevância no domínio da insalubridade e insegurança: os edifícios com necessidades de reparação em Celorico de Basto correspondiam a 33% do total de edifícios existentes (3301 edifícios) e 4% deles encontravam-se em estado muito degradado (414 edifícios) (ver Tabela 34). O maior volume de edifícios a carecer de reparações corresponde àqueles de construção mais antiga, ou seja, aos edifícios que foram construídos até 1990 e em particular, no período entre 1961 e 1990 (52% destes edifícios carecem de obras de reparação). São igualmente os edifícios mais antigos, ou seja, construídos até 1960, que apresentavam um maior grau de degradação: 85% dos edifícios muito degradados do concelho tiveram construção nas épocas até 1919 (33%) e entre 1920 e 1960 (52%). A Figura 19 permite uma análise detalhada sobre a distribuição da proporção de edifícios com necessidade de reparação mediante a sua época de construção. Verifica-se que, de forma transversal, nas diferentes freguesias, com esta necessidade encontravam-se aqueles edifícios que tinham sido construídos entre 1961-1990.

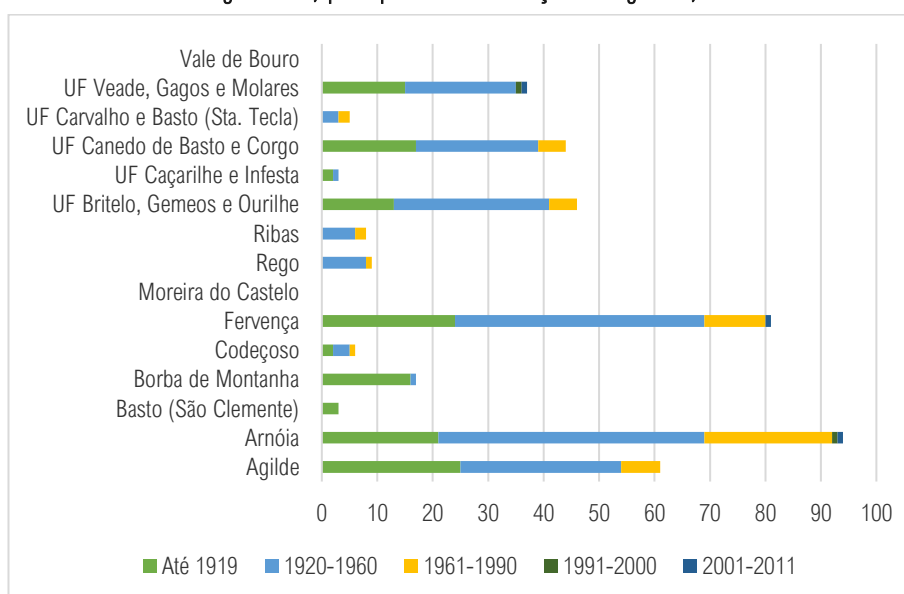
- As freguesias que registavam maior proporção de edifícios com necessidade de reparação eram as freguesias de Ribas (50%), UF de Carvalho e Basto (S^{ta}. Tecla (42%) e Agilde (41%), sendo estas três freguesias que registaram perdas populacionais entre 2001-2011 e cujo edificado foi construído maioritariamente antes de 1990. Por oposição, Moreira do Castelo e Basto (São Clemente) eram as freguesias com menor proporção de edifícios a necessitarem de reparação (ver Tabela 35).
- Quanto aos edifícios muito degradados, estes localizavam-se maioritariamente nas freguesias de Arnóia (10%) e Fervença (12%) (ver Tabela 35), duas das freguesias com maior proporção de edificado construído até 1960 (ver Tabela 32 e Tabela 33). De acordo com a Figura 20, verificamos que em todas as freguesias com edifícios muito degradados, estes são edifícios maioritariamente construídos até 1960, portanto com um edificado mais envelhecido. A freguesia de Moreira do Castelo, destacada pelo seu edificado mais recente, não apresentava, em 2011, qualquer edifício muito degradado, tendo o mesmo sido verificado em Vale de Bouro.

Figura 19. Edifícios com necessidade de reparação, por época de construção e freguesia, 2011



Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

Figura 20. Edifícios muito degradados, por época de construção e freguesia, 2011



Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

Uma análise mais pormenorizada do edificado de Celorico de Basto a nível das freguesias por tipo de necessidade de reparação (na cobertura, na estrutura ou nas paredes e caixilharia) e dimensão da reparação (Reparações Pequenas e Médias; Reparções Grandes e Muito Grandes) permite constatar que, em 2011, uma parte substancial dos edifícios no concelho necessitavam de reparações na sua cobertura (4 302 edifícios, 43%), na sua parte estrutural (3 875 edifícios, 39%) e ainda nas paredes e caixilharia (4 161 edifícios, 42%) (ver Tabela 48). Para qualquer uma das tipologias de reparação, a maioria delas correspondiam a arranjos pequenos/médios. Estas carências de reparação no edificado eram em 2011 mais expressivas em termos percentuais em algumas freguesias, atingindo mais de metade dos edifícios aí existentes:

- Em relação às necessidades de reparação da cobertura dos edifícios destacavam-se 5 freguesias: Fervença (67%), Ribas (57%), Agilde (55%), UF de Caçarilhe e Infesta (54%) e Rego (53%).
- As necessidades de reparação da estrutura dos edifícios sinalizadas assumiam proporções particularmente significativas nas freguesias de Ribas (53%), Fervença (52%) e Agilde (50%);

- No que respeita às necessidades de reparação de paredes e caixilharia estas eram mais acentuadas nos edifícios localizados em Fervença (60%), Ribas (57%), na UF de Caçarilhe e Infesta (54%) e Arnóia (50%).

Tabela 48. Edifícios por necessidade de reparação e dimensão da reparação (N.º e %) em 2011

	Total Edifícios 2011 (nº)	Reparações COBERTURA			Reparações ESTRUTURA			Reparações PAREDES E CAIXILHARIA		
		%	Dimensão das Reparações (nº)		%	Dimensão das Reparações (nº)		%	Dimensão das Reparações (nº)	
			Pequenas/ Médias	Grandes/ M. Grandes		Pequenas/ Médias	Grandes/ M. Grandes		Pequenas/ Médias	Grandes/ M. Grandes
Celorico de Basto	9972	43	3199	1103	39	2832	1043	42	3006	1155
Agilde	595	55	181	145	50	174	122	47	160	120
Arnóia	985	45	268	173	44	251	184	50	285	205
Basto (São Clemente)	755	13	94	7	15	105	7	14	100	7
Borba de Montanha	553	40	182	40	38	170	42	37	161	45
Codeçoso	256	31	51	28	35	65	24	31	52	27
Fervença	671	67	295	155	52	200	147	60	250	151
Moreira do Castelo	267	27	59	14	12	26	6	18	35	12
Rego	719	53	313	65	43	262	50	49	282	70
Ribas	461	57	219	44	53	188	55	57	199	64
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	1608	40	489	155	37	446	151	38	457	156
UF Caçarilhe e Infesta	442	54	227	10	23	95	6	54	221	17
UF Canedo de Basto e Corgo	711	49	256	93	45	237	83	45	233	84
UF Carvalho e Basto (Santa Tecla)	569	46	193	68	45	204	51	46	190	73
UF Veade, Gagos e Molares	940	31	203	86	37	249	97	36	230	106
Vale de Bouro	440	43	169	20	40	160	18	38	151	18

Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

II.5.3 Sobrelotação

A Tabela 49 relativa ao Índice de Lotação do Alojamento¹³, mostra que a carência habitacional relativa à sobrelotação (uma ou mais divisões em falta) em Celorico de Basto atingia, em 2011, cerca de 10% dos alojamentos ocupados como residência habitual (652 alojamentos), valor ligeiramente inferior aos valores percentuais registados a nível nacional e regionais. Ao nível das freguesias verifica-se que 8 das 15 freguesias do concelho apresentavam, em 2011, uma percentagem de alojamentos de residência habitual sobrelotados superior a 10%, destacando-se a UF de Carvalho e Basto (S^{ta}. Tecla) com 15%. Se recuarmos a dados já apresentados na Tabela 12. verificamos que esta era uma das freguesias cujas famílias apresentam maior dimensão média (3 elementos em média por família).

¹³ Indicador de número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento. Os cálculos são feitos com base nos seguintes parâmetros considerados normais: 1 Divisão-sala de estar; 1 Divisão - para casal; 1 Divisão - para outra pessoa não solteira; 1 Divisão - para pessoa solteira com mais de 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e 18 anos; 1 Divisão - para duas pessoas com menos de 7 anos (INE, 2011)

Em termos absolutos, em 2011, existiam no concelho 491 alojamentos sobrelotados¹⁴ com 1 divisão em falta, 122 com falta de 2 divisões e 39 alojamentos com falta de 3 ou mais divisões. As freguesias onde este tipo carência habitacional se manifestava com maior concentração eram, à data:

- no caso da falta de 2 divisões, Borba de Montanha (18 alojamentos), a UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe (16 alojamentos) e a UF de Canedo de Basto e Corgo (14 alojamentos);
- no caso da falta de 3 ou mais divisões, a UF de Carvalho e Basto (Santa Tecla) (9 alojamentos) e a UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe (6 alojamentos).

Os dados relativos a esta dimensão serão, no âmbito da ELH, atualizados por agregado familiar, de acordo com a definição retificada do Programa 1º Direito em 2020, pelo DL nº 81/2020, acima apresentada, e que extravasa a definição do INE que até então vigorava no Art.5º do DL Nº37/2018. Assim, a recolha dos casos de sobrelotação em Celorico de Basto será feita de acordo com este novo conceito e atendendo aos seguintes aspetos:

- falta de uma divisão comum e de uma divisão por cada casal;
- ausência de uma divisão por cada adulto;
- falta de uma divisão por cada duas pessoas do mesmo sexo com idades entre os 12 e os 17 anos;
- falta de uma divisão por cada pessoa de sexo diferente com idade entre os 12 e 17 anos;
- ausência de 1 divisão por cada duas pessoas com menos de 12 anos.

Tabela 49. Índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos ocupados como residência habitual em 2011

	Total Alojamentos ocupados como residência habitual	Total alojamentos sobrelotados							
		Nº	% alojamentos ocupados como residência habitual	1 divisão em falta		2 divisões em falta		3 divisões ou mais em falta	
				Nº	%	Nº	%	Nº	%
Portugal	3991112	450729	11	349713	78	78568	17	22448	5
Norte	1319665	154277	12	122048	79	26144	17	6085	4
Tâmega e Sousa	144393	19509	14	15161	78	3515	18	833	4
Celorico de Basto	6775	652	10	491	75	122	19	39	6
Agilde	412	49	12	36	73	10	20	3	6
Armóia	572	46	8	39	85	5	11	2	4
Basto (São Clemente)	532	13	2	10	77	2	15	1	8
Borba de Montanha	402	63	16	41	65	18	29	4	6
Codeçoso	166	19	11	15	79	1	5	3	16
Fervença	495	43	9	36	84	7	16	0	0
Moreira do Castelo	196	24	12	19	79	4	17	1	4
Rego	427	53	12	41	77	10	19	2	4
Ribas	312	34	11	28	82	4	12	2	6
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	1262	100	8	78	78	16	16	6	6
UF Caçarilhe e Infesta	274	26	9	19	73	5	19	2	8
UF Canedo de Basto e Corgo	457	49	11	32	65	14	29	3	6
UF Carvalho e Basto (Santa Tecla)	333	49	15	31	63	9	18	9	18
UF Veade, Gagos e Molares	661	51	8	40	78	10	20	1	2
Vale de Bouro	274	33	12	26	79	7	21	0	0

Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação - Censos 2011

¹⁴ “Alojamentos com uma divisão em falta ou com duas divisões em falta ou com três ou mais divisões em falta” (INE, 2011).

II.5.4 Inadequação

Os dados do INE à data dos Censos 2011 permitiam avaliar a proporção de edifícios acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada (Tabela 50), o que se revela preocupante num território com tendências de envelhecimento demográfico. Verifica-se que Celorico de Basto tinha deficiências na acessibilidade aos edifícios por parte de pessoas portadoras de mobilidade reduzida, com apenas 36% dos edifícios a terem acessibilidade a cadeira de rodas, e apresentava também dificuldades na acessibilidade através de cadeira de rodas até ao alojamento, com apenas 37% dos edifícios a permitirem esta acessibilidade.

Tabela 50. Proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas (%) e de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas até ao alojamento (%) em 2011

	Proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas (%)	Proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas até ao alojamento (%)
Portugal	40,85	29,76
Norte	39,49	35,31
Tâmega*	36,65	31,69
Celorico de Basto	36,23	37

Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação – Censos // Nota: a NUTS Tâmega era a NUT vigente à data dos Censos 2011

À data dos Censos 2011, verificava-se que a maioria dos edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares, apresentava em Celorico de Basto barreiras à acessibilidade para as pessoas com dificuldades motoras (em particular, para as pessoas em cadeira de rodas) pois 84% destes edifícios não tinham elevador e 52% não apresentavam uma entrada acessível à circulação de cadeira de rodas (Tabela 51). Ao nível dos edifícios sem elevador, destaca-se a UF de Britelo Gémeos e Ourilhe e a freguesia de Basto (São Clemente) como as que possuíam maior proporção destes edifícios sem elevador, 31 e 20% respetivamente.

Por fim, é de salientar que à data de 2011 entre os 30 edifícios com 4 e mais pisos existentes na UF Britelo, Gémeos e Ourilhe, 67% (20 edifícios) não possuíam elevador e 57% (17 edifícios) não possuíam uma entrada acessível à circulação de cadeira de rodas.

Tabela 51. Edifícios construídos estruturalmente para 3 ou mais alojamentos familiares (N.º), segundo a acessibilidade para indivíduos com mobilidade condicionada (entrada do edifício) e existência de elevador, por freguesia, em 2011

	Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares			Edifícios sem Entrada acessível à circulação em cadeira de rodas			
	Total	Sem elevador		Total		Sem elevador	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Celorico de Basto	100	84	84	52	52	50	96
Agilde	2	2	100	1	50	1	100
Arnóia	2	1	50	0	0	0	0
Basto (São Clemente)	20	20	100	3	15	3	100
Borba de Montanha	1	1	100	1	100	1	100
Codeçoso	0	0	0	0	0	0	0
Fervença	16	13	81	9	56	9	100
Moreira do Castelo	0	0	0	0	0	0	0
Rego	0	0	0	0	0	0	0
Ribas	3	1	33	0	0	0	0
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	41	31	76	25	61	23	92
UF Caçarilhe e Infesta	0	0	0	0	0	0	0
UF Canedo de Basto e Corgo	1	1	100	1	100	1	100
UF Carvalho e Basto (Sta. Tecla)	3	3	100	2	67	2	100
UF Veade, Gagos e Molaes	11	11	100	10	91	10	100
Vale de Bouro	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE (2011), Recenseamento da população e habitação – Censos

No que diz respeito à inadequação da habitação, importa analisar ainda o indicador “dificuldades motoras da população residente (com 15 e mais anos)”, que nos dá informação útil para avaliar a adequação das habitações para populações vulneráveis. Os dados dos censos de 2011 permitem verificar que em Celorico de Basto, 14% da população com 15 ou mais anos (2418 pessoas) apresentava este tipo de dificuldade (Tabela 52), um valor que pode ser explicado em grande medida pela estrutura etária da população residente neste território.

As freguesias que concentravam mais situações deste tipo eram Agilde, Arnóia, Borba de Montanha e Codeçoso. Estas freguesias apresentam (isolada ou cumulativamente) uma estrutura menos povoada, uma dinâmica populacional decrescente, densidades populacionais mais baixas, casos de pessoas com mais de 65 anos que vivem em situação (potencial) de isolamento territorial. À exceção das freguesias de Basto (São Clemente), de Rego e da UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, todas as restantes apresentam valores acima dos 10%.

Confrontando o número de indivíduos com problemas de mobilidade com os alojamentos considerados inacessíveis, (por não estarem dotados das devidas adaptações), pode-se inferir que existem necessidades a colmatar em Celorico de Basto neste domínio.

Tabela 52. População residente com 15 e mais anos, com pelo menos uma dificuldade e com dificuldades motoras¹⁵, em 2011

	População Residente 15 e mais anos	Total pessoas c/ pelo menos 1 dificuldade		Pessoas com dificuldades motoras (1)	
		Nº	%	Nº	%
Portugal	8989849	1740505	19	974457	11
Norte	3132449	588095	19	333457	11
Tâmega e Sousa	358764	67750	19	38644	11
Celorico de Basto	17037	3756	22	2418	14
Agilde	1019	336	33	207	20
Arnóia	1493	451	30	312	21
Basto (São Clemente)	1258	232	18	117	9
Borba de Montanha	1074	341	32	202	19
Codeçoso	394	100	25	72	18
Fervença	1222	217	18	142	12
Moreira do Castelo	517	91	18	66	13
Rego	1052	161	15	109	10
Ribas	930	186	20	121	13
UF Britelo, Gémeos e Ourilhe	3057	486	16	319	10
UF Caçarilhe e Infesta	658	153	23	101	15
UF Canedo de Basto e Corgo	1164	283	24	187	16
UF Carvalho e Basto (Santa Tecla)	840	219	26	130	15
UF Veade, Gagos e Molares	1695	370	22	241	14
Vale de Bouro	664	130	20	92	14

Fonte: INE (2011) – Censos

Dadas algumas características da população de Celorico de Basto (envelhecimento, pessoas com dificuldades motoras, ...) e, também, a época dominante de construção dos edifícios anteriormente descrita (maioria dos edifícios construídos até 1990), é expectável que a carência aliada à inadequação, seja mais evidente nesses edifícios nas freguesias com menor densidade populacional e com maior concentração de população idosa ou onde residam pessoas com dificuldades motoras.

¹⁵ As dificuldades motoras equivalem a dificuldades em andar ou em subir degraus.

No âmbito do Programa Câmara Amiga foi criada a iniciativa Oficina Móvel Municipal para colmatar algumas das carências habitacionais sinalizadas no concelho, através da prestação de apoio domiciliário em reparações domésticas e de um serviço de proximidade com os residentes em situações mais desfavorecidas.

No entanto é previsível, que exista atualmente no concelho uma multiplicidade de carências habitacionais expressiva em termos numéricos e que requerem um maior investimento financeiro, o que justifica a realização de uma inventariação detalhada de suporte ao enquadramento futuro da ELH-CB no âmbito do Programa 1º Direito.

II.6 SÍNTESE DE INDICADORES DE VULNERABILIDADE

Dimensões	Indicadores Diagnóstico	Registo em Celorico de Basto	Período
1. Demografia	1 Taxa de variação da população residente	-1,8%	2001-2011
	2 Taxa de variação das famílias residentes	10,2%	2001-2011
	3 Residentes em aglomerados com população < ou = a 40 habitantes	6%	2011
	4 Proporção de residentes em subsecções classificadas como residuais	3%	2011
	5 Proporção população idosa	21%	2019
2. Rendimentos	6 Taxa de variação do número de desempregados	29,3%	fev. e out. de 2020
	7 Índice de Poder de Compra	56,1%	2017
	8 Ganho médio mensal	764 €	2018
	9 Distribuição do ganho médio mensal <i>per capita</i>	263 €	2018
	10 Encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento de habitação	250 €	2011
	11 Beneficiárias do Rendimento Social de Inserção	32‰	2019
3. Habitação	12 Alojamentos por família	1,6	2011
	13 Taxa de variação do número de alojamentos	3,8%	2011-2019
	14 Edifícios com necessidade de reparações	33%	2011
	15 Proporção de alojamentos vagos	13,4%	2011
	16 Proporção de alojamentos sem custos para os residentes	80,3%	2011
	17 Proporção de alojamentos arrendados	6%	2011
	18 Valor mediano dos preços da habitação	672€/m ²	2º trimestre de 2020
	19 Encargos médios mensais com aquisição ou arrendamento	250 €	2011
	20 Proporção de famílias em situação de sobrecarga potencial decorrente do custo com habitação	11%	2011
	4. Habitabilidade e salubridade	21 Número de alojamentos sem água potável	120
22 Famílias a viver em alojamentos sem pelo menos uma infraestrutura básica		360	2011
23 Número de alojamentos sem sistema de aquecimento		218	2011
24 Edifícios inacessíveis a cadeiras de rodas		52%	2011
25 Proporção de edifícios a necessitar de reparações na cobertura		43%	2011
26 Proporção de edifícios a necessitar de reparações estruturais		39%	2011
27 Proporção de alojamentos sobrelotados		10%	2011

Fonte: Elaborado pelo grupo GETIN-UA, 2021

PARTE III – DIAGNÓSTICO GLOBAL DE CONDIÇÕES
HABITACIONAIS INDIGNAS

III.1 CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DE NECESSIDADES

Este ponto é dedicado à apresentação da informação decorrente do levantamento das situações de famílias em grave carência financeira e que vivem em condições de habitabilidade indignas, que levou à identificação de 511 agregados familiares. Na Tabela 53 apresenta-se a distribuição destas famílias pelas freguesias, discriminando os escalões etários dos indivíduos nelas incluídos. Importa reter o seguinte:

- a UF de Britelo, Gémeos e Ourilhe, pela sua dimensão, destaca-se porque apresenta maior número de agregados familiares;
- Codeçoso é a freguesia com menor número de famílias sinalizadas;
- cerca de 28% das famílias sinalizadas correspondem a famílias unipessoais com mais de 65 anos;
- das restantes famílias (excluindo as famílias unipessoais com mais de 65 anos), cerca de 25% é constituída apenas por elementos com idade superior a 65 anos;
- apenas 2% das famílias (13 agregados familiares) são monoparentais.

Tabela 53. Distribuição das famílias com carências habitacionais pelas freguesias e escalões etários das pessoas que as integram

	Total de agregados familiares	Total de elementos dos agregados familiares	Total de elementos com idade <18	Total de elementos com idade > 65	Total de famílias unipessoais composta por pessoas com + 65 anos	Total de agregados familiares constituídos apenas por elementos com + 65 anos
Celorico de Basto	511	965	65	450	146	94
Agilde	22	39	3	14	5	3
Arnóia	53	102	7	50	15	11
Borba de Montanha	44	82	4	41	16	8
Britelo, Gémeos e Ourilhe	88	178	26	71	19	14
Caçarilhe e Infesta	27	49	4	23	8	6
Canedo de Basto e Corgo	36	74	-	41	12	8
Carvalho e Basto (Santa Tecla)	39	83	7	28	6	6
Codeçoso	15	28	3	14	4	3
Fervença	27	50	2	30	6	7
Moreira do Castelo	17	31	1	12	3	2
Rego	26	42	4	22	12	3
Ribas	27	45	-	20	9	4
Basto (São Clemente)	24	46	3	22	6	6
Vale de Bouro	32	57	1	34	11	10
Veade, Gagos e Molares	35	59	-	28	14	3

Relativamente aos rendimentos, a alínea e) do Art.4º do DL nº37/2018 determina como situações de carência financeira, os agregados cujo rendimento médio mensal (RMM) é inferior a quatro vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS). Tendo em consideração o valor do IAS para o ano de 2021 (438,81€) definido pela Portaria nº 27/2020, de 31 de janeiro, este valor situa-se nos 1755,24€ mensais. Para efeitos de cálculo, as disposições legais previstas no DL nº 37/2018 atualizado pelo DL nº 81/2020 determinam que o RMM de um agregado familiar corresponde a um duodécimo do respetivo rendimento anual e é corrigido de acordo com os fatores de ponderação:

- 1,0 ao primeiro adulto não dependente e 0,7 a cada um dos restantes;
- 0,25 a cada dependente ou 0,5 a cada dependente integrado em agregado unititulado;
- 0,25 a cada pessoa com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, a acrescer à ponderação de dependente ou de adulto não dependente;
- 0,25 ao adulto não dependente que viva sozinho e tenha idade igual ou superior a 65 anos a acrescer à ponderação de adulto não dependente.

Contudo, a análise que a seguir se apresenta não pretende avaliar a elegibilidade dos agregados familiares para efeito de candidatura ao programa 1º Direito. A verificação dos requisitos de elegibilidade é efetuada aquando da instrução das respetivas candidaturas, para além do mais, porque só é possível solicitar os documentos comprovativos dos rendimentos do agregado familiar nessa fase. Os valores que se apresentam não têm, por isso, em consideração o valor do património mobiliário e são baseados na informação a que o município tem acesso por via da intervenção que desenvolve no âmbito da ação social. Não existem dados para todos os agregados familiares (não dispomos desta informação para 28 famílias) e não é possível garantir que os valores indicados estão atualizados. Por isso, esta análise permite apenas estabelecer um quadro geral sobre as condições económicas dos agregados familiares.

Assim, considerando o valor dos rendimentos mensais dos agregados familiares disponibilizados e a informação relativa à fonte dos rendimentos, verifica-se que:

- quase todos os agregados sinalizados têm rendimentos mensais inferiores a 4 vezes o IAS – apenas 7 apresentam um rendimento mensal acima deste limiar; e
- As pensões são identificadas como a única fonte de rendimento em 57% dos agregados familiares;

Valor médio	Valor mínimo	Valor máximo
564,2	100,00	2400,00

- O Rendimento Social de Inserção é identificado como única fonte de rendimento em 13% dos agregados dos agregados familiares;

Valor médio	Valor mínimo	Valor máximo
274,8	125,80	810,46

- O rendimento proveniente de atividade profissional é identificado como única fonte de rendimento em apenas 3% dos agregados familiares (17 agregados familiares); em metade destes agregados o rendimento auferido situa-se abaixo ou é igual ao valor do salário mínimo nacional, atualmente fixado em 665€.

Valor médio	Valor mínimo	Valor máximo
698,8	100,00	1370,00

É importante conciliar estes dados com a estrutura de consumo das famílias. No município de Celorico de Basto, os dados dos Censos de 2011, apontavam para um encargo médio mensal com aquisição ou arrendamento de habitação de 250 €. Analisando a distribuição de rendimentos médios mensais e *per capita* dos agregados familiares antecipam-se situações de vulnerabilidade social, às quais correspondem quadros de privação económica. Em particular, da informação recolhida, 12,4% dos agregados familiares tem rendimentos mensais abaixo dos 250 € e cerca de 60% tem rendimentos entre 250 e 665 €. A Tabela 54 resume esta informação ao nível de cada freguesia do município.

Tabela 54. Rendimentos

	Rendimentos mensais – valor médio	Rendimento per capita – valor médio	Valor mínimo de rendimento mensal	Valor máximo de rendimento mensal	% agregados familiares com rendimento mensal < 250 €	% agregados familiares com rendimento mensal entre 250 € e 665 €
Celorico de Basto	552,04	316,23	-	-	12,4	60,2
Agilde	491,50	273,23	189,00	1370,00	23,8	52,4
Arnóia	529,08	320,95	100,00	1560,00	8,2	63,3
Borba da Montanha	491,08	283,84	139,66	1305,00	12,2	68,3
Britelo, Gémeos e Ourilhe	585,96	299,60	100,00	1460,00	10,4	54,5
Caçarilhe e Infesta	517,50	289,90	163,96	1330,00	13,0	73,9
Canedo de Basto e Corgo	737,61	382,49	230,00	2400,00	5,6	52,8
Carvalho e Basto (Santa Tecla)	484,42	250,79	170,03	1494,00	22,9	51,4
Codeçoso	597,50	315,51	281,00	1618,00	6,7	53,3
Fervença	587,00	324,31	189,66	1950,00	4,2	62,5
Moreira do Castelo	455,10	275,43	126,13	1200,00	17,6	64,7
Rego	384,58	265,82	125,80	1100,00	23,1	69,2
Ribas	582,19	339,63	170,00	2100,00	15,4	57,7
São Clemente de Basto	674,69	405,92	152,00	1500,00	12,0	36,0
Vale de Bouro	593,12	373,39	189,66	1348,00	11,4	62,9
Veade, Gagos e Molares	490,23	342,66	184,00	2000,00	9,1	81,8

III.2 CONDIÇÕES HABITACIONAIS INDIGNAS (ARTIGO 5º, DL Nº37/2018 E DL Nº 81/2020)

Este ponto é dedicado à apresentação da informação decorrente do levantamento das situações de famílias em grave carência financeira e que vivem em condições de habitabilidade indignas. Esta informação está organizada de acordo com as carências habitacionais resultantes de situações de **precariedade, insalubridade e insegurança, sobrelotação e inadequação** previstas no artigo 5º do DL nº 37/2018, atualizado pelo DL nº 81/2020. Este levantamento de necessidades, associado a quadros de grande vulnerabilidade socioeconómica, reforça a exigência e a pertinência do planeamento estruturado de soluções e respostas que resultem das ações de iniciativa pública.

Uma parte significativa destas famílias reside em habitações destituídas das condições básicas de salubridade e segurança (Tabela 55).

Deste diagnóstico constata-se que na grande maioria dos casos as condições de habitabilidade indigna sinalizadas estão associadas à sobreposição das situações previstas no artigo 5º do DL nº 37/2018, na sua redação atual. A seleção da principal carência habitacional teve em consideração as características específicas da habitação, a severidade das condições nas quais esta se encontra, as características das pessoas que nela habitam, e o tipo de intervenção (necessário e mais adequado) a concretizar que melhor permite suprir todas as situações de carência existentes.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição dos agregados familiares por tipo de carência habitacional e por freguesia.

Tabela 55. Quantidade de agregados familiares por tipo de carência habitacional

	Agregados familiares	Nº pessoas	Crianças do sexo feminino	Crianças do sexo masculino	Famílias unipessoais com + 65 anos	Famílias apenas c/ elementos c/ + 65 anos
Celorico de Basto	511	965	26	34	146	94
Insalubridade e insegurança	377	703	13	11	115	83
Precariedade	121	214	6	11	30	10
Sobrelocação	8	37	7	12	--	--
Inadequação	5	11	--	--	1	1

Tabela 56. Agregados familiares por tipo de carência habitacional distribuídos por freguesia

	Insalubridade	Precariedade	Sobrelocação	Inadequação	Total por freguesia
Celorico de Basto	377	121	8	5	511
Agilde	19	2			21
Arnóia	42	9			51
Borba de Montanha	35	9			44
Britelo, Gémeos e Ourilhe	63	15	4		82
Caçarilhe e Infesta	17	10			27
Canedo de Basto e Corgo	24	13			37
Carvalho e Basto (Santa Tecla)	23	17	1		41
Codeçoso	11	4			15
Fervença	21	6			27
Moreira do Castelo	14	3			17
Rego	20	3	2	1	26
Ribas	16	10		1	27
Basto (São Clemente)	19	3	1	2	25
Vale de Bouro	27	7		1	35
Veade, Gagos e Molares	26	10			36

III.2.1 Precariedade

DL nº 37/2018, artigo 5º, alínea a)

“... as situações de **peçoas sem abrigo**, tal como definidas nos termos da alínea f) do artigo anterior, bem como os casos de pessoas sem solução habitacional alternativa ao local que usam como residência permanente, quando têm **de o desocupar por causa relacionada com a declaração de insolvência de elementos do agregado, com situações de violência doméstica, com operações urbanísticas de promoção municipal ou com a não renovação de contrato de arrendamento nos casos de agregados unititulados, agregados que integram pessoas com deficiência ou arrendatários com idade superior a 65 anos**”.

Os casos classificados como precariedade correspondem especificamente a: 3 situações de violência doméstica; 5 sem solução habitacional alternativa ao local que usam como residência permanente, por enfrentarem situações de despejo ou risco de perda de residência; 8 famílias que não terão renovação de contrato de arrendamento; e 105 que não têm uma opção de habitação digna nem capacidade de aceder ao mercado de arrendamento, encontrando-se a residir em habitação precária (*paradeiro em local precário*) ou em casas cedidas por familiares ou amigos.

Importa destacar que, além da situação específica de precariedade considerada, as habitações onde estes agregados familiares vivem apresentam graves problemas estruturais, que se relacionam com:

- necessidade de reparação em elementos de estanquidade e segurança estrutural (telhado, placa divisória entre pisos, pavimentos, portas e janelas, paredes exteriores, ...), que intensificam os problemas de conforto térmico e/ou de eficiência energética;
- ausência ou inadequação das instalações sanitárias;
- ausência de infraestruturas e serviços básicos (eletricidade, água, saneamento);
- necessidade de reparação em dispositivos e mecanismos estruturais (elementos da instalação elétrica, da canalização entre outros);
- presença de barreiras exteriores e internas à habitação.

Tabela 57. Carências habitacionais - precariedade

Carências Habitacionais	Nº Agregados familiares	Nº de pessoas
Precariedade	121	214
Risco de perda de residência por situações de despejo ou risco de perda de residência	5	7
Violência doméstica	3	8
Não renovação de contrato de arrendamento	8	15
Paradeiro em local precário	105	184

III.2.2 Insalubridade e insegurança

DL nº 37/2018, artigo 5º, alínea b)

“...casos em que a pessoa ou o agregado vive em local, construído ou não, destituído de condições básicas de salubridade, segurança estrutural, estanquidade e higiene ou por ser uma edificação sem condições mínimas de habitabilidade”.

As carências habitacionais associadas à insalubridade e insegurança, que afetam 377 agregados familiares, são diferenciadas consoante se apresentem cumulativamente com as outras situações previstas no DL nº 37/2018, atualizado pelo DL nº 81/2020. Por outro lado, o nível de vulnerabilidade das situações é determinado pelas características e condições de habitabilidade em que os agregados familiares residem. Neste contexto, importa sublinhar diferentes realidades que permitirão estabelecer níveis de prioridade para a intervenção, respeitando a gravidade de cada situação sinalizada.

Foram sinalizados 312 agregados familiares a viverem em condições indignas decorrentes de insalubridade e insegurança, dos quais:

- 70% residem em habitações com necessidade de reparação em elementos de estanquidade e segurança estrutural (telhado, placa divisória entre pisos, pavimentos, portas e janelas, paredes exteriores, ...) e apresentam falta de condições de conforto térmico e/ou de eficiência energética.
- 18% acumulam a ausência de infraestruturas e serviços básicos (eletricidade, água, saneamento) com necessidade de intervenção para correção dos problemas de estanquidade e segurança estrutural.
- 7% não têm instalações sanitárias, ou estas foram circunstancialmente adaptadas e atualmente não reúnem as condições adequadas às necessidades e características específicas das famílias. Esta característica coexiste com a ausência de infraestruturas/serviços básicos e a necessidade de intervenção para correção de problemas de estanquidade e segurança estrutural.
- 3% vivem em alojamentos adaptados de estruturas não convencionais, que, por esse motivo, são destituídos das condições mínimas de habitabilidade, nomeadamente pela inadequação de instalações sanitárias, ausência de infraestruturas/serviços básicos e necessidade urgente de intervenção em elementos estruturais para garantir segurança e qualidade de vida.

- Os restantes casos correspondem a espaços construídos sem licença de utilização para habitação, que decorrem sobretudo de intervenções inacabadas, exigindo obras de reparação de elementos de estanquidade e segurança estrutural e em dispositivos/mecanismos estruturais.

Os 60 casos sinalizados que além da insalubridade e segurança combinam as de inadequação por apresentarem barreiras exteriores e interiores que impedem uma circulação e uma utilização apropriada, seguem a mesma tipificação acima apresentada. É de sublinhar que todas as soluções a promover no âmbito da ELH-CB vão privilegiar o princípio da melhoria da acessibilidade, assegurando que todas as habitações intervencionadas terão condições de facilidade e de conforto nos acessos.

Por fim, são destacados 5 casos de insalubridade e insegurança, aos quais também se associam problemas de sobrelotação, mas cuja intervenção passará pela habitação da qual os agregados familiares são titulares.

Tabela 58. Combinação de carências habitacionais – insalubridade e insegurança

Carências Habitacionais	Nº Agregados familiares	Nº de pessoas
Insalubridade e insegurança	377	703
Insalubridade	312	568
Inadequação e Insalubridade	60	118
Insalubridade e Sobrelotação	5	17

III.2.3 Inadequação

DL nº 37/2018, artigo 5º, alínea b)

“... por incompatibilidade das condições da habitação com características específicas de pessoas que nele habitam, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência, em especial quando a habitação: i) tem barreiras no acesso ao piso em que se situa; e ou ii) as medidas dos vãos e áreas interiores impedem uma circulação e uma utilização ajustadas às características específicas das pessoas que nelas residem.”

A inadequação foi considerada a carência principal em 5 agregados familiares, não obstante existirem também outras necessidades a colmatar ao nível da estanquidade e conforto térmico das habitações.

Tabela 59. Combinação de carências habitacionais – inadequação

Carências Habitacionais	Nº Agregados familiares	Nº de pessoas
Inadequação (e insalubridade)	5	11

III.2.4 Sobrelotação

DL nº 81/2020, artigo 5º, alínea c)

“... quando, da relação entre a composição do agregado e o número de divisões habitáveis da habitação, esta não dispõe de um número de divisões suficiente, considerando-se suficiente um número correspondente a uma divisão comum e a uma divisão por cada casal, por cada adulto, por cada duas pessoas do mesmo sexo com idades entre os 12 e os 17 anos, por cada pessoa de sexo diferente com idades entre os 12 e os 17 anos e por cada duas pessoas com menos de 12 anos”

Todas as situações de sobrelotação identificadas são acompanhadas por condições de insalubridade, que decorrem da necessidade de obras de intervenção em elementos de estanquidade e segurança estrutural e de melhoria do conforto térmico e/ou de eficiência energética.

Tabela 60. Combinação de carências habitacionais – sobrelotação

Carências Habitacionais	Nº Agregados familiares	Nº de pessoas
Sobrelotação (e insalubridade)	8	37

PARTE IV – ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO

IV.1 VISÃO GLOBAL E OBJETIVOS

A Estratégia Local de Habitação de Celorico de Basto internaliza o âmbito estratégico preconizado nos instrumentos de atuação da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), cujos objetivos se traduzem em i) dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional; ii) garantir o acesso à habitação aos que não têm resposta por via do mercado; iii) tornar a reabilitação na principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano; e iv) promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais. Reconhece-se também a importância da Lei de Bases da Habitação, que estabelece as bases do direito à habitação e que atribui aos municípios a responsabilidade de assegurar a integração da política municipal de habitação com os demais instrumentos de gestão territorial. Espera-se que desta articulação resulte uma melhor gestão e manutenção do património habitacional e, desta forma, uma melhor execução da política local de habitação.

O sentido de urgência de resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional, no contexto do município de Celorico de Basto, decorre do diagnóstico global realizado que levou à identificação de 511 famílias a residir em condições claramente insatisfatórias, precárias e indignas. O levantamento efetuado e a caracterização dos casos sinalizados permitem a elaboração de uma estratégia de atuação local e a candidatura ao programa de financiamento 1.º Direito.

As tendências de evolução identificadas no diagnóstico socioeconómico e territorial, nomeadamente no que respeita à dinâmica populacional e habitacional, apelam à concretização de um plano de ação integrado capaz de promover um desenvolvimento territorial mais equilibrado e sustentado. Num contexto territorial que tem vindo a registar perda de população, acompanhado de aumento do peso da população idosa, importa contrariar dinâmicas de maior isolamento social e territorial. Estas podem afetar particularmente a população que reside fora de aglomerados urbanos, ou em aglomerados urbanos com pouca população, ou ainda os idosos que residem sozinhos. Do ponto de vista do parque habitacional, reconhece-se a pouca disponibilidade de alojamentos vagos no mercado, para arrendamento ou para venda. Em simultâneo, refere-se o estado de degradação do parque habitacional, observável na proporção de alojamentos vagos sem condições de habitabilidade ou na quantidade de edifícios muito degradados ou a necessitar de reparação. Assim, além da programação de soluções habitacionais para agregados familiares em situação de manifesta carência de meios que lhes permita o acesso à habitação, segue-se a necessidade de desenvolver outras intervenções com vista à inversão da situação de perda populacional e ao desenvolvimento de um modelo residencial mais atrativo (que deve considerar o planeamento e ordenamento prospetivo das carências resultantes da instalação e desenvolvimento de (novas) atividades económicas). O modelo de desenvolvimento e valorização territorial deve, por isso, privilegiar uma política ativa de reabilitação do parque habitacional e a oferta de uma bolsa de arrendamento municipal, que promova dinâmicas de reestruturação urbana e de revitalização social. As intervenções neste domínio devem forçosamente internalizar os princípios de eficiência energética e de sustentabilidade de longo prazo das habitações, proporcionando um incremento no conforto térmico e traduzindo-se num benefício económico e social para as famílias. Os instrumentos de financiamento disponíveis são uma oportunidade para reforçar a responsabilidade social e ambiental através da implementação de medidas de política inovadoras, que privilegiem os aspetos relacionados com a eficiência energética dos edifícios e potenciem comportamentos mais conscientes e ambientalmente mais responsáveis.

Por fim, a ELH-CB reconhece os fenómenos de transformação social decorrentes de uma política habitacional mais interventiva. Desta forma, a promoção da inclusão social faz parte do racional institucional que o município pretende dar continuidade no âmbito da sua atuação na área social. Pretende-se que as medidas a implementar sejam adaptadas às necessidades de diferentes segmentos da população, no sentido de acolher a diversidade social e cultural da população residente, promover melhores padrões de qualidade de vida, incentivar a autonomia financeira dos agregados familiares e dotar as famílias de competências sociais que assegurem maior estabilidade das soluções habitacionais a desenvolver.

Assim, o município, no âmbito da ELH-CB, assume como objetivos:

- Adequar respostas e definir soluções direcionadas aos casos de carência socioeconómica e de indignidade habitacional identificadas no município;
- Promover o acesso à habitação, equilibrando a oferta com a procura e compatibilizando os preços para diferentes segmentos populacionais. Este designio insere-se numa ampla estratégia de fixação e rejuvenescimento da população no concelho, utilizando instrumentos de política pública que apoiam a requalificação do parque habitacional e estimulam o mercado de arrendamento;
- Contribuir para a reabilitação energética e funcional de edifícios, em consonância com as políticas nacionais e europeias em curso no domínio da transição energética e da economia circular;
- Adequar os instrumentos de gestão territorial e de gestão municipal, tirando partido dos instrumentos de gestão financeiros de suporte às prioridades definidas.

IV.2 MEDIDAS ESTRATÉGICAS

1. Assegurar o acesso a habitação condigna e monitorização das carências habitacionais

Fundamentação:

Tendo por base as várias situações definidas no artigo 5º do DL nº 37/2018 e as respetivas alterações enquadradas pelo DL nº 81/2020, o diagnóstico das situações habitacionais indignas existentes no município de Celorico de Basto sinalizou 511 famílias, para as quais se pretendem programar soluções habitacionais adequadas. Uma parte significativa destes agregados familiares reside em habitações destituídas das condições básicas de salubridade e segurança (377) ou em situação de precariedade (121). As situações de sobrelotação e de inadequação afetam uma parcela reduzida dos agregados sinalizados (13). Do ponto de vista socioeconómico, é possível aferir que cerca de 67% dos agregados familiares são beneficiários de um ou mais apoios sociais e apresentam rendimentos relativamente baixos: 12% tem rendimentos mensais abaixo dos 250€ e 42% apresenta rendimentos entre 250€ e 500€. Quanto às condições físicas da habitação, sobressaem os 13% dos alojamentos que não têm instalações sanitárias, ou cujas estruturas foram temporariamente adaptadas para colmatar esta necessidade. De forma isolada ou combinada com outras carências habitacionais, em 30% dos alojamentos é identificada a ausência de infraestruturas/serviços básicos. Na generalidade, os alojamentos apresentam problemas de estanquidade e segurança estrutural.

Do ponto de vista dos beneficiários de acordo com o artigo 25º e 26º do DL nº 37/2018, na sua redação atual i) identificam-se 382 agregados familiares que preenchem os requisitos de acesso ao 1.º Direito, enquanto titulares da habitação na qual residem, sendo designados de beneficiários diretos; e ii) a Câmara Municipal será a promotora de 129 soluções habitacionais, designando-se como Entidade Beneficiária.

Ações de intervenção:

- Constituir uma equipa multidisciplinar que assegure o acompanhamento técnico e social associado ao processo de preparação e gestão das candidaturas ao 1º Direito;
- Verificar as condições de elegibilidade das famílias sinalizadas, no que concerne aos regimes de propriedade da habitação e fundamentação da viabilidade das soluções habitacionais programadas;
- Articulação com os demais instrumentos de gestão territorial e de gestão municipal (e.g. PDM, ARU), nomeadamente, nas soluções que implicam a legalização de construções existentes ou a construção no mesmo local, assim como a construção de prédios ou empreendimentos habitacionais pela Câmara Municipal;

- Dar continuidade aos mecanismos de sinalização de núcleos familiares a viver em condições habitacionais indignas, de forma articulada com os serviços e programas na área social, assim como com a rede de agentes locais;
- Atualizar, de forma faseada¹⁶, o diagnóstico de necessidades habitacionais e a programação de soluções, viabilizando uma resposta adequada e atempada a todas as pessoas e agregados familiares que vivem em situação de carência habitacional;
- Encaminhar e apoiar as famílias e as situações que possam surgir do trabalho no terreno efetuado pelos agentes locais (e.g. casos de violência doméstica, sem estatuto de vítima atribuído; situações de emergência ou de pobreza escondida);
- Avaliar a adequação do cronograma financeiro, técnico e material que suportou a programação da execução das soluções habitacionais, identificando os desvios e implementando os ajustes que conferem maior estabilidade às soluções habitacionais e assegurem a efetiva adequação dessas soluções às características específicas do caso concreto.

Linhas de financiamento:

- *Programa 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação:* é destinando, através de uma abordagem integrada e transversal, a responder a situações de precariedade; sobrelotação; insalubridade e insegurança e inadequação. Com recurso a uma abordagem participada procura promover a inclusão social e territorial através da elaboração de instrumentos de política habitacional, de que a Estratégia Local de Habitação é um exemplo. Segundo o PRR o seu prazo de execução é 2026. Podem beneficiar deste programa os agregados familiares enquanto proprietários da habitação e as entidades beneficiárias como as autarquias locais e outras entidades públicas do terceiro setor e corporativo.
- *Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário:* à semelhança da linha de financiamento anterior, este programa encontra no PRR uma dotação de 1211M€. É um instrumento de política pública orientado para as pessoas que necessitam de alojamento em situações de emergência por decorrentes de situações excecionais, ou que vivenciam situações de transição, promovendo a inclusão social, a proteção e a autonomização dos indivíduos. Segundo o PRR, este programa financia as ações de aquisição, reabilitação ou construção de unidades residenciais, tendo como objetivo criar 2000 alojamentos de emergência ou transição; 473 fogos, 3 blocos habitacionais e 5 centros de instalação temporários e Espaços equiparados para as forças de segurança.
- *Porta de Entrada-Programa de Apoio ao Alojamento Urgente:* destina-se a eliminar as situações de carência habitacional indigna de pessoas isoladamente ou de agregados familiares, provocadas pela privação temporária ou definitiva da habitação onde viviam. O financiamento é feito através da comparticipação e empréstimos bonificados em ações de arrendamento, reabilitação, construção e/ou aquisição de habitação para habitação.

2. Tornar o mercado de arrendamento mais acessível a diferentes públicos e requalificar o parque habitacional

Fundamentação:

O diagnóstico efetuado com base na informação dos Censos 2011 complementado com o recente levantamento das carências habitacionais, alerta para a existência de problemas associados ao mercado de arrendamento no

¹⁶ O artigo 17º da Portaria nº 230/2018 determina que “os novos pedidos de apoio do município ou os que lhe forem sendo apresentados e por ele avaliados nos termos do disposto na presente portaria, são agregados num novo conjunto de candidaturas a enviar ao IHRU, I. P., com uma periodicidade não inferior a 6 meses”.

município de Celorico de Basto: i) um volume significativo de alojamentos devolutos e a carecer de obras de reparação; ii) uma escassez de alojamentos vagos para arrendar ou para venda; iii) situações de irregularidade associadas ao regime de posse de alojamento e seu estado de conservação (degradados), carecendo da aplicação por parte da autarquia dos instrumentos legais, visando que os proprietários privados procedam à formalização de contratos de arrendamento e/ou a reabilitação dos imóveis de que são titulares. Perante a realidade do parque habitacional e as dinâmicas populacionais descritas previamente, a ELH-CB propõe uma série de ações, que poderão ser mais pormenorizadas no âmbito de uma Carta Municipal de Habitação, para dinamizar e diversificar o mercado do arrendamento no concelho e, conseqüentemente, estimular a fixação de população (em particular jovem) no seu território.

Ações de intervenção:

- Implementação de medidas municipais de apoio ao mercado de arrendamento (acesso à habitação a preços de mercado): p.e. comparticipação, a fundo perdido, por parte da Câmara Municipal no pagamento de uma parte da renda dos inquilinos diretamente ao proprietário;
- Execução de medidas municipais de apoio a obras particulares destinadas ao arrendamento acessível: p.e. isenção/redução de taxa de licenciamento, apoio técnico do projeto de engenharia e arquitetura; isenção ou redução nas taxas de saneamento;
- Dinamização a nível municipal de programas atrativos ao arrendamento jovem;
- Reabilitação/Construção de habitação pela autarquia a custos controlados para arrendamento acessível nas quatro centralidades urbanas delimitadas em PDM (Celorico, Fermil, Mota e Gandarela) e na proximidade dos parques empresariais.

Linhas de financiamento:

- *Parque Público de habitação a custos acessíveis:* também inscrito no PRR, com uma dotação de 775M€, este programa visa a construção e reabilitação para disponibilização de até 75% do património devoluto do Estado com aptidão habitacional identificado no Decreto-Lei n.º 82/2020, de 2 de outubro, para a promoção de arrendamento a preços acessíveis. A adesão ao referido programa está limitada a famílias que não encontram resposta no mercado tradicional (p.e. valor das rendas superior aos seus rendimentos). Envolve a colaboração entre o IHRU e os municípios.
- *Porta de Entrada-Programa de Apoio ao Alojamento Urgente.*
- *Chave na Mão-Programa de Mobilidade Habitacional para a Coesão Territorial:* em vigor desde 2019, é um instrumento que procura, através da habitação, fomentar a coesão territorial. Apresenta como objetivo apoiar as pessoas que residem em habitação própria em territórios de forte pressão urbana condições na alteração da sua residência permanente para um território de baixa densidade. Para os territórios de forte pressão urbana, tem como objetivo incentivar a oferta alargada de habitação.
- *Habitação a custos controlados:* destina-se a incentivar a construção e reabilitação de habitação com valores acessíveis. Essa construção deve ser de qualidade e obedecer aos limites de área bruta, custos de construção e venda fixados pela Portaria nº65/2019, na sua redação atual. A construção e reabilitação pode ser conduzida pelos municípios, IPSS, cooperativas de habitação e empresas privadas. As linhas de crédito poderão ir desde a aquisição e infraestruturas do solo até à construção do empreendimento e do equipamento social. O montante máximo de financiamento ronda os 80% do valor de venda da habitação, com uma taxa de juro bonificado até 1/3 da taxa de referência para o cálculo das bonificações ou taxa contratual se esta for menor.
- *Porta 65 Jovem:* destina-se aos jovens entre os 18 e os 35 anos com três objetivos específicos: promoção de estilos de vida autónomos por parte de jovens isoladamente, em família ou entre jovens; reabilitação de áreas urbanas degradadas e dinamização do mercado de arrendamento. Os apoios através deste programa são concedidos através de uma subvenção mensal que cobre uma percentagem do valor da renda.

- *Programa do Arrendamento Acessível*: em vigor desde 2019, destina-se a promover uma oferta alargada de habitação para arrendamento a preços compatíveis com os rendimentos das famílias. Podem ser beneficiários deste programa os proprietários públicos e privados de edifícios ou frações habitacionais e arrendatários habitacionais. Para poderem beneficiar dos incentivos fiscais, os proprietários de habitações que queiram disponibilizá-las para arrendamento acessível devem praticar rendas pelo menos inferiores a 20% o valor de referência (calculado com base na área do alojamento, mediana de preços divulgada pelo INE e a tipologia); e o prazo do contrato de arrendamento deve ser no mínimo de 5 anos, sendo admitidos 9 meses no caso de alojamentos arrendados a estudantes do ensino superior. De acordo com este programa podem ser arrendadas habitações como um todo, ou apenas parte das mesmas, sendo que os alojamentos devem respeitar as condições mínimas de habitabilidade.
- *Reabilitar para Arrendar-Habitação Acessível*: procura financiar através de empréstimos ou benefícios fiscais, operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos que uma vez reabilitados devem ser destinados a fins habitacionais, mediante o regime de arrendamento condicionado. O programa conta com a parceria do Banco Europeu de Investimento e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa. Como beneficiários do programa encontram-se as pessoas singulares e coletivas de natureza pública e privada proprietárias dos edifícios a reabilitar, incluindo as administrações de condomínio.
- *Regime do Arrendamento Apoiado*: aplicado às habitações detidas por entidades da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e do setor público empresarial, que são arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função do rendimento dos agregados familiares destinatários.
- Apoios municipais como a Oficina Móvel Municipal (OMM) que concede apoio para a realização de pequenas reparações domésticas ao nível dos equipamentos da habitação.

3. Requalificar o parque habitacional tornando-o mais funcional, atrativo, eficiente e sustentável

Fundamentação:

As fragilidades do parque habitacional de Celorico de Basto no que diz respeito à idade e ao estado de conservação dos edifícios apresentadas no diagnóstico territorial e socioeconómico, bem como a identificação clara no diagnóstico recentemente realizado para a ELH de um número expressivo de alojamentos com insuficiências a nível da estanquidade, do conforto térmico e da eficiência energética, evidenciam a urgência em intervir no parque habitacional concelhio, requalificando-o sempre que possível em consonância com a política de consolidação urbana definida para o município e com os princípios de sustentabilidade e eficiência aliados à transição energética e à economia circular. Esta medida articula-se com a anterior relativa ao arrendamento e também contribui para estimular a fixação de população no município.

Ações de intervenção:

- Implementação nas operações de reabilitação (e construção) de imóveis para habitação, sempre que possível, de práticas sustentáveis no que diz respeito aos materiais, aos mecanismos estruturais para um uso adequado dos recursos hídricos e energia, etc.;
- Dar continuidade ao apoio municipal prestado à recuperação da habitação degradada para estratos sociais desfavorecidos da população, alargando a intervenção da Oficina Móvel Municipal, através de apoio à realização de obras de primeira necessidade (criação de WC ou adaptação, pequenas instalações elétricas ou de pichelaria, pintura de espaços, instalações sanitárias, entre outras), em articulação com as intervenções a executar no âmbito do 1º Direito;
- Desenvolver e executar iniciativas municipais de estímulo à fixação de residência em diversas modalidades (e.g. na aquisição de edifício ou fração, na aquisição e recuperação de edifício);

- Implementação de ações de sensibilização e mobilização dos proprietários para a concretização de obras de conservação e quaisquer intervenções necessárias para assegurar as adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva;
- Implementação de ações de sensibilização e de estímulo dirigidas aos proprietários de edificado degradado localizado nas seis ARU delimitadas, visando a execução pelos mesmos de obras de conservação e reabilitação, que respeitem as características das áreas urbanas em causa e os princípios de sustentabilidade ambiental;
- Regularização de situações ilegais, decorrentes da realização de vistorias e, se necessário, proceder à aplicação de regras para a execução de obras de manutenção, reabilitação ou demolição (Decreto-Lei nº 66/2019).

Linhas de financiamento:

- *Parque público de habitação a custos acessíveis.*
- *Reabilitar para Arrendar-Habitação Acessível.*
- *IFRRU 2020-Instrumento financeiro Reabilitação e revitalização urbana:* destinado a apoiar a reabilitação integral de edifícios, incluindo soluções de eficiência energética e do espaço envolvente da habitação social. É um programa que pode ser acedido por pessoas singulares ou coletivas de natureza pública ou privada e cujas dotações orçamentais têm origem nos Programas Operacionais Regionais e no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos e nas provenientes do Banco Europeu de Investimento e no Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, tendo sido selecionadas como entidades gestoras financeiras o BPI, o Santander Totta e o Millennium BCP. O IFRRU 2020 disponibiliza empréstimos em condições favoráveis comparativamente às de mercado, para a reabilitação integral dos edifícios, incluindo as soluções de promoção de eficiência energética.
- *FNRE-Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado:* criado em 2016 pela RCM nº 48/2016 de 1 de setembro, é um fundo especial de investimento imobiliário sujeito a subscrição particular e de duração indeterminada. O seu principal objetivo é desenvolver e concretizar projetos de reabilitação de imóveis destinados à promoção do arrendamento habitacional, visando a promoção da regeneração urbana e o repovoamento dos centros urbanos. Podem ser beneficiários deste programa as autarquias, as IPSS e a Administração direta e indireta do Estado.
- *Reabilitar para Arrendar-Habitação Acessível.*
- *Casa Eficiente 2020:* visa melhorar o desempenho habitacional dos edifícios de habitação particular com enfoque na eficiência energética e no uso da água e gestão dos resíduos urbanos. Os empréstimos concedidos em condições favoráveis podem ser obtidos por proprietários de prédios residenciais ou suas frações, ou respetivos condomínios.
- *Programa Edifícios Mais Sustentáveis (PAE+S):* programa já na segunda fase, com uma dotação de 30M€. Destina-se a financiar as ações que promovem a reabilitação, a descarbonização, a eficiência energética, a eficiência hídrica e a economia circular dos edifícios melhorando o seu desempenho ambiental. Visa a redução de pelo menos 30% do consumo de energia primária nos edifícios intervencionados.
- *Programa Vale Eficiência:* atribuição de 100000 vales eficiência a famílias economicamente vulneráveis até 2025, com um valor de 1300 euros acrescido de IVA cada vale, para que estas possam melhorar o conforto térmico da sua habitação, promovendo também as melhorias das condições de habitabilidade, saúde e bem-estar das famílias. Entre as ações financiadas estão a substituição de portas e janelas.

4. Bolsa de alojamento temporário

Fundamentação:

A violência doméstica constitui uma realidade que tem vindo a ser acompanhada no âmbito do trabalho da CPCJ de Celorico de Basto e, de uma forma mais direta, pela autarquia através da iniciativa GIRASSOL – Apoio à vítima de violência doméstica e de género no âmbito do Programa Câmara Amiga. A sinalização de casos de violência

doméstica envolvendo alguns deles crianças e jovens, no último relatório anual publicado pela CPCJ (2020) a par da identificação recente de algumas famílias com esta problemática aquando do levantamento efetuado para a ELH-CB, fundamentam uma intervenção no sentido de criar em Celorico de Basto respostas habitacionais para situações particulares de vulnerabilidade¹⁷, numa lógica de colaboração com a recém criada Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (DL nº 26/2021¹⁸ e Portaria nº 120/2021¹⁹). A isto acresce o facto de Celorico de Basto ser um dos 17 municípios que integra a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência (RNAVVD) medida que contribuirá para combater este flagelo a nível local e para implementar as políticas nacionais em curso nesta área. Para o efeito a CM de Celorico de Basto prevê reabilitar 13 edifícios de que é proprietária (10 antigas escolas primárias distribuídas por várias freguesias e 3 edifícios de apoio à Estação de Canedo de Basto e à Estação de Mondim). Destes edifícios, 3 serão dedicados a alojamento para as situações de violência doméstica identificadas, 7 serão afetos a outras situações de precariedade e 3 serão enquadradas na Bolsa de Alojamento Temporário, conforme legislação em vigor.

Ações de intervenção:

- Elaboração de projetos de arquitetura para os imóveis propriedade da autarquia a reabilitar;
- Submissão de pedidos de financiamento ao IHRU I.P., na plataforma eletrónica do programa 1º Direito no Portal da Habitação, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 138-C/2021;
- Execução e acompanhamento das obras de reabilitação dos edifícios;
- Realojamento dos agregados familiares sinalizados pela ELH-CB em situação de violência doméstica;
- Inclusão dos restantes alojamentos reabilitados no inventário da Bolsa Nacional de Alojamento Temporário para sua atualização na respetiva plataforma eletrónica e, conseqüente, gestão destes imóveis por parte do ISS I.P.;
- Celebração de um protocolo de colaboração entre o ISSI.P. e a autarquia²⁰ relativo à utilização desses imóveis.

Linhas de financiamento:

De acordo com a Portaria n.º 138-C/2021 de 30 de junho, para proceder à reabilitação destes imóveis a autarquia pode solicitar apoio financeiro não reembolsável disponibilizado para a Componente 2. Habitação, pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) 2021-2026, através de dois programas: i) Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, para soluções habitacionais promovidas ao abrigo do 1.º Direito — Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, regulado pelo Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, na sua atual redação; e ii) Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário («Bolsa de Alojamento») para soluções de alojamento urgente e temporário promovidas ao abrigo do Decreto -Lei n.º 26/2021, de 31 de março. Especificamente, este documento legal define os elementos complementares que as candidaturas devem cumprir, no âmbito dos pedidos de financiamento aos programas supracitados, referindo que os projetos apoiados com verbas do PRR podem ser complementados com financiamento de outros programas e instrumentos da União, desde que não destinados para os mesmos custos (p.e. custos com áreas não habitacionais que integrem o projeto da solução habitacional).

¹⁷ “proteção e autonomização das pessoas vítimas de violência doméstica e de tráfico de seres humanos, inclusão das pessoas em situação de sem-abrigo, acolhimento de pessoas ao abrigo da proteção internacional, entre os quais requerentes de asilo, bem como de pessoas ou famílias em situação de elevada vulnerabilidade, com necessidades específicas de intervenção e que, simultaneamente, careçam de uma resposta habitacional adequada” (Portaria nº 120/2021 de 8 de junho).

¹⁸ DL nº 26/2021 de 1 março - Procede à criação da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário.

¹⁹ Portaria nº 120/2021 de 8 de junho, Define o modelo de funcionamento e de gestão da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, criada ao abrigo do Decreto-Lei nº 26/2021, de 31 de março.

²⁰ Este protocolo define “a responsabilidade e âmbito de intervenção de acordo com as diferentes tipologias de resposta, sendo que nas situações referentes a vítimas de violência doméstica ou de tráfico de seres humanos, terá de existir parecer prévio da CIG” (Artigo 13º da Portaria nº 120/2021).

5. Capacitação institucional e modelo de governação

A Câmara Municipal de Celorico de Basto tem vindo a desenvolver um trabalho multifacetado de intervenção junto das comunidades mais vulneráveis, o qual tem permitido o acompanhamento social e uma resposta integrada às diferentes necessidades da população. Muitas das suas intervenções têm tido, por isso, impacto na melhoria das condições de vida, nomeadamente em resultado das intervenções na qualificação de habitações degradadas (p.e. a iniciativa Oficina Móvel) e no combate à violência doméstica (Iniciativa GIRASSOL e integração na RNAVVD). A ELH-CB vem dar continuidade e ampliar a atuação da autarquia na área social e a nível da sua política de habitação, numa perspetiva integrada. Esta integração terá expressão na articulação das diferentes iniciativas com os instrumentos de gestão territorial e de gestão municipal, de que é exemplo a Carta Municipal da Habitação, ou outros instrumentos de programação e financiamento.

A boa execução da ELH-CB irá depender de uma interação regular e de proximidade entre atores e instituições locais, em particular, da Rede Social concelhia que garanta a avaliação e encaminhamento das situações de maior fragilidade e a adequabilidade e estabilidade das soluções propostas. O acompanhamento e monitorização da execução das medidas e ações programadas confere dinâmica a este instrumento de planeamento, de programação e de execução, ajustando-se permanentemente às alterações que ocorram. Esta medida apresenta interdependências com as demais medidas estratégicas apresentadas e, de uma forma geral, com a atuação da rede de agentes locais nas áreas relevantes para promover a inclusão social e a melhoria dos padrões de qualidade de vida da população, nos diferentes segmentos socioeconómicos.

IV.3 SOLUÇÕES A PROGRAMAR NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO

O Programa 1.º Direito cria as condições para promover soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e cuja situação de carência financeira as impede de aceder, sem apoio, a uma solução habitacional adequada (DL nº 37/2018, atualizado pelo DL nº 81/2020).

Do ponto de vista dos beneficiários, importará recordar que podem beneficiar de apoio (art. 25 e 26 do DL nº 37/2018):

- as pessoas que preenchem os requisitos de acesso ao 1.º Direito, isoladamente ou enquanto titulares de um agregado, designados de **beneficiários diretos**;
- as entidades públicas e privadas, conforme estabelecido no quadro legal do instrumento financeiro²¹, enquanto promotoras de soluções habitacionais, designadas de **entidades beneficiárias**.

No município de Celorico de Basto estão sinalizados 382 beneficiários diretos, cujas soluções a implementar passam por reabilitação da habitação da qual são titulares, ou pela autopromoção, através de empreitada contratada diretamente pelo agregado familiar, da construção de prédio unifamiliar adequado; e identificam-se 129 situações

²¹ Podem beneficiar de apoio para a promoção de soluções habitacionais destinadas a proporcionar o acesso a uma habitação adequada a pessoas e agregados abrangidos pelo 1.º Direito as seguintes entidades:

a) O Estado, através da DGTf, as Regiões Autónomas e municípios, bem como associações de municípios constituídas para efeito de resolução conjunta de situações de carência habitacional existentes nos respetivos territórios e ou de promoção de soluções habitacionais conjuntas para as mesmas; b) Empresas públicas, entidades públicas empresariais ou institutos públicos das administrações central, regional e local, incluindo as empresas municipais, com atribuições e competências de promoção e ou de gestão de prédios e frações destinados a habitação; c) Misericórdias, instituições particulares de solidariedade social e pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de reconhecido interesse público e entidades gestoras de casas de abrigo e respostas de acolhimento da Rede de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, nos termos da lei; d) Associações de moradores e cooperativas de habitação e construção, conforme disposto no artigo 11.º; e) Os proprietários de frações ou prédios situados em núcleos degradados, conforme disposto no artigo 12.º (Artigo 26º, DL nº 37/2018).

(121 de precariedade e 8 de sobrelotação) onde a resposta será assegurada pela Câmara Municipal (Tabela 61.), através da reabilitação de frações ou de prédios habitacionais ou da construção de prédio ou empreendimento. Nas operações relativas à construção de prédio ou empreendimento, de acordo com os artigos 27º e 28º do DL nº 37/2018, na sua redação atual, pode justificar-se a realização de soluções combinadas de “aquisição de terrenos e construção de um empreendimento habitacional em regime de habitação de custos controlados”.

Tabela 61. Carências habitacionais por beneficiários

Beneficiários diretos	Nº Agregados familiares	Nº de pessoas
Proprietários (com ou sem empréstimo)	372	700
Insalubridade	367	689
Inadequação	5	11
Cedências / partilhas ⁽¹⁾	10	14
Insalubridade	10	14

⁽¹⁾ Se os beneficiários são usufrutuários, comproprietários ou herdeiros: obter a participação ou autorização expressa dos restantes cotitulares ou de pessoa que os represente para a prática de todos os atos necessários à contratação da empreitada e do financiamento, incluindo a constituição de garantia (art. 32º DL nº 37/2018 atualizado pelo DL nº 81/2020)

Entidade Beneficiária	Nº Agregados familiares	Nº de pessoas	
Câmara Municipal de Celorico de Basto	129	251	
Precariedade	Risco de perda de residência por situações de despejo ou risco de perda de residência	5	7
	Violência doméstica	3	8
	Não renovação de contrato de arrendamento	8	15
	Paradeiro em local precário	105	184
Sobrelotação	8	37	

Tabela 62. Soluções a programar por beneficiário, intervenção e localização

BENEFICIÁRIOS DIRETOS				
Designação / intervenção	Freguesia	Nº Agregados familiares	Nº de pessoas	
Reabilitação de habitação de que é titular	Agilde	17	28	
	Arnóia	42	88	
	Borba de Montanha	33	65	
	Britelo, Gémeos e Ourilhe	62	127	
	Caçarilhe e Infesta	17	31	
	Canedo de Basto e Corgo	24	51	
	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	23	46	
	Codeçoso	11	21	
	Fervença	21	39	
	Moreira do Castelo	14	23	
	Rego	21	29	
	Ribas	17	31	
	Basto (São Clemente)	21	37	
	Vale de Bouro	28	45	
	Veade, Gagos e Molares	26	42	
	Autopromoção	Agilde	2	4
		Borba de Montanha	2	4
Britelo, Gémeos e Ourilhe		1	3	
Total		382	714	

ENTIDADE BENEFICIÁRIA – Câmara Municipal				
Designação / intervenção	Freguesia	Nº Agregados familiares	Nº de pessoas	
Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Agilde	1	3	
	Arnóia	1	3	
	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3	6	
	Caçarilhe e Infesta	2	3	
	Canedo de Basto e Corgo	1	1	
	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1	2	
	Rego	1	3	
Construção de prédio ou empreendimento habitacional	Agilde	1	4	
	Arnóia	8	11	
	Borba de Montanha	9	13	
	Britelo, Gémeos e Ourilhe	16	42	
	Caçarilhe e Infesta	8	15	
	Canedo de Basto e Corgo	12	22	
	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	17	35	
	Codeçoso	4	7	
	Fervença	6	11	
	Moreira do Castelo	3	8	
	Rego	4	10	
	Ribas	10	14	
	Basto (São Clemente)	4	9	
	Vale de Bouro	7	12	
	Veade, Gagos e Molares	10	17	
	Total		129	251

Tabela 63. Soluções a programar por beneficiários, intervenção e carência

Beneficiário	Soluções / carências	Nº Agregados familiares	Nº de pessoas
Beneficiário direto	Reabilitação de habitação de que é titular	377	703
	Insalubridade	372	692
	Inadequação	5	11
	Autopromoção	5	11
	Insalubridade	5	11
Entidade beneficiária – Câmara Municipal	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	10	21
	Precariedade	10	21
	Construção de prédio ou empreendimento habitacional	119	230
	Precariedade	111	193
	Sobrelocação	8	37

Tabela 64. Carência habitacional por tipologia do alojamento

Carências Habitacionais / tipologia do alojamento	Nº Agregados familiares	Nº de pessoas
Insalubridade	377	703
T0	4	4
T1	17	23
T2	107	178
T3	170	329
T4	57	118
T5	15	36
T6	3	5
T7	2	4
T8	2	6
Precariedade	121	214

Carências Habitacionais / tipologia do alojamento	Nº Agregados familiares	Nº de pessoas
T0	6	6
T1	17	19
T2	49	82
T3	31	64
T4	10	23
T5	7	19
T6	1	1
Sobrelotação	8	37
T1	2	4
T2	4	20
T3	1	6
T4	1	7
Inadequação	5	11
T3	3	7
T4	2	4

IV.4 PRIORIDADES, CALENDARIZAÇÃO E ORÇAMENTO PREVISTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1º DIREITO

Em consonância com o previsto nos artigos 2º e 8º da Portaria nº 230/2018, a ELH-CB incluí uma proposta de programação da execução das soluções habitacionais, através da definição de prioridades, que correspondem a uma calendarização dentro do período de implementação da Estratégia, de forma a dar resposta habitacional a todas as pessoas e agregados que vivem no seu território em condições habitacionais indignas. Não obstante a programação apresentada para as medidas enquadradas no programa 1º Direito, sublinha-se a desejável e necessária interdependência, decorrente das sinergias com as diferentes medidas estratégicas a desenvolver em matéria de política local de habitação.

Não sendo possível avançar com a implementação simultânea de todas as soluções habitacionais, é definida uma ordem de prioridade em quatro níveis, resultando da combinação de critérios que pretendem diferenciar a gravidade das carências habitacionais vivenciadas pelas famílias sinalizadas no âmbito do processo de diagnóstico da ELH. Desta forma, foram tidas em conta: i) as características físicas da habitação, que consubstanciam as situações habitacionais indignas ou de grave carência habitacional; ii) as características demográficas dos agregados familiares, que são suscetíveis de maior vulnerabilidade (e.g. famílias unipessoais com mais de 65 anos, famílias compostas apenas por elementos com mais de 65 anos, famílias com crianças, famílias com elementos com necessidades especiais); e iii) o grau de exequibilidade da sua implementação no intervalo temporal de vigência do Programa 1º Direito.

Tendo por base este referencial, são de seguida detalhados os elementos que justificaram o enquadramento dos casos sinalizados em cada nível de prioridade.

Beneficiários Diretos

As soluções habitacionais classificadas com **Prioridade 1**, equivalem a respostas para colmatar situações distintas de carência habitacional: i) alojamentos sem licença de habitabilidade; ii) alojamentos que não possuem instalações sanitárias; e iii) alojamentos que além das carências anteriores também sinalizam a ausência de infraestruturas básicas. A execução prevista para estes casos é o ano 2022.

Na classificação **Prioridade 2**, foram consideradas as soluções destinadas a qualificar habitações que se encontram sem infraestruturas básicas a par de outros problemas. A execução para estes casos é distribuída entre 2023 e 2024.

Em 2023 estão enquadrados todos os casos que envolvem famílias mais vulneráveis, compostas por pessoas idosas, crianças ou com necessidades especiais. Os restantes casos foram atribuídos ao ano de 2024.

Os restantes casos de agregados familiares identificados com carências habitacionais similares, que apresentam condições insuficientes de salubridade e segurança e que envolvem soluções destinadas a resolver problemas associados à existência de barreiras no alojamento e/ou de necessidade de reparação de mecanismos estruturais, associaram-se à **Prioridade 3**, cuja intervenção se prevê para 2024.

Por último, na **Prioridade 4** estão englobadas as soluções habitacionais para dar resposta aos casos de alojamentos com deficiências a nível da estanquidade estrutural/ conforto térmico e eficiência energética. Em termos de programação, a ELH-CB propõe em 2023 a execução dos casos referentes às famílias unipessoais com mais de 65 anos, em 2024 dos casos envolvendo famílias compostas apenas por elementos seniores e famílias com crianças e, finalizar em 2025, implementando as soluções para os restantes agregados familiares com esta carência.

Entidade Beneficiária

No caso das intervenções programadas pela entidade beneficiária, a CM de Celorico de Basto, citam-se 10 operações de reabilitação, em edifícios devolutos de antigas escolas primárias, que visam dar resposta a situações particulares de precariedade (3 famílias em situação de violência doméstica, 5 famílias em risco de perda da residência atual e 2 associadas a outras situações de precariedade). Face a estas realidades, a ELB-CB apresenta uma proposta de programação das soluções habitacionais a partir de 2022, enquadrando-se na **Prioridade 1**.

Ainda a estes casos, acresce o processo de reabilitação de outros 3 imóveis da propriedade da autarquia, destinados a integrar a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, cuja execução está prevista entre 2023 e 2024.

No que diz respeito às soluções relativas à construção de prédio ou empreendimento habitacional, a ELH-CB preconiza a seguinte priorização e calendarização:

Na **Prioridade 1**, enquadram-se as soluções a implementar nos polos urbanos, onde a autarquia já possui terrenos disponíveis para a construção das novas habitações sociais. Para estes casos prevê-se o início da execução em 2023, visto que no decurso de 2022 terão de ser realizados vários procedimentos prévios à sua edificação, tais como: i) criação do projeto de arquitetura para os empreendimentos habitacionais; ii) validação da sua concordância nos instrumentos de gestão municipal em vigor, designadamente o PDM; e iii) procedimentos processuais inerentes à execução das obras (concursos de empreitadas, etc.). Poderá ser igualmente necessário a autarquia proceder à aquisição de terreno para assegurar a edificação de alojamentos para todas as famílias a realojar em cada um dos polos/centralidades urbanas. Nestes polos serão realojadas primeiramente (ano 2023) as famílias que apresentam carências habitacionais mais gravosas: i) alojamentos sem licença de habitabilidade; ii) alojamentos que não possuem instalações sanitárias e/ ou infraestruturas básicas; iii) alojamentos que além das carências anteriores também sinalizam a ausência de infraestruturas básicas. As soluções para os restantes casos de agregados familiares identificados, serão previsivelmente iniciados no ano 2024.

Na **Prioridade 2**, enquadram-se as soluções de construção de empreendimento habitacional a localizar, em terreno(s) a adquirir, visto que neste momento a Câmara não possui terrenos próprios para o efeito. A aquisição dos terrenos permitirá avançar com estas soluções habitacionais a partir de 2024, cumprindo os procedimentos previamente descritos para a **Prioridade 1**. Na impossibilidade de aquisição de terreno nas localizações atualmente em estudo, serão adquiridos outros terrenos, tendo em vista as necessidades habitacionais sinalizadas e as soluções habitacionais propostas na ELH.

Sempre que possível será dada prioridade aos grupos considerados mais vulneráveis (seniores, famílias unipessoais e famílias com crianças).

Tabela 65. Soluções a programar por tipo de beneficiário, nível de prioridade e calendarização

Beneficiário Direto		Condição de habitação indigna	Nº de agregados por ano				
Prioridade / solução			2022	2023	2024	2025	2026
Prioridade 1							
Autopromoção		Insalubridade	5				
Reabilitação da habitação de que é titular		Insalubridade	38				
Prioridade 2							
Reabilitação da habitação de que é titular		Inadequação		1			
Reabilitação da habitação de que é titular		Insalubridade		81	25		
Prioridade 3							
Reabilitação da habitação de que é titular		Inadequação			3		
Reabilitação da habitação de que é titular		Insalubridade			21		
Prioridade 4							
Reabilitação da habitação de que é titular		Inadequação			1		
Reabilitação da habitação de que é titular		Insalubridade		56	66	85	
Total			43	138	116	85	-
Entidade Beneficiária		Condição de habitação indigna	Nº de agregados por ano				
Prioridade / solução			2022	2023	2024	2025	2026
Prioridade 1							
Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais		Precariedade	8	1			
Construção de prédio ou empreendimento		Precariedade		51			
Construção de prédio ou empreendimento		Sobrelotação		7			
Prioridade 2							
Construção de prédio ou empreendimento		Precariedade			51	9	
Construção de prédio ou empreendimento		Sobrelotação			1		
Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais		Precariedade			1		
Total			8	59	53	9	

Tabela 66. Soluções a programar por nível de prioridade, intervenção e condição de habitação indigna

Prioridade	Solução	Nº de agregados familiares	Condição de habitação indigna			
			Insalubridade	Precariedade	Inadequação	Sobrelotação
1	Autopromoção	5	5			
	Construção de prédio ou empreendimento	58		51		7
	Reabilitação da habitação de que é titular	38	38			
2	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	9		9		
	Construção de prédio ou empreendimento	61		60		1
	Reabilitação da habitação de que é titular	107	106		1	
3	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	1		1		
	Reabilitação da habitação de que é titular	24	21		3	
4	Reabilitação da habitação de que é titular	208	207		1	

Tabela 67. Orçamento estimado por tipo de beneficiário e situação de habitação indigna - Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro

Beneficiários	Orçamento previsto					Total
	2022	2023	2024	2025	2026	
Beneficiários Diretos						30 414 270,00 €
Inadequação	- €	90 880,00 €	340 090,00 €	- €	- €	430 970,00 €
Insalubridade	3 275 940,00 €	10 842 410,00 €	9 139 830,00 €	6 725 120,00 €	- €	29 983 300,00 €
Entidade Beneficiária – Câmara Municipal						9 519 467,00 €
Precariedade	536 050,00 €	3 863 820,00 €	3 858 331,70 €	708 040,40 €	- €	8 966 242,10 €
Sobrelotação	- €	464 340,00 €	88 884,90 €	- €	- €	553 224,90 €

Tabela 68. Orçamento estimado por tipo de beneficiário e situação de habitação indigna - Portaria n.º 281/2021, de 3 de dezembro

Beneficiários	Orçamento previsto					Total
	2022	2023	2024	2025	2026	
Beneficiários Diretos						52 739 200,92 €
Inadequação	- €	157 588,48 €	589 725,64 €	- €	- €	747 314,12 €
Insalubridade	5 680 572,24 €	18 801 044,36 €	15 848 722,68 €	11 661 547,52 €	- €	51 991 886,80 €
Entidade Beneficiária – Câmara Municipal						16 507 023,93 €
Precariedade	929 525,80 €	6 699 972,72 €	6 690 455,85 €	1 227 762,00 €	- €	15 547 716,37 €
Sobrelotação	- €	805 178,64 €	154 128,92 €	- €	- €	959 307,56 €

IV.5 ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO NOS PRINCÍPIOS DO PROGRAMA 1º DIREITO

O Artigo 3º, do DL nº 37/2018, alterado pelo DL nº 81/2020, expressa os 12 princípios que, para além dos princípios gerais de direito aplicáveis, devem nortear a elaboração de uma Estratégia Local de Habitação em consonância com o Programa 1º Direito. De facto, é esperado o alinhamento destes princípios com as medidas que se pretendem ver desenvolvidas ao abrigo do 1.º Direito (sobre os quais se enquadram os pedidos de candidatura no âmbito deste programa de apoio à habitação), bem como com as soluções habitacionais que decorrem do diagnóstico global atualizado das carências habitacionais identificadas no território. No entanto, a alteração ao decreto original - a Portaria nº 41/2021 de 22 de fevereiro (2020) e respetiva alteração efetuada à alínea e) do Art.2º da Portaria Nº 230/2018, de 17 de agosto (2018), refere que o município pode justificar a não aplicação de alguns desses princípios em resultado das suas especificidades socioeconómicas e territoriais.

Seguidamente, para cada um dos princípios de enquadramento no Programa 1º Direito, é descrito como o município de Celorico de Basto os faz cumprir na sua ELH.

a) Princípio da acessibilidade habitacional

Pressupostos legais:

“... segundo o qual uma pessoa ou um agregado tem direito a que sejam criadas condições para que os custos com o acesso a uma habitação adequada e permanente sejam suportáveis pelo seu orçamento sem comprometer a satisfação de outras das suas necessidades básicas”.

As dificuldades no acesso à habitação foram perceptíveis com a elaboração do diagnóstico socioeconómico e territorial que constitui a primeira etapa da elaboração da presente ELH. De facto, observando alguns indicadores do rendimento das famílias de Celorico de Basto e dos custos com a aquisição e arrendamento de habitação, anteveem-se potenciais dificuldades em algumas famílias suportarem os custos de acesso a uma habitação digna e adequada.

Esta dificuldade foi confirmada no levantamento das famílias em situação de carência habitacional, que permitiu identificar mais de cinco centenas de agregados familiares a residir em condições indignas, conforme previstas no art.º 5 do DL nº 37/2018, na sua redação atual. Tratam-se de famílias com rendimentos baixos: 12% auferem

rendimentos abaixo de 250€, 42% apresentam rendimentos mensais entre 250€ e 500€. Este orçamento familiar representa taxas de esforço significativas, impedindo que estas famílias tenham capacidade de fazer face aos custos habitacionais e assegurem condições de habitabilidade adequadas, com qualidade de vida.

As soluções preconizadas na ELH-CB estão desenhadas por forma a garantir o acesso a uma habitação condigna e a um custo ajustado à realidade orçamental dos agregados familiares. Desta forma, o plano de ação compreende soluções habitacionais onde i) a requalificação das habitações é assegurada pelos seus proprietários, enquanto beneficiários diretos, recorrendo a apoio financeiro, e ii) a autarquia assume a reabilitação e a construção de alojamentos para agregados familiares que residem em alojamentos degradados ou se encontram em situação de precariedade. O nível de prioridade atribuído a cada situação é determinado pelas condições físicas dos locais, construídos ou não, e pelas características socioeconómicas do agregado familiar.

b) Princípio do planeamento estratégico local

Pressupostos legais:

“... as soluções habitacionais a promover ao abrigo do 1.º Direito devem estar alinhadas com as estratégias municipais e supramunicipais de política local de habitação, no quadro das opções definidas pelos municípios para o desenvolvimento dos seus territórios, em especial ao nível da ocupação do solo, da requalificação e da modernização do parque imobiliário urbano, da coesão socioterritorial e económica, da igualdade e não discriminação e da sustentabilidade os espaços urbanos”.

A elaboração da presente ELH está em consonância com os instrumentos de planeamento estratégico territorial e local. Salienta-se que alguns desses instrumentos, como o PDM, o REOT e o Diagnóstico Social, foram fontes importantes para a elaboração do diagnóstico social, económico e territorial efetuado, realçando-se que a atualização destes instrumentos é uma oportunidade para a atualização dos instrumentos estratégicos orientados para a área habitacional.

Ademais, o município de Celorico de Basto, para além da elaboração da ELH, perspetiva o desenvolvimento de instrumentos municipais de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, de onde se destaca a Carta Municipal de Habitação e o Relatório Municipal de Habitação, previstos nos art. 22º e 23º da Lei de Bases de Habitação. Desta forma, embora carecendo de maior aprofundamento no âmbito dos instrumentos de planeamento municipal em matéria de habitação, a ELH-CB apresenta um conjunto amplo de medidas que extravasam o âmbito de intervenção do Programa 1º Direito. Estas medidas estratégicas surgem no sentido de responder a alguns desafios identificados em Celorico de Basto. Estas medidas coadunam-se com objetivos de desenvolvimento estratégico para o concelho, designadamente, no que respeita à oferta de arrendamento acessível para promover a fixação de população jovem, ao estímulo à reabilitação do parque edificado por parte dos proprietários privados, à consolidação urbana dos quatro polos urbanos definidos pelo PDM com a oferta combinada de habitação social e habitação acessível para arrendamento, etc. De referir ainda que a Câmara Municipal de Celorico de Basto, tem vindo a desenvolver um trabalho de proximidade e atuação junto das comunidades mais vulneráveis, designadamente, das famílias que residem em habitações degradadas através do Programa Câmara Amiga e da medida Oficina Móvel Municipal, cuja abrangência será amplificada através das ações programadas na ELH-CB a executar com financiamento do IHRU proveniente do 1º Direito.

c) Princípio da integração social

Pressupostos legais:

“... o apoio ao acesso à habitação não significar o apoio a qualquer solução habitacional, devendo ser favorecidas soluções de ocupação dispersas em zonas habitacionais existentes ou que garantam a diversidade social e estejam inseridas no tecido urbano, assim se promovendo a integração da pessoa ou do agregado nas comunidades residentes e evitando-se fenómenos de segregação e de exclusão socioterritorial”.

O levantamento efetuado das situações de carência habitacional permitiu identificar um conjunto disperso de situações pelas freguesias do município, sendo propostas para essas famílias, soluções que permitem que os agregados familiares permaneçam em núcleos habitacionais existentes.

As soluções habitacionais definidas na ELH-CB permitem, por um lado, a ocupação de zonas habitacionais existentes, sobretudo através do privilégio dado a ações de reabilitação do edificado na sua maioria por parte dos beneficiários diretos, que constituem a maior fração de alojamentos a intervencionar. Por outro lado, a construção de habitação social para responder às carências habitacionais dos restantes agregados familiares nas quatro centralidades urbanas definidas para o concelho em PDM (Celorico de Basto, Fermil, Mota e Gandarela), possibilita a salvaguarda (sempre que possível) no processo de realojamento que lhe está associado, da proximidade geográfica das famílias às centralidades e, por conseguinte, da sua integração socioterritorial. Importa referir que vários dos agregados familiares sinalizados correspondem a famílias unipessoais com mais de 65 anos. Há um aspeto de isolamento social e territorial que é objeto de intervenção integrada com outras políticas e iniciativas da autarquia. Os baixos rendimentos das famílias identificadas implicam taxas de esforço acrescidas e podem condicionar a estabilidade (a médio e longo prazo) das soluções habitacionais propostas. Assim, outras medidas, de âmbito social, pretendem incentivar a integração das pessoas e promover a autonomia financeira das famílias. Estas intervenções vão ao encontro do trabalho já desenvolvido pela Divisão de Planeamento e Serviços Socioculturais.

d) Princípio da estabilidade

Pressupostos legais:

“... deve existir uma atuação conjugada dos diferentes atores institucionais envolvidos na facilitação do acesso à habitação por parte das pessoas mais desprotegidas, bem como ao nível da sua proteção, integração e autonomização, por forma a que estas sejam providas, não apenas de uma habitação, mas das condições habitacionais, financeiras e sociais necessárias à sua autonomização e à estabilidade das soluções apoiadas ao abrigo do 1.º Direito.”

O envolvimento de atores institucionais na promoção do acesso à habitação por parte de agregados familiares mais desprotegidos é expresso no trabalho de proximidade e colaboração entre os técnicos municipais e os atores da rede social que permitiu a sinalização dos agregados familiares que se encontram em situação de carência habitacional, à qual acresce, na generalidade das situações de carências, o baixo nível de rendimentos.

A execução das soluções habitacionais propostas envolve o município enquanto entidade beneficiária e os agregados familiares enquanto beneficiários diretos, estando ainda em perspetiva a participação futura de outros agentes da rede social do município. Estas soluções são planeadas numa lógica de estabilidade, envolvendo uma equipa multidisciplinar de acompanhamento e baseando-se na capacidade das famílias em suportarem os custos da habitação, indexando o esforço a suportar pelas famílias com a execução das soluções habitacionais, ao seu rendimento médio mensal que considera para além da dimensão da família, fatores como a existência de crianças e idosos, situações de isolamento social e outras necessidades especiais.

Embora a sinalização dos casos de famílias em situação de habitação indigna tenha sido centralizada por parte da equipa técnica dos serviços de ação social da CM, as medidas estratégicas apresentadas preveem a constituição de equipas multidisciplinares e a articulação com a rede social concelhia, cujos agentes acompanham estas famílias ou poderão vir a apoiá-las. Existe uma estreita relação entre este princípio e o da integração social, sendo aqui de relevar iniciativas que potenciem o desenvolvimento de competências a nível cívico e profissional, que garantam a estabilidade das soluções habitacionais implementadas no município ao abrigo do 1º Direito.

e) Princípio da cooperação

Pressupostos legais:

“... pelo qual todos os atores, sejam públicos ou privados, devem promover a definição e concretização de procedimentos convergentes e articulados entre eles de modo a assegurar que as soluções habitacionais ao abrigo do 1.º Direito integram medidas complementares de acompanhamento técnico e social, antes, durante e após a respetiva promoção, no sentido de maximizar a sua eficácia, coerência e estabilidade.”

Para além da cooperação entre os diversos atores no processo de levantamento das situações de carência habitacional no município de Celorico de Basto, o plano de acompanhamento e monitorização da ELH envolve medidas de acompanhamento técnico e social que visam o envolvimento de vários agentes, a partilha de experiências e cooperação entre os agentes.

Dada a grande expressão de casos identificados no município cujas soluções habitacionais (reabilitação e autopromoção) serão preconizadas pelos próprios titulares das habitações a intervencionar (beneficiários diretos) torna-se de grande importância o acompanhamento técnico da autarquia e por parte da rede social concelha das famílias envolvidas, ao longo de todo o processo de qualificação do alojamento, para que este possa decorrer com eficácia, coerência e estabilidade. Igualmente, este acompanhamento será crucial para com as famílias cuja intervenção visando a resolução da carência habitacional sinalizada, será promovida pela Entidade Beneficiária - a Câmara Municipal de Celorico de Basto.

Do ponto de vista operativo, a metodologia de implementação da ELH-CB preconiza um plano de monitorização, que permitirá não somente a permanente identificação de situações de carência habitacional, como também a identificação atempada de dificuldades de execução, que exigem ajustes no cronograma e na programação. Do ponto de vista funcional e social, dada a necessidade de realocar 129 famílias, importará fazer o devido acompanhamento para assegurar a transição e a integração dos agregados familiares (em particular os grupos mais vulneráveis) nos novos contextos territoriais.

f) Princípio da participação

Pressupostos legais:

"...no sentido de ser assegurado que os destinatários das habitações financiadas ao abrigo do 1.º Direito são chamados, diretamente ou através de associações que os representem, a participar na definição e implementação das soluções habitacionais e sociais que lhes são destinadas, em particular quando estão em causa interesses específicos de pessoas e grupos mais vulneráveis, nomeadamente as comunidades ciganas e as pessoas em situação de sem abrigo."

O levantamento das situações de carência habitacional foi realizado com recurso a um questionário online, cujo preenchimento foi liderado pela Divisão de Planeamento e Serviços Socioculturais. Importa referir o amplo trabalho desenvolvido pela autarquia, que tem expressão nos programas de acompanhamento e de apoio às famílias residentes no município. Reforçando a lógica de acompanhamento de proximidade que caracteriza a sua ação, a autarquia interagiu com várias famílias no sentido de clarificar e obter informação atualizada sobre o estado em que as habitações se encontram. Destaca-se, por isso, a profícua participação dos destinatários das soluções habitacionais.

Os pressupostos inerentes à participação estão ainda presentes em mais dois momentos que se traduzem nas formas de envolvimento e participação dos agregados familiares enquanto beneficiários diretos e na intervenção, cuja solução será da responsabilidade da Câmara Municipal enquanto entidade beneficiária. Numa segunda fase e já orientando a intervenção, discutem-se os procedimentos inerentes ao acompanhamento, aconselhamento e submissão das candidaturas pelos beneficiários diretos e, numa fase posterior, no apoio à execução das soluções programadas. Merece particular atenção, a proximidade da autarquia com os agregados familiares que terão de ser realojados em novas habitações a localizar nos quatro centros urbanos definidos, de modo a assegurar a sua participação na implementação da ELH e a sua adequada integração social, económica e territorial.

g) Princípio da equidade

Pressupostos legais:

"...segundo o qual deve ser assegurada uma justa repartição do esforço operacional e financeiro exigido a todas as entidades, públicas e privadas, envolvidas na promoção de soluções habitacionais que permitam garantir o acesso à habitação por parte de pessoas financeiramente carenciadas e a viver em situação habitacional indigna."

A identificação dos agregados familiares em condições indignas de habitação foi liderada pelos técnicos da Divisão de Planeamento e Serviços Socioculturais. Foi assegurada a cobertura territorial por todo o município, de modo que todos os agregados em situação de vulnerabilidade financeira e habitacional pudessem ser considerados. Não obstante, a ELH-CB prevê o acompanhamento e a atualização faseada do diagnóstico de necessidades habitacionais e respetiva programação de soluções.

Quanto às soluções, não é possível nesta fase da ELH-CB envolver as entidades privadas na definição de soluções para as situações de carência habitacional identificadas, pelo que as soluções equacionadas, obedecendo às características da família e à carência habitacional identificada, passam pelos próprios agregados familiares titulares da habitação e pela Câmara Municipal de Celorico de Basto. De facto, a maioria das intervenções propostas na ELH-CB (382), relativas a reabilitação e autopromoção, serão financiadas parcialmente pelas famílias enquanto beneficiárias diretas, considerando para o efeito aspetos relacionados com a sua composição e os rendimentos. Os restantes casos de carência habitacional serão solucionados através da construção de empreendimento de habitação social em quatro centralidades urbanas, sob a responsabilidade da autarquia, e com uma distribuição do esforço financeiro pelas entidades públicas (IHRU e CM Celorico de Basto). Os agregados familiares que ocuparão esses novos alojamentos terão a seu cargo o pagamento de respetiva renda (apoiada). De referir ainda que, em 10 situações, identificadas enquadradas nas situações de precariedade (vítimas de violência doméstica, famílias em risco de perda de habitação e outras situações de precariedade), a resposta a implementar será da responsabilidade da Câmara Municipal, através da reabilitação de edifícios municipais, e posterior, arrendamento apoiado aos agregados familiares. Existe a possibilidade ainda de alguns dos edifícios municipais devolutos serem alvo de reabilitação, com apoio do Programa 1º Direito ou Bolsa de Alojamento, para que possam ser integrados na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário sob gestão do IISS I.P. Numa perspetiva de intervenção mais alargada, extravasando o financiamento previsto e enquadrável no âmbito do 1º Direito, são apresentadas medidas estratégicas de incentivo ao arrendamento e à requalificação do parque habitacional, que preconizam a criação de condições mais atrativas à fixação de população, nomeadamente através de uma adequada repartição de esforço operacional e financeiro exigido a todas as entidades envolvidas.

h) Princípio da perequação

Pressupostos legais:

“...pelo qual o município competente deve adotar os mecanismos necessários para assegurar uma justa redistribuição dos benefícios e dos encargos decorrentes de operações urbanísticas promovidas no âmbito e para efeito de soluções habitacionais financiadas com o apoio do Estado ao abrigo do 1.º Direito.”

No caso de haver necessidade, no âmbito da implementação das soluções programadas pela ELH-CB, de desencadear operações urbanísticas, com o envolvimento de particulares e entidades públicas, serão tomadas as devidas diligências para assegurar uma justa redistribuição dos benefícios e dos encargos.

i) Princípio da reabilitação do edificado

Pressupostos legais:

“...segundo o qual o apoio público ao abrigo do 1.º Direito deve privilegiar a disponibilização de habitações através da reabilitação do edificado, em vez da construção de nova edificação, como forma de contribuir para a valorização do parque habitacional, para a requalificação e revitalização das cidades e para a sustentabilidade e uso eficiente dos recursos.”

A promoção de ações de reabilitação do edificado em detrimento de construções novas encontra-se presente na ELH-CB através das soluções definidas:

- A maior expressividade de soluções habitacionais programadas corresponde a operações de reabilitação dos alojamentos de que os agregados familiares são titulares (beneficiários diretos). À data do diagnóstico das carências habitacionais de suporte à ELH-CB, estes correspondem a 382 agregados familiares, abrangendo um total de 714 pessoas;
- Estão previstas 5 ações de autopromoção pelos beneficiários diretos, abrangendo um total de 11 pessoas;
- O município pretende reabilitar 13 imóveis de que é proprietário (escolas primárias devolutas e outros prédios de apoio às estações CP), que após intervenção de reabilitação com financiamento dos programas 1º Direito e Bolsa de Alojamento, serão disponibilizadas para: i) realojar 10 agregados familiares na modalidade arrendamento acessível ou apoiado, que neste momento se encontram em situação de precariedade (vítimas de violência doméstica

e em risco de perda do alojamento/despejo ou outra situação de precariedade); e ii) como solução habitacional urgente e temporária a integrar na Bolsa Nacional sob gestão do ISS I.P..

Devido à reduzida disponibilidade de imóveis para aquisição e reabilitação, a par dos regimes de propriedade das habitações ocupadas em estado de indignidade que inviabilizam a concretização de outras soluções enquadráveis no 1º Direito, a maioria das soluções sob a responsabilidade do município terá de passar pela construção de prédio ou empreendimento habitacional social nas quatro centralidades urbanas definidas em PDM, visando a consolidação da malha urbana, a revitalização desses polos populacionais e respetivos territórios de influência e, consequentemente, um uso mais sustentável e eficiente de recursos.

j) Princípio do incentivo ao arrendamento

Pressupostos legais:

“...no sentido de que o apoio público ao abrigo do 1.º Direito deve privilegiar o acesso a uma habitação arrendada em detrimento da aquisição de habitação, como forma de contribuir para o equilíbrio entre regimes de ocupação e a promoção e regulação do mercado de arrendamento.”

O incentivo ao arrendamento é um princípio orientador da Nova Geração de Políticas de Habitação e, por conseguinte, das soluções habitacionais financiadas ao abrigo do 1º Direito. Na ELH-CB, os incentivos ao arrendamento (acessível e apoiado) encontram-se evidenciados nas intervenções habitacionais a cargo da Câmara Municipal de Celorico de Basto enquanto entidade beneficiária.

Como foi referido na secção de levantamento das carências habitacionais, à data, a Câmara Municipal de Celorico de Basto será a entidade beneficiária para colmatar 121 casos diversificados de precariedade (risco de perda de residência/despejo, violência doméstica, não renovação de contrato de arrendamento e paradeiro em local precário) e ainda de 8 situações de sobrelotação, através de construção de quatro empreendimentos de habitação social, que posteriormente serão atribuídos às famílias sinalizadas ao abrigo do regime de arrendamento apoiado ou acessível. A autarquia pretende no âmbito de uma política de habitação mais ampla e a longo prazo, articular estes novos edifícios de habitação social com outras ofertas de habitação acessível por exemplo para as famílias jovens que pretendam vir a residir no concelho.

k) Princípio das acessibilidades

Pressupostos legais:

“...de acordo com o qual as obras de reabilitação ou de construção em frações e prédios destinados as habitações devem integrar soluções de melhoria da acessibilidade, exigíveis nos termos das normas técnicas legalmente aplicáveis, que proporcionem a pessoas com mobilidade e autonomia condicionadas condições de facilidade e de conforto nos acessos à sua habitação e na circulação no interior da mesma.”

A acessibilidade à habitação, da parte de indivíduos com mobilidade reduzida ou com dificuldades de locomoção, assume-se como um critério de acesso à habitação digna e adequada. O levantamento das situações de habitação indigna permitiu identificar um conjunto de agregados familiares que vivem numa habitação, cujas características se constituem em barreiras à sua livre circulação devido às suas características físicas e motoras. Este levantamento, para além da sinalização de 6 agregados familiares, cuja principal carência habitacional identificada foi a inadequação, mostrou que em alguns dos alojamentos sinalizados com insalubridade e insegurança como carência habitacional principal, existem barreiras externas e/ou internas que importa resolver, ainda que não sejam prioritárias. Assim, e atendendo ao peso das pessoas seniores no total dos agregados familiares em situação de indignidade habitacional no concelho e atual estrutura demográfica, todas as soluções habitacionais a implementar devem ser pensadas, sempre que possível, numa lógica do cumprimento deste princípio, no sentido de resolver este tipo de carência aliado a outras e, também, antecipar necessidades futuras do parque habitacional concelhio no domínio das acessibilidades.

É de salientar que a presente ELH-CB pretende dar resposta a estas situações, melhorando o acesso ao interior da habitação e à circulação interior na mesma, cumprindo a legislação e normas técnicas de acessibilidades aos edifícios habitacionais. Este tipo de intervenção é ainda mais prioritário quando se trata de agregados com pessoas idosas, com grau de dependência elevado e sujeitas a algum tipo de isolamento social.

1) Princípio da sustentabilidade ambiental

Pressupostos legais:

"...segundo o qual, na promoção das intervenções de reabilitação e de construção apoiadas ao abrigo do 1.º Direito, são de adotar equipamentos, tecnologias e ou processos conducentes a uma utilização racional da energia e da água e à maximização da eficiência no uso das mesmas, no sentido de evitar desperdícios, otimizar os consumos e favorecer a sustentabilidade energética e hídrica."

A construção sustentável corresponde segundo Charles Kibert (1994) à "criação e gestão responsável de um ambiente construído saudável, tendo em consideração os princípios ecológicos e a utilização eficiente dos recursos" (Portal da Habitação, 2021). Tendo este conceito por base, as soluções habitacionais propostas e a desenvolver ao abrigo do Programa 1º Direito, têm em consideração a integração de pressupostos de sustentabilidade ambiental. O levantamento das situações de carência habitacional permitiu identificar diversos problemas de insustentabilidade ambiental no edificado concelhio: ausência de conforto térmico e eficiência energética; problemas a nível de estanquidade e segurança estrutural; e necessidade de reparação em dispositivos e mecanismos estruturais. Assim, as ações de reabilitação a desenvolver visam resolver a carência habitacional que afeta o agregado familiar, utilizando sempre que possível técnicas e materiais sustentáveis. Além disso, as intervenções prestarão atenção a princípios de sustentabilidade e eficiência energética, recorrendo ao uso de janelas eficientes, isolamento térmico e implementando mecanismos que melhoram o consumo e utilização da água e da energia elétrica. Estes princípios estão também presentes nas intervenções cuja solução habitacional é a construção de empreendimento de habitação social.

ANEXO: QUADRO GERAL DE CARÊNCIAS HABITACIONAL

ID	Localização	Dimensão	Crianças Meninas	Crianças Rapazes	Condição Habitacional Indigna (Artigo 5º)	Situações Específicas (Art. 10º, 11º e 12º)	Solução	Beneficiário	Prioridade
ro3zug5RafwywxNnd	Agilde	3			insalubridade		Autopromoção	Beneficiário direto	1
y5SDeRvmh9ivCTGvB	Agilde	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
GhrxfBuYzwXtPyXTn	Agilde	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Nt6cJmq4dnB5zmmmp	Agilde	1			insalubridade		Autopromoção	Beneficiário direto	1
53gDpDfmcSQAPaHqb	Agilde	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
odSbc9cHYqFZDmcFw	Agilde	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
TQmFGhpDrWx3vPJus	Agilde	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
kCauQfk38Pamevcxt	Agilde	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
MCugDeCGSqFpmJJgz	Agilde	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
fNeSwEKyjsQ3fwEeL	Agilde	3		1	precariedade	violencia domestica	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Entidade beneficiária	1
uH5pkoh5ylwwtKQ8S	Agilde	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
m4RXSFrXxL3cLQqXN	Agilde	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
G8iQ6E9Ztupj66vqp	Agilde	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
58expR4Dn9dDvweqP	Agilde	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
iHcbixXawwLkQyGTM	Agilde	4		1	precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
pf4e84sgNagmSjscj	Agilde	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
BkQjPpaDPLoTDmK2E	Agilde	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
5mibF3KYPwnxwES4s	Agilde	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
ZdEcdPxxvEwoaDmok	Agilde	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
AA_1	Agilde	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
AA_2	Agilde	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
oE4RJQRuN2Xx3Acvf	Arnóia	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
otDTRuNrWvJfHCLk8	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
GErEfmH6Cng3urwSE	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
Z7uwYYF4vyxtC4HFF	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
HiGD633qYw9vngAgJ	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
28nkCmtyHj2CSHto3	Arnóia	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
R2TcPmJufytATAbaM	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
6K5ZwBqwNkL8Fy9Y	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
xJLXYaa38CsTzAX	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
bG6BhtKePAgdemENk	Arnóia	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
HXhvnJfC5Gbi9LoCd	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
FLjikCjsDugvs4tCk	Arnóia	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
NaQDnNKF6G9wKNr5j	Arnóia	4		1	insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
ccAPZ9iytM5CoBvuX	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
ns2KgRP8yKPBRrW2i	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
be869fPDePTSW4QJR	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
kh2Ye2fAPq3NwfwQ2	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
roK9rsiGWxHn5ii8k	Arnóia	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
EC2TgwGhHGQQAFcbZ	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
akmQCew7Qi2btHQYc	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
RJbHEefQRDXFXxBxA	Arnóia	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
6rw5C3Fy2zZb464rS	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Co2DQPoD7RaECh35t	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
pAnLugL8fSwgB7nLg	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
rk7JX7uFgxczeCuDS	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
5iNiXrAbC4ymoxFtN	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Luvv6miJEjKL28tL4	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
qPxxCmpFqFjyLdJ6z	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
hxJmGNWmZhbN3hita	Arnóia	4		2	insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
CXkfKG7nK6PMifqbX	Arnóia	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
dGs46MNs4j4fzC2GS	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
qfGjJrBvnweQegbe9	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
SE88Sx7W6eLNspWw9	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
YJc9rqMK8iYAZ7kdi	Arnóia	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
PCfcFZr8GqaQAoR7j	Arnóia	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
2DRderuxPpjzia9FF	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
wG67qaDJqAzaKSNwY	Arnóia	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
AXgZq7Jvg8L2ddhai	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
mc4Q2KHZphcfy5niM	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Xvibd8LefzQrNna7D	Arnóia	3	1		precariedade	risco perda residência	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Entidade beneficiária	1

ID	Localização	Dimensão	Crianças Meninas	Crianças Rapazes	Condição Habitacional Indigna (Artigo 5º)	Situações Específicas (Art. 10º, 11º e 12º)	Solução	Beneficiário	Prioridade
XA4yCjaERhsQ35Lj5	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
QTFJjDuFaL7sb4wJi	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
hsf4B7hvp95apdZgn	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
vFXKGzSyepWcbfLZh	Arnóia	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
86m9vTQ95GRGueL9e	Arnóia	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
Yw4A2kyZdaR2beC23	Arnóia	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
uEPAeQAShuL2SieTd	Arnóia	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
M3CaPHe7cs6KcEzqG	Arnóia	3			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
zQ79DkNc7qNNXLiCY	Arnóia	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
AA_3	Arnóia	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
AA_4	Arnóia	7	2	1	insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
RG3pvMrhRCuweWsg6	Borba da Montanha	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
89gHvpfWR8XcvhoGt	Borba da Montanha	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
xo96FBTqE7Aj4tJiR	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
4dPMWpuehFrK24Hh7	Borba da Montanha	3	1		insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
fpBTwTiqTv3kSkRDB	Borba da Montanha	4			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
JufD8foxLdDxqSQPL	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
AfEbY445hd3zh83AE	Borba da Montanha	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
DQGGzph3vFYLEzvY6	Borba da Montanha	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
7pAjSKELeNTOPpFwj	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
f7wCjNj9heN3boPS8	Borba da Montanha	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
5NadF6RjK9FMqvcYn	Borba da Montanha	2	1		insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
3hnYpv55KmC3o5ixZ	Borba da Montanha	3			insalubridade		Autopromoção	Beneficiário direto	1
bEXDcjkZo8PdXumRq	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
BkoLou3x8hAsvk77e	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
QQhff6sPYRbXeQaRm	Borba da Montanha	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
sCYGwg8yLx7peAaoL	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
ythsBagsLokvgrRm	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
bADjr2D2ucLbJ8i6A	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
XE2b6FB5jcrH6DdDg	Borba da Montanha	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
jL67uHYwDvPELyRzr	Borba da Montanha	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
PbLyz5jp3J8ENemF3	Borba da Montanha	4			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
aB5whCfxpCzqJtm3p	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
hskhwqedTKKohoANy	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
AfZfxvfwCbWYXiNnd	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
QSkudhdbRkNiRKjBD	Borba da Montanha	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
sRJt3QejRDT4dpsgy	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
btNZbBkLQkkG9TRpb	Borba da Montanha	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
fyJ8nobs5fNgAEmmY	Borba da Montanha	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Ft3AGbvACjFgS3KAW	Borba da Montanha	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
d7CCZhM6xa6TuJF9d	Borba da Montanha	2	1		insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
vc4ar5WeF9xucQWyT	Borba da Montanha	4			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
REGzT5qLX8tdDFKTm	Borba da Montanha	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
XX8EtrQhmuKQkw2F	Borba da Montanha	1			insalubridade		Autopromoção	Beneficiário direto	1
YgnhrCdD33XmmtT67	Borba da Montanha	4			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
shenna5P7K2WSrszc	Borba da Montanha	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
Q4GsvX6BeoLm8nETM	Borba da Montanha	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
B9GMdMWt6ZQHCNs46	Borba da Montanha	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
o25SdBewKN5CbYeXs	Borba da Montanha	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
YRKvxkw4eT7wgk9G	Borba da Montanha	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
RKseFFhdnTZxocRuC	Borba da Montanha	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
owvD9M2W7a2bstXgP	Borba da Montanha	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
QSErK9Jks49PpS9eF	Borba da Montanha	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
AA_5	Borba da Montanha	4			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
AA_6	Borba da Montanha	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
gr3D5d5q9bSMqwbhb	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
cJzLwa4eLxdTn4mC5	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
e9NdYXiHskfkrNx2C	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
Qq6LWPwJD36oyX8gT	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
FJRDa4cZSMH6jbcWM	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2

ID	Localização	Dimensão	Crianças Meninas	Crianças Rapazes	Condição Habitacional Indigna (Artigo 5º)	Situações Específicas (Art. 10º, 11º e 12º)	Solução	Beneficiário	Prioridade
wbBfnjGoa4CQgABAQ	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
SBd66Wry7xGDfxXuk	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
GQaW6DqTs8YunqyE9	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
Ty6SCs5fW6ZzMEZQ6	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
n5c2pfou9pFgJtEaH	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
ST27zPWrpMeRShAKe	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Z35mMrBDGvRNEojdG	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
HEE5rXc3JQNd2yAcs	Britelo, Gémeos e Ourilhe	6		3	insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
wPdjkgWE9xvqPqSwQ	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
JPKdLzXE5Ng9ctMh3	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Sf2c3pNgG7ow6JDZP	Britelo, Gémeos e Ourilhe	4			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
gjtrSzLTzrNk7tTyB	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
XrEHcuMeHvGBPhhHo	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
2EJr4bPWC4dh8TkcZ	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
TPuS6Z9sRCj33F4KY	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
MS7cNrpnC5MfB5YQ2	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
3aKWvB39xutChzXZg	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3	1		insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
uGHmseMBHmg6wSJe2	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
qQ8Ewc9ibceZKrqXh	Britelo, Gémeos e Ourilhe	5	1	2	sobrelotação		Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
k2D4KB5uFDD3xtmFa	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
M8m8rwFjsPmfAJb8C	Britelo, Gémeos e Ourilhe	6	1		precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
PhvKE4XZHKJoi2Lf	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
MSa86fXAGhZppjrD	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
i5Shwwtoh2S48WHGK	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
uRFhvFe5gqP3qvr99	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3		1	insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
KC2KXcdEYiK3xhm6x	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
EpJ4G3fERNLFwGZBe	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
nJKkbbMFe2FANJFh7	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
tevYFD6sKRXEr6Br7	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
H6XNJdRfpDynoBvTc	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
H9vuMpcR38bsHSdM3	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
rp7w8hz5ZKNiJuuLk	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Pn9dkEqJLDB289iLK	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
uWNj648biMSoihxzW	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
FFK3AtZxYbouAS3Cw	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			precariedade	risco perda residência	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Entidade beneficiária	1
Cr8WYoNprpBPsEMjA	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
4QbE3YcqjXqQ9jBqB	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
ZCoeYLXdgDSEoKSRT	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
5Lc4Qm5CNERYB6qTw	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3	1		insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
FjC8scG8WSWCZ9uuv	Britelo, Gémeos e Ourilhe	4		3	precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
YKpnw6FTW3ie4avmX	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3		1	insalubridade		Autopromoção	Beneficiário direto	1
FBzqsfo5XJzDyYfTK	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
n5QGmGxNSRuRvBjVg	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
8gRsne6FBEPqctuMT	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
7LmCqmNz2cEDBzxp5	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
2toLDJpEbJpb4z7P	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
mAy9rLnkxGWqgafy9	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
EnyJvQnzMbdcr9Jec	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
46X6WQTzeNkvpazYQ	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2	1		insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
jF6XNxLujnuZbgu6N	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
8AtWT4BNZY8e2qRB3	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
2xpQEX6do3nos6iMh	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
g3AqiRqxZEgC4spbe	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
tfZdkuGDz629zFk6c	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
X2S764kRc5D3odtq6	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
r3kvEYGDsnCDsDhA9	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
hjzycubetame7PDhc	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
93yhMoCHNgXeY5333	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
yJJ2csRDvFaDuE54k	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
anERSYuyuMjzzwaiA	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
xo2ck5jizjuDn2fDK	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
ErQGznAab3CS3PExE	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
BZQgp5ckSkwtMrHtn	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4

ID	Localização	Dimensão	Crianças Meninas	Crianças Rapazes	Condição Habitacional Indigna (Artigo 5º)	Situações Específicas (Art. 10º, 11º e 12º)	Solução	Beneficiário	Prioridade
4swFYFHB3Qp43GYH	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
JyatbpDaf2ZbTJSKN	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
AxcLwZr9ozwMvgY8w	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
CZ2ioPPLRpQoTbwYK	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
9sypZuFNPdteJporq	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
AA_7	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
AA_8	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
AA_9	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
gw8r2HKLvGobQDMS	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2	1		sobrelocação		Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
S4Pk2JcprSH2gM9jy	Britelo, Gémeos e Ourilhe	5	1	2	sobrelocação		Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
dpyvZwLiPTXxTwrqF	Britelo, Gémeos e Ourilhe	1			precariedade	não renovação de contrato de arrendamento	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
u96T8FE9wi27WCodH	Britelo, Gémeos e Ourilhe	7	1	2	sobrelocação		Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
6pmWved5M4FBuBmzQ	Caçarilhe e Infesta	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
eENryzbeAkdTAqWxc	Caçarilhe e Infesta	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
vLsL3XkHkpLWW42Qe	Caçarilhe e Infesta	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
EvnphfSzbnP6iHze	Caçarilhe e Infesta	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
DtforzHcEnmWRxpm	Caçarilhe e Infesta	5	1		insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Hs6PsZiaBGMQ6eMWC	Caçarilhe e Infesta	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
9yejFcT8gM5KmpYJk	Caçarilhe e Infesta	2			precariedade	violencia domestica	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Entidade beneficiária	1
fa5iv63h6c7oSpfDC	Caçarilhe e Infesta	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
nSZTX45StDe7geWu9	Caçarilhe e Infesta	2	1		precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
xQsYsqjMjhCjwv6G	Caçarilhe e Infesta	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
ZR8ujRcTzvo4Eudi	Caçarilhe e Infesta	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
J7GcAdsDijNsv9d4	Caçarilhe e Infesta	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
ajKjif9tzcjNDtc7G	Caçarilhe e Infesta	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
vt9q2cgHX3bHA4ryo	Caçarilhe e Infesta	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
hFPizmB2sk5PYSTGu	Caçarilhe e Infesta	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
gWu8ZPmMjHzC8KEtP	Caçarilhe e Infesta	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
QzdSuXBQvKrXWWz9q	Caçarilhe e Infesta	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
oLoyqn8qFbp3TksdX	Caçarilhe e Infesta	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
6hYZRzwrRfS8ZvSE	Caçarilhe e Infesta	1			precariedade	risco perda residência	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Entidade beneficiária	1
Eedv4QaYkfrGkbugn	Caçarilhe e Infesta	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
YnBZtrQygRj6GJfgD	Caçarilhe e Infesta	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
WbLcAs4GtPR8LLA88	Caçarilhe e Infesta	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
WARCZ5NMfcRoYhutf	Caçarilhe e Infesta	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
AA_10	Caçarilhe e Infesta	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
AA_11	Caçarilhe e Infesta	3	1		precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
fjCvSAXouRqHKRsFj	Caçarilhe e Infesta	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
dbchEmwrBq9MiP6Sk	Caçarilhe e Infesta	4	1		precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
dSbko2GGR4jiSCLiw	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
gcqupAxCSxAypfzEN	Canedo de Basto e Corgo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
P3t5rAQfsWe4jtwov	Canedo de Basto e Corgo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
9jbdLpQkNzow6h5Ac	Canedo de Basto e Corgo	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
tgreK2puAqa4KLS6	Canedo de Basto e Corgo	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
ph2Jc2Lt7GhdgDXzk	Canedo de Basto e Corgo	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
hvDALEqnLn9ENT3po	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
rFzCigsSmmmtzSme2	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
emsBGtdSdy8XqnuDR	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
DwyiLJN9QJZTsHjae	Canedo de Basto e Corgo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
qQtJy2KJ8Z6D7J4bE	Canedo de Basto e Corgo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
bQ8hBaJnTwQEo4Zt2	Canedo de Basto e Corgo	4			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
svsWh8fHJcF28CqhT	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
gSf6FB6HEGmHXtF3Q	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
96zb9KGil4AMIEzJ8	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
xjCPPv2umoxZmsQvJ	Canedo de Basto e Corgo	5			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
GXaTYQwTrRKbfBmsg	Canedo de Basto e Corgo	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
LkSK4GGctxa9fvPSr	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
7WoyKjaSTxAArwwg	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1

ID	Localização	Dimensão	Crianças Meninas	Crianças Rapazes	Condição Habitacional Indigna (Artigo 5º)	Situações Específicas (Art. 10º, 11º e 12º)	Solução	Beneficiário	Prioridade
FoiPXnooucQi88QjD	Canedo de Basto e Corgo	4			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
sqHhXmTjPw4Z4Dx2u	Canedo de Basto e Corgo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
ReEimvEtdxKyFcnf8	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
FJSmxzcHAresnLMgv	Canedo de Basto e Corgo	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
wxQWWtJafD2FSu6mD	Canedo de Basto e Corgo	3			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
hxTzdw62vEdX4u2zu	Canedo de Basto e Corgo	4			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
tHcRx5nuJ9SzbhWx	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
oisFCivf95iazpmZ3	Canedo de Basto e Corgo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
BTQfrvsGSy6F39uJX	Canedo de Basto e Corgo	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
Zw2EzDLgWimny2k4Z	Canedo de Basto e Corgo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
rjJniEZ4rSBaBHQFF	Canedo de Basto e Corgo	1			precariedade	risco perda residência	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Entidade beneficiária	1
2wnGZJbkpdGm9Pdw3	Canedo de Basto e Corgo	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
x4oPF2kjMECGQ4wkn	Canedo de Basto e Corgo	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
chLTLInEA5586Zme	Canedo de Basto e Corgo	3			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
SxqJ9tEtv7QfemMEp	Canedo de Basto e Corgo	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
phEL8qK8PfcH4nw89	Canedo de Basto e Corgo	4			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
qEbLptfWrSquhDZNB	Canedo de Basto e Corgo	1			precariedade	não renovação de contrato de arrendamento	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
AA_12	Canedo de Basto e Corgo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
BbZfD7wcb3EhJgX4z	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	6		2	sobrelocação		Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
EWdQL8Lnure4Dx7yn	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2	1		insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
vAds2LbdP3cJb8iDT	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
2Dwrnxo8Db2zkCcTb	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
occaKLksdPMHf5uEC	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
4KwxQrwngEcayhGZN	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
4fSpvGbvLoHJyqFj9	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
7MmZH6zy3Z3yKojJr	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	3			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
vtKBq5JES76tvqXdo	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
zvPRRcWfPfhYays2S	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
qo5vBYDQZT7corbnt	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
aKJq4jJiSseMPSoRg	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
Ph6b5unbKfKaiwaLT	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	4	1		insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
cCR7QGdo7gpGpxvku	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
AR6Wdv7y4hBjcRxWc	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
fqkwGJtefsk5h8H2w	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
2A8HEee9E8AR22unn	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
Qd4xwKnWGsoCXuhBA	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
RARX94HNTgNpjCdRR	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
vWwKWpYHNGosf2wnz	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
H8wrhAcPMhJP4iMuC	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	3		1	insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
J4XtxGTwwA7GvQWjj	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
FonFDwSKcrSL6Xmbk	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
SmiCvvo2JgijNoG22	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
jNkFN3J8SugqqWQe	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
sj3txXknE4F4NWkt	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
r8cQJ7bxRxTcDnp2N	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
YSYgd6emrdaTen3af	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
3tj2iFjZuGKAKj6oA	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
uYduypha72tm8xRkb	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
tf4kPa8MQMQoE5m9i	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
e8WbKY7xa34nBHLCW	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
gs2vgCxMHCbWsrD4E	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
vSBSXKX7Bx3N4ttxe	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2

ID	Localização	Dimensão	Crianças Meninas	Crianças Rapazes	Condição Habitacional Indigna (Artigo 5º)	Situações Específicas (Art. 10º, 11º e 12º)	Solução	Beneficiário	Prioridade
uqqqM8x2gZvT2zJh	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	3			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
psjn3AMgXBzcCXAwr	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
wyPmCxrGpN6jcaPDj	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	5		1	precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
AA_13	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
kfmhRFcj7GZDCWBew	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
AA_14	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	4			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
uFCmP9MyKEy8uDK5o	Codeçoso	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
DNYwj6n3sF3NCCgSJ	Codeçoso	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
r5GNp3pASEwDgaQsg	Codeçoso	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
d9L6PdHDKSogoBRno	Codeçoso	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
S9rD6jPEsFLZFHNZX	Codeçoso	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
7TkKyDKrmf5mZxzwK	Codeçoso	2	1		insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
LoMXar52sdD6H5oyA	Codeçoso	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
f2iwao3T48iY6QZtp	Codeçoso	4		1	insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
WPg9JqbTxqgbMWgwj	Codeçoso	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
ujzNx9WAIpetdfz6s	Codeçoso	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
gAorCWTLp59hokMj3	Codeçoso	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
WxmDB3EKeXESPF2KK	Codeçoso	3	1		precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
AA_15	Codeçoso	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
AA_16	Codeçoso	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
AA_17	Codeçoso	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
vtQbAGrkFuCcGHfBN	Ferveça	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
eyHnioZmG6EAXWEyg	Ferveça	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
5mbKmiS7fj6mNBPRZ	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
8on36E5rETpgaGn6S	Ferveça	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
gLkzCynTXxjwQx4ui	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
6x42yHteF2nWFzKK6	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
6vzez9PfcDFN32cza	Ferveça	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
JfaoW5Rgnm5F9ECQe	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
wB37R4LMPQrZs4q4n	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
xz5k8K5Eo7mLiDLt9	Ferveça	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
KkLMWfsv9tr4wjNwC	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Nbu9p2xpk7xwf4NwA	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
8qpyvkTR9t2sc8tBN	Ferveça	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
AZB65foeqL3GzPQEH	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
sx4n3p9Xa8AQkmuFY	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
PafR3pjprTPL9vcW9	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
RnxoYQD9iQfydTE4D	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Tz374S7wQGntwXeTY	Ferveça	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
e6PLCswiDRdYDEQt	Ferveça	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
eQHShTFhfbKSSPwZK	Ferveça	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
GNLYjgjB9j4HbuYqC	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
sdDfbQmXNRJCKfCkm	Ferveça	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
v4hcTGJjgdfCvmSdx	Ferveça	4			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
88rnzdSQ8v9BEXiAr	Ferveça	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
sAXfxYQHfhdJnGb2x	Ferveça	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
Pg2SZ4dg3i5NpjmPv	Ferveça	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
GG3Z3RrSe6hki2qmT	Ferveça	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
XgjJqF4WMc9qsirmc	Moreira do Castelo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
LKSceAogIP6cuSzRA	Moreira do Castelo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
tr8TzrYyMxvZWJ9At	Moreira do Castelo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
sBi5ur8jupk5cevsq	Moreira do Castelo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
eCS6ZgXrseBvG6PMx	Moreira do Castelo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
8igXNX3cBwGgdN7KS	Moreira do Castelo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
Tvxxvtbv6GoX8sWFi	Moreira do Castelo	3	1		insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
qWysMXGcqJcqnPyR4	Moreira do Castelo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
7KHwwHQMdid9hQDNZ	Moreira do Castelo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
YMqC3FHvqJ2pLxEg4	Moreira do Castelo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
4FpNhWiDhFsJdaJ5a	Moreira do Castelo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
5xNhhCdvPzdzQZrKC	Moreira do Castelo	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4

ID	Localização	Dimensão	Crianças Meninas	Crianças Rapazes	Condição Habitacional Indigna (Artigo 5º)	Situações Específicas (Art. 10º, 11º e 12º)	Solução	Beneficiário	Prioridade
n8gB9i6My7ggycatH	Moreira do Castelo	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
vg5mmkSRpRNtw2qDJ	Moreira do Castelo	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
4e9MpxFrDj8sjBd2D	Moreira do Castelo	4			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
B9K4wXHZKHcMSdPMM	Moreira do Castelo	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
nzcg6YHYNQFqbDx7F	Moreira do Castelo	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
KmfoBtNwmpTsdmDhg	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
rWjauGruMWxDYBxaM	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
MhdpHgBZht8uSQWr	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
hSuH3XbsuoRPMoPbu	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
r3RyxRNYQTb64NjnH	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
hJLkcFQ6EhvgEZJQY	Rego	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
bzzhJiym47LgmXXmW	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
zv9an6s7Ansgk8hFE	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
gHkTq5A9xs3Ngetyw	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Sfddb04mhTNbimTwA	Rego	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
foP5bDF6ZxoYdjZCc	Rego	2	1		sobrelocação		Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
sAy9J5z9J6Mu2zG6G	Rego	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
cXjMLPFPQbf4pHNDn	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
PyQZGsWBmFXsQ4NGN	Rego	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
8REaz6tyx7CebgNPX	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
ivKKzKQLjAW4qFM6G	Rego	3			precariedade	violencia domestica	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Entidade beneficiária	1
wbwQrowbwreLiNpag	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
tRW6g47vaHC6Kvhwi	Rego	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
dF8cvoERrktArX9	Rego	2			Inadequação		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
kjRDGbbCNg2uTLWfr	Rego	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
4BoKoh9JLpejwyfPG	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
DmayBWuTS9mfLm4k6	Rego	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
fqmSL38PmdSvgYq2W	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
sYYZ7Ly4R3qs27LuS	Rego	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
8yciBw8bKEZumpnKy	Rego	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
y22boC9kWqPhvoKBQ	Rego	5	1	2	sobrelocação		Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
u7haypnoGSgMQNSTh	Ribas	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
h5nXWLAY5N8eeYeeo	Ribas	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
wedpPp93NLXcLmX45	Ribas	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
ebHGZS9fyd2dAciHH	Ribas	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
NaQeBK43iXJSMujYm	Ribas	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
WGZi6cneAY8qHrpRX	Ribas	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
JPer38u3qLboeecnS	Ribas	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
EFuvRKsMBNHJZgptH	Ribas	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
6ZnFSYsoaj7cj9mCB	Ribas	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
7ezdVdcN5u6B9WkiN	Ribas	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
KLtMx74EJkDwxJXFs	Ribas	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
zKcZ4r4xSHG5GorYu	Ribas	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
rczTA6sp88AX4bsjD	Ribas	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
e7fmF36omemNNs8Gc	Ribas	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
SwToraWFAaeLKJyCE	Ribas	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
Sr4HgTxJ48iftaJ9P	Ribas	3			Inadequação		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
S7Qydvq5zmdRc5X7X	Ribas	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
89Acou9LjXqH3cEm	Ribas	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
mFTjcTumQ6wZunQAT	Ribas	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
2d8QCCu8LmX8eds3o	Ribas	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
5vSsWcRfMnpordXCg	Ribas	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
rnNoRSwjeNauAxbnm	Ribas	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
jkiuweeDipFnmRCde	Ribas	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
YtqL3rwxkTJsrRpk	Ribas	4			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
Xsg5qdwL2fdMSjWw2	Ribas	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
hs3dsZbySCn9qYad3	Ribas	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
6L6XwgDY8gGDXAZso	Ribas	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
EJerEaas3dh8bp98d	São Clemente de Basto	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
AjQfA33o75BnPzmia	São Clemente de Basto	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1

ID	Localização	Dimensão	Crianças Meninas	Crianças Rapazes	Condição Habitacional Indigna (Artigo 5º)	Situações Específicas (Art. 10º, 11º e 12º)	Solução	Beneficiário	Prioridade
2KXDeacaGZmR4vKKh	São Clemente de Basto	3			Inadequação		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
yeHhtr3MrNHbyWo7Z	São Clemente de Basto	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
uBtepZwfAapDJ5MAM	São Clemente de Basto	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
RjTe8oCZJyi8aCwbS	São Clemente de Basto	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
FPyFdKPPpikDimgzb	São Clemente de Basto	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
92bTfLQyxh5vzutSm	São Clemente de Basto	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
eabk2GLHNu4hBmCv3	São Clemente de Basto	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
ZFcNwyJsJNZi3Ph98	São Clemente de Basto	2			Inadequação		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
AWgbRfgQsxa5PbayG	São Clemente de Basto	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
AfjeXaoXxoms8fY9J	São Clemente de Basto	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
psep9QyB5FDLQWJFH	São Clemente de Basto	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
MdFSS7E5BD66fAfq6	São Clemente de Basto	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
tfXrH9sbH7j7FJt9i	São Clemente de Basto	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
c9eiBXJHxa8TQJ5AL	São Clemente de Basto	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
nnJ6SF7YdKmrMWqRC	São Clemente de Basto	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
KsbkxDEbkco97guik	São Clemente de Basto	5	1	2	sobrelocação		Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
chB7DQjePegCS7HRn	São Clemente de Basto	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
fkQyp98HqZBjkzxa	São Clemente de Basto	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
S6BRQQPrRKarZLj9Y	São Clemente de Basto	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
Sq6ea2SdicCGEnEyu	São Clemente de Basto	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
gD6qKj6DLvS83HLMb	São Clemente de Basto	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
Ef8Qxdsru2ta3xw5F	São Clemente de Basto	1			precariedade	paradeiro em local precário não renovação de contrato de arrendamento	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
2hAWXiRrMXhNBqpiZ	São Clemente de Basto	2			precariedade		Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
Z34Dj8gZYl7f2Dn2	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
EGi9FGKf3n9HWxATn	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
zoW8KZENABbZuTGpb	Vale de Bouro	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
27HnxQJCtX3d7HEDC	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
ik9Gtmi85vbRsMSDM	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
phCCPcC7f6j93q9MZ	Vale de Bouro	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
DqfzGbZd87EwraZ68	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
YPxsSyAid7qrcWsYp	Vale de Bouro	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
e3R6PfBRLAgZA3tJ4	Vale de Bouro	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
oCND4jXmhyrnripsNX	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
MYvGE32TccLPPC6Nm	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
afyWBixAKQXJS8otu	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
gGdw24vpqyJYijtLu	Vale de Bouro	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
G5qatXmgfHbxXa99n	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
5cLThschgYsGAdcse	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
Rp6MHHPcNNXDaff6x	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
qxF5kASSYJsN9pMFg	Vale de Bouro	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
5dN9ckEMMf73AKZNP	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
CHig5fFobsCTtaPAe	Vale de Bouro	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
gSshoJwauGi669jeH	Vale de Bouro	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
CJ2uQpJyxzd85dNgn	Vale de Bouro	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
qP2F2pGSq4pTYx3sG	Vale de Bouro	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
NeWKPxd6aWs89dsSy	Vale de Bouro	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
PGuq4c6GsN5TLhdc6	Vale de Bouro	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
NiARBaNzqxXaAs3fe	Vale de Bouro	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
TTaDDsXykdXF4b5aT	Vale de Bouro	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
dNS7MH6mMQipmqo4Q	Vale de Bouro	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
3biJRhd7CqB3rm5kP	Vale de Bouro	1			Inadequação		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
yQAv8wAP3r8EaDjR	Vale de Bouro	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
ffuz7BhP9IAK7R3H	Vale de Bouro	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
PfQWQmnbHqtMJLe79	Vale de Bouro	3			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
rgN7AJcDR3d2HL9Ap	Vale de Bouro	1			precariedade	paradeiro em local precário não renovação de contrato de arrendamento	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
mfAnDPQQM5dxRQNJE	Vale de Bouro	2			precariedade		Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
x5pqnDoTyFrKJirNE	Vale de Bouro	1			precariedade	paradeiro em local precário não renovação de contrato de arrendamento	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
zELz4ykaWf3WishHT	Vale de Bouro	2		1	precariedade		Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
min9FiCYr3QtGcrD	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
PogN5ihaAKJkooTXa	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
pgFv3gqHaW68GnS3N	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2

ID	Localização	Dimensão	Crianças Meninas	Crianças Rapazes	Condição Habitacional Indigna (Artigo 5º)	Situações Especificas (Art. 10º, 11º e 12º)	Solução	Beneficiário	Prioridade
tL7XHT4XbSWtXdAuB	Veade, Gagos e Molares	3			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
rDfbZH8pqCABoXRTP	Veade, Gagos e Molares	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
LSRyu8MezyQEBJjv	Veade, Gagos e Molares	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
44EiDBLSaugro9B9m	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
akQSwGs9ici7tFoeu	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
ACfMxSbsBy2pzPTAb	Veade, Gagos e Molares	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
uRaTDARNZGHpWyXGR	Veade, Gagos e Molares	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
kwSkC87hPP9dYL2TW	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
c5889GAuhvFZwyoNR	Veade, Gagos e Molares	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
S5TqwAAWiYgu9WGXf	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
jP9YF7MgWKWbkd2ui	Veade, Gagos e Molares	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
wStrnNoSpJFAKu6Ln	Veade, Gagos e Molares	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	3
qyZsFKkE2uebYWHep	Veade, Gagos e Molares	1			precariedade	risco perda residência	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Entidade beneficiária	1
TddAi8WiCyvCuXHdt	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
BE7zddsvjqQ4vwwb	Veade, Gagos e Molares	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
iG3xKoMfmdSiBbJkw	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
bh9AqeH3EzJe8Wkzn	Veade, Gagos e Molares	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
t787h6rY3TucXZJj5	Veade, Gagos e Molares	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
y2ioTXngN9Yo5NyEg	Veade, Gagos e Molares	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
Ncc8X8dABEFyffmWB	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	2
53CDWt2aexhb6gN6j	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	1
9DMcBY9fekoKd7ecM	Veade, Gagos e Molares	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
NAfE3pgusKBLpYjJb	Veade, Gagos e Molares	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
umxudLjL65QZPd8j	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
z3Whrpi2agJpxGnPv	Veade, Gagos e Molares	3			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
YMTSpCZTSquXLTgppq	Veade, Gagos e Molares	2			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
t3KMwmTxDhW59JhRm	Veade, Gagos e Molares	1			insalubridade		Reabilitação da habitação de que é titular	Beneficiário direto	4
HoZxLLW8Nib2e7kg4	Veade, Gagos e Molares	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	2
qnTnMmcRQSy6dRBQN	Veade, Gagos e Molares	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
fitoGdT7P89irGFJZ	Veade, Gagos e Molares	1			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
3fRmJs2Lsz6Brr2Pc	Veade, Gagos e Molares	4			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
rKwuNx9ksRcjJH849	Veade, Gagos e Molares	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
AuC4CuFpAo3J4qNys	Veade, Gagos e Molares	2			precariedade	paradeiro em local precário	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1
7H8XSu4Z4r2X2dqFa	Carvalho e Basto (Santa Tecla)	2		1	precariedade	não renovação de contrato de arrendamento	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Entidade beneficiária	2
hft8af4Zq5xcJS4Tg	Britelo, Gémeos e Ourilhe	3		2	precariedade	não renovação de contrato de arrendamento	Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais	Entidade beneficiária	1
v63mgBb72HM74wSHc	Britelo, Gémeos e Ourilhe	2		1	precariedade	não renovação de contrato de arrendamento	Construção de prédio ou empreendimento	Entidade beneficiária	1

ANEXO: INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR PARA AS SOLUÇÕES HABITACIONAIS A PROMOVER PELA CÂMARA MUNICIPAL

Reabilitação de frações ou de prédios habitacionais

>> Escolas primárias

Local	Freguesia	Nº salas	Área de 1 sala (m ²)*
Escola Primária da Estrada	Agilde	3	48,00
Escola Primária de Boeiros	Britelo	2	51,03
Escola Primária de Santa Luzia	Canedo de Basto	4	48,00
Escola Primária de Covas	Carvalho	2	48,00
Infantário da Cerdeira	Ribas	2	48,91
Escola Primária de Gémeos	Gémeos	3	48,00
Escola Primária de Souto	Ribas	2	48,00
Escola Primária de Nespereira	Vale de Bouro	1	48,00
Escola Primária de Pedroso	Rego	-	314**
Escola Primária de Lourido	Arnóia	-	107**

* áreas aproximadas

** áreas brutas

Escola Primária da Estrada (Agilde)



Escola Primária de Boeiros(Britelo)



Escola Primária de Canedo de Basto



Escola Primária de Covas (Carvalho)



Escola Primária de Cerdeira (Ribas)



Escola Primária de Gémeos



Escola Primária de Souto (Ribas)



Escola Primária de Nespereira (Vale de Bouro)



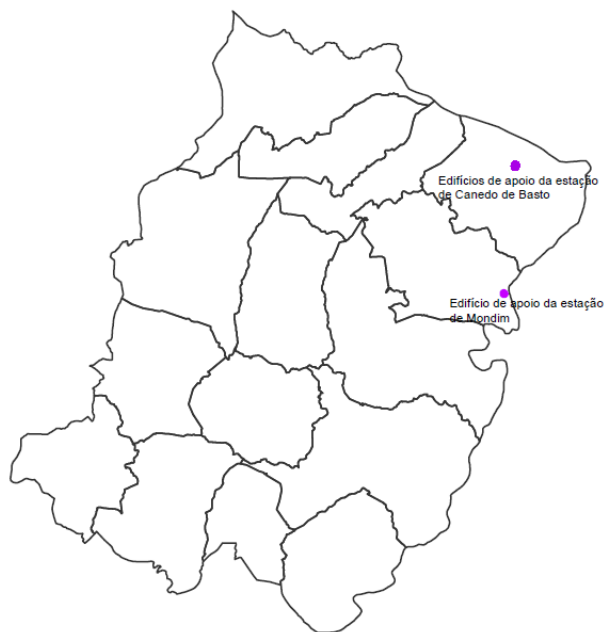
Escola primária de Pedroso – Freguesia do Rego




Escola primária de Lourido – Freguesia de Arnoia



>> Edifícios de apoio de estações – Celorico de Basto



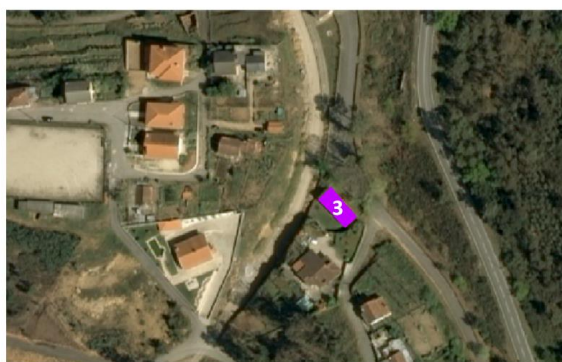
Legenda

 EDIFÍCIOS DE APOIO DE ESTAÇÕES - CELORICO DE BASTO

Edifícios de apoio da estação de Canedo de Basto



Edifício de apoio da estação de Mondim



>> Construção de prédio ou empreendimento

Distribuição dos fogos por lote e piso

CELORICO (PP da Ribeira)

área máx.	T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6	∑ área cf. Portaria	área constr. Piso / Edif (a)	Diferença área (b)
área máx.	57	73	95	117	128	150	161			
alternativa A										
Lote 15										
P1	1		2	1				364	628,9	(c)
P2		1	3	1		1		625	628,9	
P3		2	1	2		1		625	628,9	
P4		2	1	2		1		625	628,9	
Tot Lt 15	1	5	7	6	0	3	0	2239	2515,6	
Lote 16										
P1	1			2				291	300	
P2		1		2				307	300	
P3		1	1		1			296	300	
P4		1	1		1			296	300	
Tot Lt 16	1	3	2	4	2	0	0	1190	1200	10
TOT Celorico	2	8	9	10	2	3	0	3429	3715,6	
alternativa B										
Lote 14										
P1			3					285	300	
P2			2	1				307	300	
P3			2	1				307	300	
Tot Lt 14	0	0	7	2	0	0	0	899	900	1
Lote 15										
P1	1	3	0	3				627	628,9	
P2	1	1	0	3	0	1		631	628,9	
P3		2	1	1	1	1		636	628,9	
P4		2	1	1	1	1		636	628,9	
Tot Lt 15	2	8	2	8	2	3	0	2530	2515,6	-14,4
TOT Celorico	2	8	9	10	2	3	0	3429	3415,6	

(a) Área de construção do edifício refere-se à área disponível para habitação, ou seja, acima do solo

(b) Diferença entre a área disponível no edifício e o somatório da área bruta máxima das tipologias

(c) Sobre uma área de cerca de 265 m² no piso 1 que pode ser utilizada para: i) acréscimo à garagem; ii) comércio, serviço ou equipamento; iii) mais 2 ou 3 apartamentos para arrendamento acessível ou outras necessidades futuras, não incluídos no 1.º direito (se for legalmente possível)

(d) O lote 15 terá 2 caixas de escadas

GANDARELA (Loteamento junto ao Centro Escolar)

área máx.	T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6	∑ área cf. Portaria	área constr. Piso / Edif (a)	Diferença área (b)
área máx.	57	73	95	117	128	150	161			
Lote 3										(c)
P1	1	2	4	2				817	810	
P2		3	2	2			1	804	810	
P3			5	2	1			837	810	
TOT Gandarela	1	5	11	6	1	0	1	2458	2430	-28

(c) O lote 3 do loteamento da Gandarela terá 3 caixas de escadas.

FERMIL (junto ao Centro Escolar)

área máx.	T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6	∑ área cf. Portaria	área edif. proposto	(d)
área máx.	57	73	95	117	128	150	161			
P1			3	1	3			786	795	
P2			3	2	1	1		797	795	
P3			3	2	1	1		797	795	
TOT Fermil	0	0	9	5	5	2	0	2380	2385	5

(d) O edifício deverá ter 3 caixas de escadas. Dimensões aprox. 15 x 53 m (poderá ser em L ou dividido por 2 edifícios)

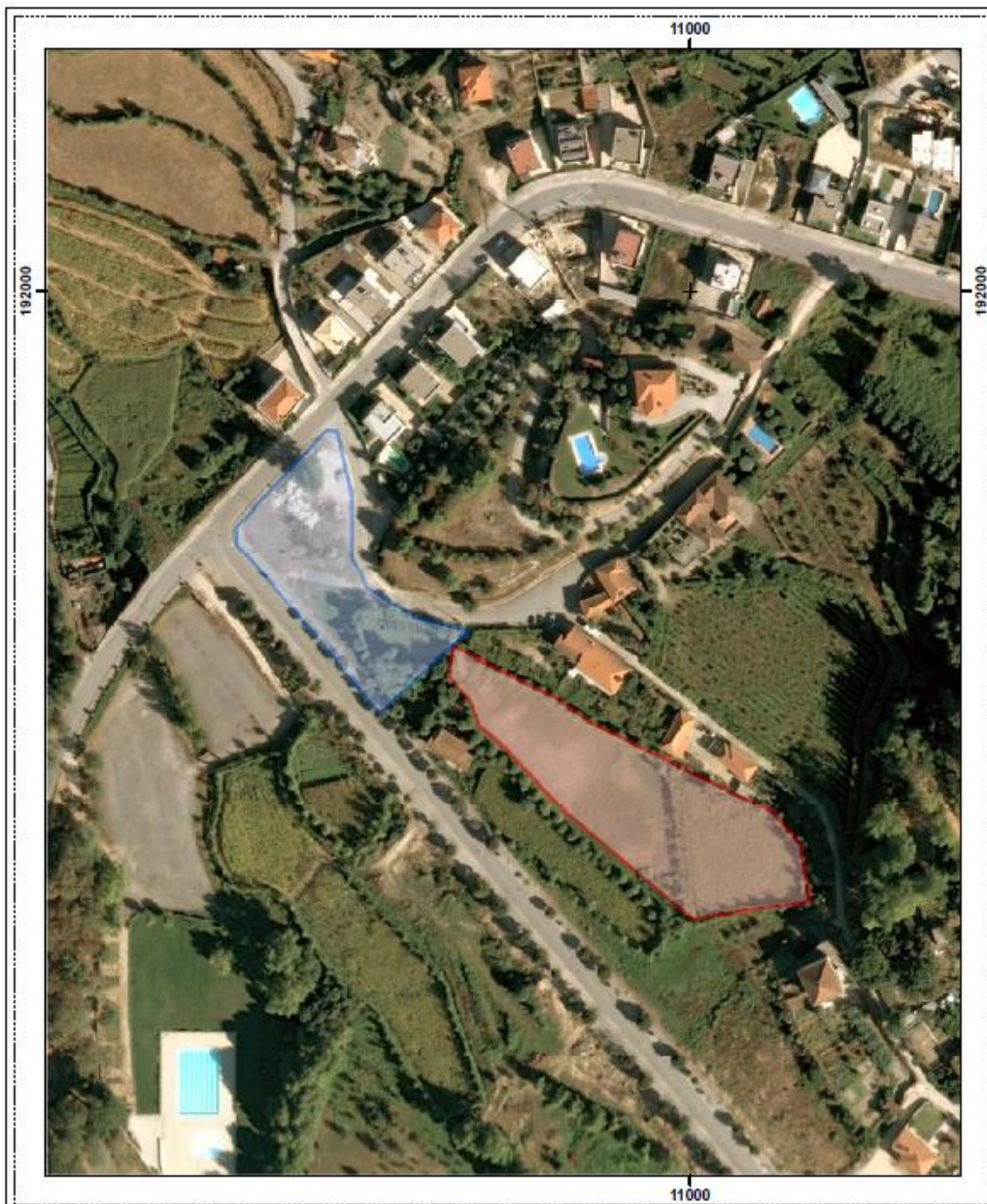
MOTA (local a definir)

área máx.	T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6	∑ área cf. Portaria	área edif. propostos	(e)
área máx.	57	73	95	117	128	150	161			
P1	1	1	8	3	1			1369	1380	
P2		1	6	4	2			1367	1380	
P3	1	2	7	3	0	1		1369	1380	
TOT Mota	2	4	21	10	3	1	0	4105	4140	35

(e) Propõe-se a distribuição dos fogos por 2 edifícios. Por exemplo: 15 x 40 m (18 fogos, 2 caixas de escadas) e 15 x 52 m (25 fogos, 3 caixas de escadas)

(a) Área de construção do edifício refere-se à área disponível para habitação, ou seja, acima do solo



(b) Diferença entre a área disponível no edifício e o somatório da área bruta máxima das tipologias

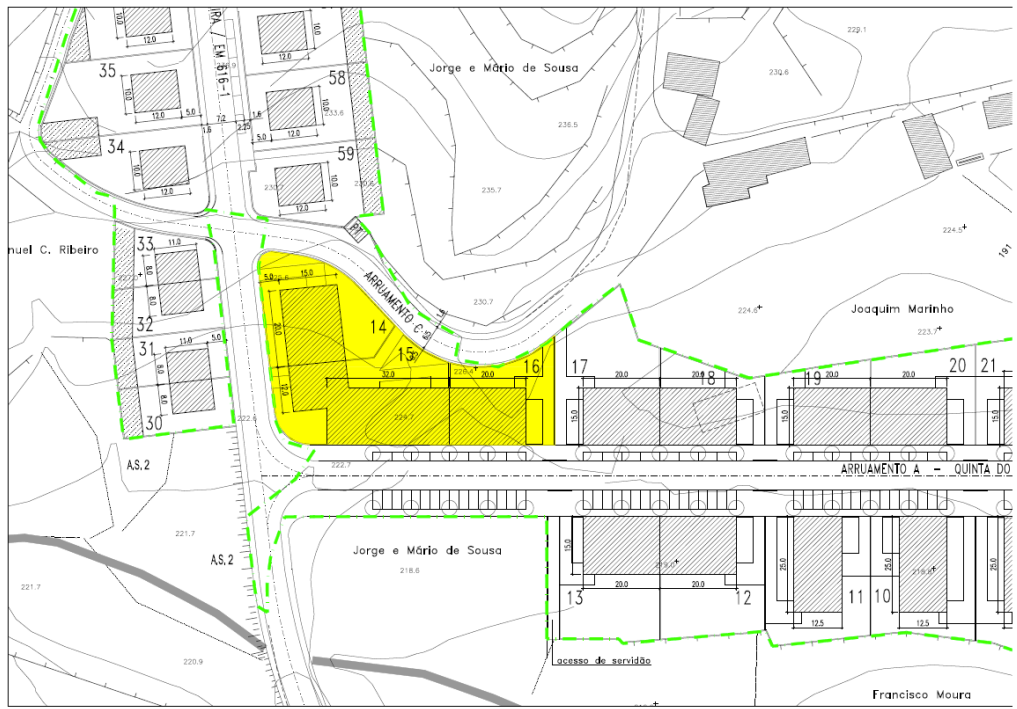


Legenda

- Delimitação do terreno adquirido pela Câmara Municipal
- Delimitação do terreno a adquirir pela Câmara Municipal

Ortofotomapa 2018

 <p>celorico DE BASTO MUNICIPALIDADE</p>	<p>Medidas para habitação ELH Celorico de Basto</p> <p>Polo Urbano de Celorico</p> <hr/> <hr/>	<p>Departamento de Planeamento</p> <hr/> <p>Escala 1:2000 </p> <p>Sistema de referência: PT-TM06-ETRS89</p>
--	--	--







Legenda

Delimitação do terreno adquirido pela Câmara Municipal

Delimitação do terreno a adquirir pela Câmara Municipal

Ortofotomapa 2018



 <p>celorico DE BASTO MUNICIPALIDADE</p>	<p>Medidas para habitação ELH Celorico de Basto</p> <p>Polo Urbano de Fermil</p>	<p>Departamento de Planeamento</p> <hr/> <p>Escala 1:2000 </p> <p>Sistema de referência: PT-TMD5-ETRS89</p>
--	--	--

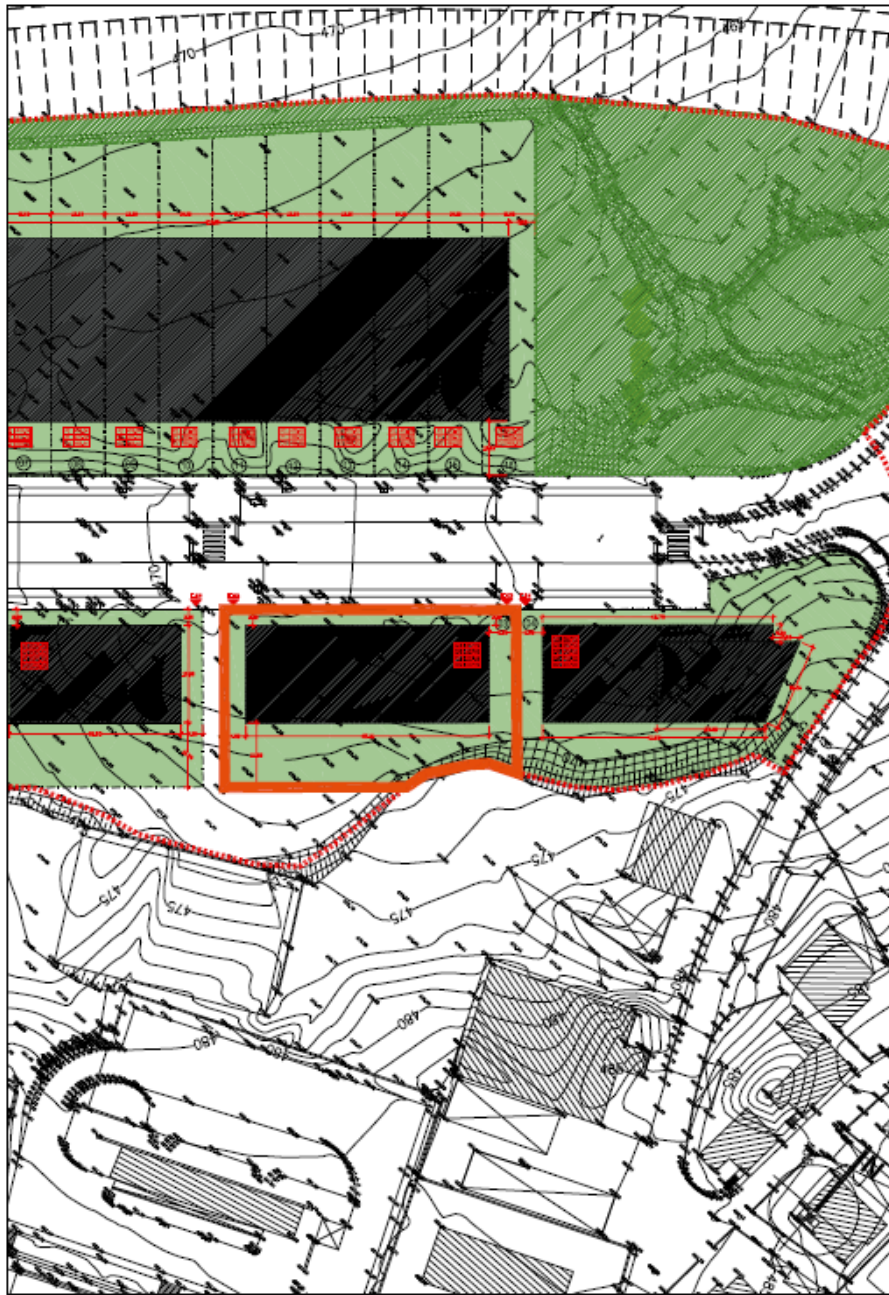


Legenda

- Delimitação do terreno adquirido pela Câmara Municipal
- Delimitação do terreno a adquirir pela Câmara Municipal

Ortofotomapa 2018

	<p>Medidas para habitação ELH Celorico de Basto</p> <p>Polo Urbano de Gandarela</p>	<p>Departamento de Planeamento</p> <hr/> <p>Escala 1:2000 </p> <p>Sistema de referência: PT-TMDS-ETRS89</p>
---	---	--



CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

Departamento de Planeamento

Loteamento da Gandarela

Planta de Síntese - localização do lote n.º 3

Arq.05

ESCALA 1:500

Janeiro 2018

Câmara Municipal de Celorico de Basto



Praça Cardeal D. António Ribeiro, 4880-225 Celorico de Basto



Legenda

Delimitação do terreno a adquirir pela Câmara Municipal

Ortofotomapa 2018

 <p>celorico DE BASTO MUNICÍPIO</p>	<p>Medidas para habitação ELH Celorico de Basto</p> <p>Polo Urbano da Mota</p>	<p>Departamento de Planeamento</p> <hr/> <p>Escala 1:2000 </p> <p>Sistema de referência: PT-TMD5-ETRS89</p>
---	--	--

REFERÊNCIAS

- Antunes, G. (2019). Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade. *Forum Sociológico*, (34), 7–17.
<https://doi.org/10.4000/sociologico.4662>
- IHRU. (2015). *Estratégia Nacional para a Habitação*.
- IHRU. (2018a). *Habitação: Cem anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018*. Lisboa.
- IHRU. (2018b). *Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional*. Portugal.
- ONU. (2015). *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*.
<https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- Portal da Habitação. (2021). *Construção Sustentável*.
<https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/construcao/construcaosustentavel.html>
- UN-Habitat. (2017). *Human Rights in Cities Human Rights in Cities Handbook Series Volume I – The Human Rights based approach to housing and Slum Upgrandin*.
- UN Habitat. (2015). *The Right to Adequate Housing (Vol. 21)*.
- United Nations. (2016). *Nova Agenda Urbana*.
- WHO. (2018). *WHO housing and health guidelines*. 149.